



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Enquadrando a política sob a ótica do escândalo:
Uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a
partir da perspectiva do enquadramento

Fábio José Novaes de Senne

BRASÍLIA – ABRIL DE 2009



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Enquadrando a política sob a ótica do escândalo:
Uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a
partir da perspectiva do enquadramento

Fábio José Novaes de Senne

Dissertação apresentada ao PPG/FAC para
obtenção do grau de Mestre em
Comunicação. Linha de Pesquisa: Jornalismo
e Sociedade. Orientador: Prof. Dr. Luiz
Gonzaga Motta.

BRASÍLIA – ABRIL DE 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Dissertação intitulada: *Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: Uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento*, de autoria do mestrando Fábio José Novaes de Senne, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta – FAC/UnB – Orientador

Prof. Dr. Venício Artur de Lima

Prof. Dr. Pedro David Russi Duarte

BRASÍLIA – 29 DE ABRIL DE 2009

À Socorro e ao Edinho.

Agradecimentos

Um especial agradecimento a meus pais e irmãos pelo suporte: minha zona de conforto. Agradeço à estimulante parceria com o professor Luiz Gonzaga Motta, pela orientação e liberdade intelectual com que lidou com minhas idéias dispersas. Um forte agradecimento aos professores Venício A. de Lima e Pedro Russi, que participaram das bancas de qualificação e defesa deste trabalho e contribuíram para as virtudes que ele possa eventualmente ter. O trabalho também é imensamente grato a Guilherme Canela e Railssa Alencar, pelo estímulo inicial e pelo debate fraterno que municiou grande parte das reflexões contidas neste texto. Agradeço à Agência de Notícias dos Direitos da Infância, pelo apoio decisivo e pela forma como agendou não apenas “sobre o quê” falamos, mas “como” debatemos as problemáticas em torno do jornalismo. Aos colegas do Programa de Pós-Graduação da FAC-UnB, que durante as rodas de conversas foram centrais para as problematizações em torno da pesquisa. Por fim, agradeço à Marília Mundim: meu meio e minha mensagem.

**Digo: o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.**

(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Resumo

Este estudo desenvolve uma análise comparativa da cobertura de três escândalos políticos midiáticos de proporção nacional – os casos “Compra de Votos para a Reeleição” (1997); “Mensalão” (2005-2006) e “Dossiêgate” (2006) – realizada pelos jornais diários *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Tendo como referência a perspectiva do enquadramento entendido como *ideia central organizadora* a investigação buscou identificar mecanismos midiáticos de administração dos escândalos, especialmente a dinâmica de apresentação da luta simbólica travada durante tais episódios e a participação das fontes de informação na cobertura. Para orientar a avaliação do noticiário, a pesquisa empregou a técnica da análise de conteúdo.

Palavras-chave

Escândalos Políticos Midiáticos. Jornalismo Político. Enquadramento. Análise de Conteúdo.

Abstract

This study develops a comparative analysis of media coverage of three political scandals of national proportion – the cases "Compra de Votos para a Reeleição" (1997); "Mensalão" (2005-2006) and "Dossiêgate" (2006) – carried out by Brazilian daily newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Globo*. Having as reference the framing perspective understood as organizer of central ideas, the research tried to identify media mechanisms to administrate scandals, especially the presentation of dynamics concerning the symbolic struggle fought during those events and the involvement of the sources of information in the coverage process. To guide the assessment of the news, the research used the content analysis technique.

Key words

Media Scandals. Political Journalism. Framing Analysis. Content Analysis.

Lista de abreviaturas

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

EPM - Escândalo Político Midiático

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PL - Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPS - Partido Popular Socialista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia

Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

Lista de figuras

Figura 1 - O escândalo no campo político

Figura 2 - Disposição dos enquadramentos

Figura 3 - A estrutura sequencial dos escândalos midiáticos

Figura 4 - Quantidade de notícias diárias por caso na Folha de S. Paulo e em O Globo

Figura 5 - Presença dos enquadramentos (agregado)

Figura 6 - Enquadramento principal dos textos por fase (agregado)

Figura 7 - Enquadramento principal dos textos por fase (Compra de Votos para a Reeleição na Folha de S. Paulo)

Figura 8 - Enquadramento principal dos textos por fase (Compra de Votos para a Reeleição em O Globo)

Figura 9 - Enquadramento principal dos textos por fase (Mensalão na Folha de S. Paulo)

Figura 10 - Enquadramento principal dos textos por fase (Mensalão em O Globo)

Figura 11 - Enquadramento principal dos textos por fase (Dossiêgate na Folha de S. Paulo)

Figura 12 - Enquadramento principal dos textos por fase (Dossiêgate em O Globo)

Figura 13 - Tipo de fonte de informação (agregado)

Figura 14 - Partido das fontes ouvidas (Compra de Votos para a Reeleição na Folha de S. Paulo e em O Globo)

Figura 15 - Partido das fontes ouvidas (Mensalão na Folha de S. Paulo e em O Globo)

Figura 16 - Partido das fontes ouvidas (Dossiêgate na Folha de S. Paulo e em O Globo)

Figura 17 - Enquadramento episódico *versus* temático (agregado)

Figura 18 - Fontes de informação citadas *versus* as Fontes de informação citadas primeiramente

Figura 19 - Fontes de Defesa e Acusação *versus* Enquadramentos de Defesa e Acusação (agregado)

Figura 20 - Cobertura do caso Mensalão *versus* subescândalos

Lista de tabelas

Tabela 1 - Três paradigmas de pesquisa sobre a perspectiva do enquadramento

Tabela 2 - Níveis de análise do conceito de enquadramento

Tabela 3 - Capas da Folha de S. Paulo sobre denúncias envolvendo políticos

Tabela 4 - Total de capas analisadas, total de notícias analisadas e média de notícias por dia na Folha de S. Paulo e em O Globo

Tabela 5 - Média de notícias por dia e por fase na Folha de S. Paulo e em O Globo

Tabela 6 - Exemplos de manchetes de capa por veículo

Tabela 7 - Total de inserções, número de textos da amostra e percentual da amostra em relação ao total

Tabela 8 - Enquadramento de Defesa em O Globo e na Folha de S. Paulo

Tabela 9 - Enquadramento de Acusação em O Globo e na Folha de S. Paulo

Tabela 10 - Enquadramento de Impacto em O Globo e na Folha de S. Paulo

Tabela 11 - Profundidade dos impactos mencionados em O Globo e na Folha de S. Paulo

Tabela 12 - Partido político das fontes ouvidas em O Globo e na Folha de S. Paulo

Tabela 13 - Tipo de fonte que origina a acusação

Sumário

Introdução	13
Capítulo I - Escândalos políticos como fenômenos midiáticos	18
I.1. Os escândalos no campo do jornalismo	22
I.2. Escândalos Políticos Midiáticos: problematizando o conceito	24
I.3. Objetivo geral	29
I.4. Objetivos específicos	29
Capítulo II - Referencial teórico: EPMs e visibilidade pública	30
II.1. Escândalos na mídia: a origem do fenômeno	30
II.2. Teorias sobre os efeitos dos escândalos	35
II.3. Escândalos políticos e a visibilidade pública	39
Capítulo III - Os EPMs sob a ótica do enquadramento	45
III.1. Os muitos “enquadramentos”	47
III.2. Enquadramento: operacionalizando a análise	52
Capítulo IV - A construção de uma análise comparativa	59
IV.1. Análise de conteúdo: enriquecimento da leitura	60
IV.2. Definição dos jornais diários	63
IV.3. A escolha das coberturas	64
IV.4. Um breve histórico dos casos e a relação com a imprensa	68
IV.5. Seleção das notícias a serem avaliadas	74
IV.6. Definição da amostra	81
Capítulo V - A dinâmica dos escândalos pela ótica dos enquadramentos	84
V.1. Pautas em desequilíbrio: mapeando estratégias midiáticas	84

V.2. Estratégias particulares em jogo	92
Capítulo VI - As fontes de informação: cobertura oficial	101
VI.1. Conflitos partidários em pauta	107
VI.2. As singularidades de cada caso do ponto de vista dos partidos	109
VI.3. A origem das acusações	113
Considerações finais	118
Referências bibliográficas	131
Apêndices	137

Introdução¹

Assim, pondo de lado as coisas que se ignoram em relação aos príncipes, e falando sobre as que são reais, digo que todos os homens, em particular os príncipes, por se encontrar mais no alto, ganham notabilidade pelas qualidades que lhe proporcionam reprovação ou louvor. Ou seja, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis [...]; alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces, alguns cruéis, outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e covardes ou truculentos e corajosos; humanitários ou arrogantes; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou fracos; sérios ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante. E sei que qualquer um reconhecerá ser digno de louvor o fato de um príncipe possuir, entre todas as qualidades mencionadas, as consideradas boas; mas a condição humana é tal que não permite a posse total de todas elas, nem mesmo a sua prática consistente; é mister que seja o príncipe prudente a ponto de evitar os defeitos que lhe poderiam tirar o governo e praticar as qualidades que lhe garantam a posse, se possível; se não puder, com menor preocupação, deixe que as coisas sigam o seu curso natural. E não se importe ele sujeitar-se à fama de ter certos defeitos, sem os quais lhe seria difícil salvar o governo, porque, levando em conta tudo, encontrar-se-ão coisas que parecem virtudes e que, se praticadas, conduzi-lo-iam à ruína, e outras que podem se assemelhar a vícios que, observadas, trazem bem-estar e segurança ao governante.

Nicolau Maquiavel. O Príncipe. (1513)

“*Os escândalos parecem estar em todo lugar, de forma inescapável*”. É de maneira enfática que o pesquisador Michael Shudson ilustra a posição marcante que os escândalos políticos assumem na atualidade – em um ambiente midiático pautado por profunda mudança na escala e na natureza da visibilidade pública. Desde o paradigmático caso Watergate, promotor de uma “atração mítica” que reforçou a imagem do jornalismo como “Quarto Poder” (SHUDSON, 2003), até as décadas de 1980, 1990 e 2000, o fenômeno ganha consistência na agenda política internacional e no Brasil, atuando como denominador comum desde processos de *impeachment* a crises de imagem que atingiram atores políticos de diversas nações.

A história registra casos escandalosos na política nas mais diversas nações – com diferentes padrões econômicos, culturas políticas, sistemas de mídia ou níveis de corrupção.

¹ Esta dissertação está revisada de acordo com o Acordo Ortográfico (1990), em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009.

A título de exemplo, vale destacar que países tão distintos como Estados Unidos, Índia, Japão, México, Itália e Coreia do Sul compartilham a ocorrência de escândalos recentes nesse campo. É cada vez mais claro que se trata de um fenômeno que veio para ficar: estão frequentemente presentes nas democracias, não apenas como momentos políticos excepcionais (TUMBER & WAISBORD, 2004a: 1031).

No caso brasileiro, a presença de escândalos políticos midiáticos não é menos importante. Com a redemocratização do país no fim da década de 1980 e o restabelecimento da liberdade de imprensa como direito efetivamente garantido na Constituição de 1988, os escândalos políticos na mídia se potencializam e passam a contar com um palco mais propício para sua difusão. A estruturação de aparatos fiscalizadores, como é o caso do Ministério Público, também explica em parte a fartura com que escândalos se apresentam (CHAIA, 2001; NASCIMENTO, 2008). Um dos casos mais marcantes, discutido por uma ampla literatura especializada, foi o processo de *impeachment* do primeiro presidente da República eleito sob o voto direto pós-redemocratização. A queda de Fernando Collor de Mello em 1992 expõe as veias abertas de um cenário em que a mídia consolida sua importância – aparece de forma fundamental tanto na eleição do então desconhecido governador do estado de Alagoas como em sua derrubada².

Mas a efervescência pós-democratização não se mostrou um momento de exceção em se tratando de escândalos políticos. Levantamento realizado para esta pesquisa aponta que, em um período de dez anos (1997 a 2006), 11 casos nacionais de corrupção de ampla proporção foram apresentados como manchete principal de capa da Folha de S.Paulo, maior diário do país, por mais de dez edições. Outros 21 casos também estamparam, em menor proporção, a *front page* do veículo. Com períodos de maior ou menor intensidade, a cobertura de escândalos políticos esteve constantemente em foco nessa década analisada, se firmando independentemente do governo em questão.

Em parte desse período (1995 a 2002), esteve em cena o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que teve sua eleição calcada no sucesso de um plano de estabilização da economia e pela subsequente formação de uma forte base política de sustentação. Especialmente no primeiro mandato, FHC contou com boa estabilidade política em termos

² Ainda que a presença da mídia como elemento determinante na ascensão e queda de Collor da Presidência da República seja evidente, a mensuração da efetiva influência dos meios de comunicação é um tema controverso. O retorno do mesmo Collor ao Senado Federal, em 2006, é uma demonstração de que o tema envolve outras variáveis fundamentais.

da condução de votações no Congresso e aprovação de reformas (COUTO & ABRÚCIO, 2003). A coalizão, contudo, também viveu períodos de desgaste, expressos em momentos como as denúncias envolvendo o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge (2000/2001), o episódio da violação do painel do Senado (2001), o caso Sudam e suas relações com o senador Jader Barbalho (2001), os grampos no BNDES durante o processo de privatização do sistema Telebrás (1998), o caso Sivam (1995) e a suposta compra de votos para a Emenda da Reeleição (1997).

Com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2006 e reeleito para um segundo mandato ainda em curso) – cujo pleito contou com votação expressiva e o reforço simbólico da inédita eleição de um operário ao maior posto da nação –, os escândalos políticos também tiveram espaço cativo. Já no segundo ano de governo o caso Waldomiro Diniz (2004) expunha funcionários de confiança da administração federal. Em meados de 2005, se deflagra uma das maiores crises políticas do período democrático, com o caso do “Mensalão” (2005/2006) que dominou fortemente a agenda da imprensa no período e derrubou lideranças expressivas do governo. Uma nova convulsão política surge no período eleitoral – ocasião em que a recondução de Lula à Presidência estava em jogo. O escândalo esteve sustentado na denúncia de compra de suposto dossiê envolvendo políticos do PSDB por partidários do PT – sigla do governo.

A reeleição de Lula encerrou o escândalo, mas não a discussão. O papel da mídia no período tem sido alvo crescente do debate público (LIMA, 2007).

Mas como avançar rumo a um entendimento mais amplo do fenômeno? Ainda que os escândalos políticos tenham, com frequência, se mantido na agenda pública de discussões, parecem não receber o mesmo acompanhamento por parte dos estudos acadêmicos, sendo incipiente a produção de pesquisas mais sistemáticas e investigações comparativas – um quadro que se reflete no campo da Ciência Política, da Sociologia e da Comunicação. Para o sociólogo John B. Thompson, um dos poucos acadêmicos que sistematizaram teoricamente o tema dos escândalos, há uma enorme quantidade de relatos de histórias específicas, sem, contudo, a apresentação de estudos mais analíticos sobre o tema (THOMPSON, 2002: 30).

Existem várias antologias que oferecem passeios informativos, mas despreocupados, por um território povoado de reputações danificadas de políticos e de outras figuras públicas, e há numerosos livros e artigos,

escritos tanto por jornalistas como por integrantes que tiveram graus diferenciados de conhecimento interno, que recontam as histórias de escândalos específicos, a partir de diferentes pontos de vista. Existem, contudo, relativamente poucos estudos que procuram examinar, de um modo mais analítico, a natureza dos escândalos e as condições sociais que conformam sua emergência, desenvolvimento e conseqüências (THOMPSON, 2002: 30).

Dentre os desafios que se apresentam à análise mais sistemática dos escândalos políticos midiáticos está, por um lado, a capacidade de reflexão sobre um objeto que é parte integrante do cotidiano da política, mas que está essencialmente fora do curso normal das instituições. Tais fenômenos também não se apresentam como assuntos homogêneos. A natureza³ e as temáticas que movimentam estes eventos variam de um país para outro (MARKOVITS & SILVERSTEIN, 1988). Por outro lado, são sempre pautados por grande imprevisibilidade: dependem de personagens, de condições políticas específicas e de detalhes de enredo únicos. Frequentemente, a transgressão inicial, foco do escândalo, é desviada ou até mesmo esquecida por força da sequência de ações e acontecimentos que dão desdobramento ao caso (THOMPSON, 2002: 43). O pesquisador está, nesse caso, no reino do improvável.

Mesmo acompanhado de tantas singularidades, temos como pressuposto geral a ideia de que o fenômeno dos escândalos políticos midiáticos podem e devem ser discutidos enquanto conceito útil para os estudos que buscam se aprofundar na relação entre a mídia e a política. As páginas que se seguem, portanto, são um exercício no sentido do mapeamento de características comuns a diferentes escândalos, e, ainda que se desenvolva em torno de uma análise empírica, estão orientadas por uma preocupação eminentemente conceitual: como as formulações sobre este fenômeno se apresentam em coberturas específicas.

Levando em consideração esse contexto – sem a pretensão de solucionar a questão ou propor um modelo geral de análise –, buscaremos verificar empiricamente como os escândalos são apresentados pela mídia por meio de uma abordagem comparativa, de forma a privilegiar a identificação de possíveis padrões e recorrências (sem a preocupação de descrever de forma detalhada as infinitas particularidades de cada caso).

Optamos, como recorte de pesquisa, pela análise comparativa de três coberturas jornalísticas sobre denúncias que atingiram o Governo Federal do Brasil entre 1997 e 2006:

³ John B. Thompson na obra “O escândalo político” oferece uma conhecida taxonomia dos escândalos políticos, no qual define a existência de escândalos sexuais, financeiros e do poder (THOMPSON, 2002: 154).

o caso *Compra de Votos para a Reeleição* (1997), o caso *Mensalão* (2005/2006) e o caso *Dossiêgate* (2006)⁴. De modo a estabelecer semelhanças e diferenças entre a atuação de mais de um veículo, optamos por analisar as notícias publicadas por dois jornais impressos de circulação diária de alcance nacional: a *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. As escolhas metodológicas, portanto, objetivaram suportar a possibilidade de comparação entre casos distantes no tempo, permeados por contextos políticos e intensidades muito diversas e cobertos por diferentes linhas editoriais.

Antes de apresentarmos os resultados empíricos da pesquisa, buscaremos reconstruir os caminhos da pesquisa. No **Capítulo I**, abordaremos dois eixos argumentativos que justificam o problema, partindo da ideia de que escândalos políticos são fenômenos midiáticos. Aqui será também abrangida a discussão em torno da definição deste fenômeno como categoria de análise (sustentando a viabilidade e os aspectos positivos de uma comparação entre escândalos distintos).

Já no **Capítulo II**, o objetivo será fazer um breve resgate teórico da área. Descreveremos duas grandes preocupações (as origens dos escândalos e suas consequências) e tentaremos traçar um caminho alternativo.

O **Capítulo III** traz à tona elementos que sustentam como a perspectiva do enquadramento pode contribuir para uma análise comparativa da cobertura de determinados escândalos políticos.

A reconstrução das escolhas metodológicas será o alvo do **Capítulo IV**, quando problematizaremos a técnica da análise de conteúdo – seus limites e potencialidades.

Por fim, no **Capítulo V**, iniciaremos a análise dos dados empíricos propriamente ditos, com a discussão dos principais enquadramentos e a dinâmica de sua presença ao longo do decorrer dos escândalos. Já no **Capítulo VI**, a participação das fontes de informação nas notícias será o foco da análise, bem como a vinculação partidária dos atores entrevistados – conforme aparecem nos textos.

Nas **Considerações Finais**, buscaremos estabelecer alguns elementos centrais trazidos pelos dados que, de certa forma, apontam problemas de pesquisa futuros para a área.

⁴ Sabemos que própria nomenclatura dos casos já faz parte da luta simbólica que permeia seu desenvolvimento. Adotaremos, apenas para fins práticos, os apelidos que ficaram mais conhecidos.

I - Escândalos políticos como fenômenos midiáticos

A afinidade entre escândalos e a mídia não é nova. A palavra “escândalo” tinha presença frequente na cultura impressa na Europa dos séculos XVI e XVII, assim como nas sátiras de panfletistas ao rei Luís XIV na França⁵ – apenas para lembrar momentos bastante retratados em estudos recentes. No século XVIII, especialmente na Inglaterra, com a introdução dos jornais diários, se tornaram cotidianas as críticas debochadas direcionadas a ministros e monarcas pelos meios impressos. Os embates em torno de casos escandalosos nos materiais impressos, no século XVIII, estiveram inclusive interligados com a discussão em torno do direito à liberdade de imprensa e seus limites (THOMPSON, 2002: 77). Como lembra o sociólogo John B. Thompson:

[...] as guerras de panfletos da década de 1640 testemunharam o emprego explícito do termo escandaloso em relação a afirmações e contra-afirmações articuladas na imprensa [...]. A conexão entre escândalo e mídia deve, pois, suas origens à cultura do panfleto no final do século XVI e início do século XVII, uma cultura em que escandaloso foi empregado para caracterizar afirmações, alegações, acusações e descrições articuladas com a palavra impressa (THOMPSON, 2002: 75-76).

Embora o termo “escandaloso” esteja originalmente ligado a uma conotação religiosa, gradualmente foi ganhando um sentido de indignação e ultraje moral de forma mais ampla. Em meados do século XVII, o termo passou a se referir a um contexto de alegações prejudiciais e difamatórias sobre assuntos que não apenas os relacionados à religião (THOMPSON, 2002: 75). Esta origem moral do conceito – que, de certa forma, ainda se mantém em nosso uso cotidiano – começou a mudar no fim do século XVIII, quando a expressão passou a designar fenômenos mais próximos ao que conhecemos na atualidade: a revelação de atividades previamente ocultadas que poderiam trazer prejuízos aos indivíduos envolvidos (THOMPSON, 2002: 87).

É ao longo do século XIX, contudo, que os escândalos midiáticos têm efetivamente seu nascedouro. Os veículos *penny press*, segundo Michael Schudson (2003), “inventaram o conceito de notícia”, transformando histórias de interesse humano em uma característica

⁵ Ver “A fabricação do Rei: a construção da imagem pública Luís XIV”, de Burke (1994).

regular da publicação do jornal. A introdução do jornalismo como profissão também contribuiu para a criação de um *ethos* próprio que valorizava a ideia de descobrir e apresentar os fatos, histórias surpreendentes que seriam capazes de criar um debate público e influenciar o processo político – o que mais tarde se desenvolveu em torno da ideia de jornalismo investigativo (THOMPSON, 2002: 88).

Já no século XX, os escândalos midiáticos se consolidam como fenômenos plenamente estabelecidos. Especialmente com a introdução da imagem no ambiente da mídia – que culmina com a chegada da televisão – “*a verossimilhança adquiriu uma nova significação*”, em que a utilização de elementos visuais acaba por “*ultrapassar em impacto a realidade insípida*” (BOORSTIN, 2003: 7-9). As mudanças causadas pelo nascimento dos meios eletrônicos, especialmente no plano dos escândalos políticos, são fundamentais não só por terem ampliado a escala de difusão dos conteúdos, mas principalmente na medida em que alteraram o modo pelo qual as notícias passaram a se apresentar e a própria natureza da visibilidade política.

A proximidade temporal entre a consolidação dos escândalos midiáticos e o surgimento dos meios de comunicação de massa não são, contudo, apenas uma curiosidade histórica. As profundas transformações alcançadas a partir do desenvolvimento das organizações de mídia – começando com a imprensa e chegando à mídia eletrônica – conformam a base que permite o surgimento dos escândalos na atualidade, ou seja, tais fenômenos – tal como os conhecemos hoje – só são possíveis por meio da mídia e a partir de sua lógica de funcionamento.

Como lembra Lull e Hinerman (1997: 7), a origem do conceito de escândalo, enquanto fenômeno social, pode ser relacionada ao desenvolvimento das comunicações e ao advento da modernidade – em especial ao nascimento da indústria de publicações e a subsequente introdução de imprensa popular.

Com a introdução dos meios de comunicação de massa surge um novo ambiente de informação, ao mesmo tempo: a) *mais intenso* – uma vez que a quantidade de informação é mais ampla; b) *mais extenso* – a diversidade de indivíduos capazes de receber as informações é maior, a informação flui com rapidez e em escala global; c) *menos controlável* – com a proliferação das formas midiáticas de comunicação, torna-se mais difícil cobrir com segredo as informações ou determinar as consequências de determinadas revelações (THOMPSON, 2002: 313-4). Como lembra Thompson (2002:31), nessa era de

visibilidade midiática, o escândalo é um risco que ameaça constantemente tragar os indivíduos cujas vidas se tornaram o foco da atenção pública.

No âmbito da política, o fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidimensional de informação caracterizam esse novo ambiente, estando os atores sujeitos a ondas cada vez mais crescentes de hipereposição (GOMES, 2004: 112). A indústria privada do entretenimento e o sistema industrial de informação assumiram, nas democracias liberais⁶, o negócio da informação política em lugar da velha imprensa de opinião e da imprensa oficial. Paulatinamente, a censura prévia passa a ser vista como uma “*brutalidade arcaica*” (GOMES, 2004: 112).

Formou-se um domínio multivariado, livre, intenso, veloz e de fácil acesso, composto por repertórios de informação sobre a esfera pública, sobre as questões de Estado e sobre o estado da opinião pública, um domínio que funciona como uma grande cena da qual toda a cidadania pode se tornar espectadora e consumidora, a esfera de visibilidade pública política (GOMES, 2004: 113).

Não são poucos os estudos que se dedicaram à compreensão das implicações dessas transformações – inclusive com a constituição de uma área de pesquisa articulando os conceitos de Mídia e Política. Miguel (2004) sistematiza algumas das principais vertentes deste processo, que merecem uma reflexão mais qualificada:

- a. A mídia tornou-se o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns;
- b. O discurso político transformou-se, adaptando-se às formas preferidas pelos meios de comunicação de massa;
- c. A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação;
- d. Muito mais do que no passado, os candidatos à elite política devem cuidar da ‘retaguarda’ das suas vidas, isto é, das esferas privadas, que não deveriam estar expostas aos olhos do público. A gestão do escândalo

⁶ Não podemos deixar de lembrar que todo o processo histórico de desenvolvimento dos meios de comunicação – e mais especificamente da imprensa – tem relação direta com o estabelecimento das democracias liberais. Inspirada nos ideais das revoluções modernas, essa tradição se funda a partir de um sentido de desconfiança em relação ao Estado e do estabelecimento de empresas de mídia privadas, autônomas financeiramente e que teriam uma função de acompanhamento das ações dos governantes. A liberdade de expressão como direito fundamental e o papel dos veículos de mídia como instrumentos constituintes do sistema fez com a imprensa, na concepção liberal, fosse entendida como um pilar das democracias.

político torna-se um componente cotidiano das ações de governos, partidos, parlamentares e candidatos (MIGUEL, 2004: 8-9).

Esse último ponto nos interessa especialmente. Em um ambiente de informação menos controlável é de se esperar que os esforços de administração da exposição das figuras públicas tenham uma importância cada vez maior. Sabe-se que a amplificação da visibilidade criada pela mídia configura, do ponto de vista dos atores políticos, um paradoxo: quanto mais procuram gerenciar sua visibilidade, menos a podem controlar. Com a alteração brutal na escala da visibilidade pública, os impactos da exposição podem escapar das rédeas das autoridades envolvidas e, ocasionalmente, funcionar contra elas (THOMPSON, 1998: 126). Como lembra o autor, “*o escândalo é um risco profissional da política na era da visibilidade mediada*” (THOMPSON, 1998: 130).

De outro ponto de vista, não apenas se amplia a exposição sobre as questões consensualmente identificadas como de “interesse público” – referentes diretamente ao exercício da atividade política – mas, cada vez mais, aspectos da vida privada das autoridades passam a ser considerados relevantes para a apresentação ao público. A linha tênue que separa os dois elementos é alvo de debate intenso (SABATO, 2000).

Nesse contexto, os agentes políticos passam a operar uma verdadeira administração da “reserva-exibição”, ou seja, fazem a gestão da tensão permanente entre a necessidade de estar visíveis como forma de contato com seu eleitorado e, ao mesmo tempo, de tentarem restringir a exposição daquilo que é conveniente manter sob discrição. Por meio de “vazamentos” de informação e compromissos com jornalistas, os atores buscam – ainda que de forma inevitavelmente precária quanto a seus resultados – administrar sua visibilidade (GOMES, 2004: 120).

A recente solidificação de instrumentos como a contratação de profissionais de *marketing* político, pesquisas qualitativas de opinião e consultores de “gerenciamento de crise” tem interface clara com esse novo cenário. Como aponta Thompson (2002), a administração da visibilidade, como marca da atividade política, tem com objetivo preservar uma retaguarda de reputação e confiança que escândalos políticos têm o poder de minar⁷.

⁷ Este ponto será desenvolvido no **Capítulo II**.

I.1. Os escândalos no campo do jornalismo

A apresentação desse cenário de tensão – recheado pela parceria ambivalente de profissionais da imprensa e fontes de informação – nos leva a uma reflexão primordial sobre a participação do jornalismo neste processo. Um primeiro aspecto é o fato de que o universo da comunicação “controla” a esfera de visibilidade pública, não apenas quando determina o que deve ser exposto, mas, fundamentalmente, quando organiza os conteúdos segundo sua lógica própria de funcionamento⁸. Como argumenta Gomes (2004: 143-144), os agentes da comunicação atuam como um *deus terminus*, “*seleccionando as pessoas, fatos, discursos e eventos que podem ser aí introduzidas, que podem ganhar existência midiática e organizando o modo como o podem ser*”. De acordo com este raciocínio:

- a. na esfera de visibilidade pública só circulam materiais e conteúdos organizados segundo códigos e gramáticas característicos das instituições midiáticas que as controlam;
- b. as rotinas produtivas dessas indústrias assimilam materiais e conteúdos organizados em conformidade com a lógica que empregam (GOMES, 2004: 67).

A origem desse processo estaria localizada na própria constituição dos meios de comunicação enquanto “indústrias” de produção da informação. A mídia promove o estabelecimento de formatos padronizados e critérios semiautomáticos de seleção e organização – consolidados em rotinas de produção – para os setores de apuração e de edição do jornalismo empresarial (GOMES, 2004: 67). Uma ampla literatura se aprofundou em avaliar, por exemplo, a capacidade do jornalismo de “rotinizar o inesperado”, nos termos de Tuchman (1973). Nesta mesma linha, Molotch e Lester (1993) situam os escândalos numa posição intermediária entre os acontecimentos de rotina e os acidentes – na medida em que compartilham características do inesperado e da promoção intencional de um informante⁹. Mesmo os acontecimentos mais surpreendentes são sempre “traduzidos” por meio de uma gramática midiática¹⁰.

⁸ Sabemos que este controle dos códigos e rotinas não elimina as muitas intervenções que os outros campos podem ter sobre o trabalho do jornalismo. Os mais óbvios são a censura estatal e as pressões comerciais dos anunciantes. Formas mais sutis também podem surgir, como é o caso da manipulação da destinação da publicidade oficial com fins políticos e pessoais (ADC, 2008).

⁹ “Um escândalo implica uma ocorrência que se torna um acontecimento da atividade intencional de indivíduos (chamaremos-lhes ‘informadores’) que por uma ou outra razão não partilham as estratégias de

É sobre este *modus operandi* midiático que está configurado um aspecto central para os estudos sobre os escândalos – em especial no campo da política. Nesse novo ambiente de circulação da informação, os escândalos emergem como fenômenos pautados pelo ritmo das organizações da mídia que atuam como verdadeiros “mestres de cerimônias”, na medida em que promovem determinados casos por meio de padrões de publicação e difusão próprios, dizendo que atos de corrupção e que desenvolvimentos subsequentes merecem a atenção da audiência (WAISBORD, 2002: 298)¹¹.

É certo, por um lado, que determinados atores estão sempre atuando de forma a orquestrar novos escândalos, como é o caso dos órgãos de investigação e do uso estratégico que as oposições fazem no campo das denúncias. No entanto, somente com a atenção da mídia é possível a transformação de transgressões reveladas em escândalos propriamente ditos.

Sendo assim, a mídia não só é responsável pela reprodução mecânica dos conteúdos que chegam às redações, como se constituiu enquanto figura ativa na apresentação de novas denúncias. Além da disposição necessária dos atores políticos, a conformação de um escândalo está relacionada a um certo *ethos* jornalístico – calcado na autoconcepção da profissão como o exercício do controle sobre as diversas instituições (*watchdog role*) (TUMBER & WAISBORD, 2004b: 1143). Este é também um dos elementos que podem ser mencionados para explicar a crescente importância desses fenômenos.

Vale destacar que está entre as tradições mais clássicas do jornalismo um conjunto de técnicas de apuração destinado a trazer para a esfera pública assuntos antes restritos ao interior do campo político¹². “*O jornalismo investigativo é um perigoso adversário do segredo na esfera política e um potencial sabotador das iniciativas de administração da reserva-exibição dos agentes políticos*”. (GOMES, 2004: 120-121).

produção de acontecimentos dos ‘executores’ das ocorrências [...]. De fato, a realização do acontecimento é geralmente uma surpresa para os atores originais” (MOLOTCH & LESTER, 1993: 48).

¹⁰ A perspectiva do enquadramento, que será discutida no **Capítulo III**, é uma forma de aproximação em relação a estes mecanismos midiáticos.

¹¹ Na conhecida argumentação de Elihu Katz, apresentada em “*Os acontecimentos midiáticos: o sentido de ocasião*”, o repórter é associado a um mestre de cerimônia, na medida em que, como um sacerdote, celebra um acontecimento midiático (entendido como grandes acontecimentos públicos) e se integra a ele com reverência (ao contrário do acontecimento noticioso quando o jornalista mantém certo distanciamento). Não utilizamos a metáfora neste sentido particular, voltado à atuação individual do jornalista, mas sim no sentido de Waisbord (2002), quando aponta a capacidade da mídia de indicar os tempos de apresentação e o desenrolar dos eventos.

¹² Esse aspecto será discutido de forma mais detalhada no **Capítulo II**.

Por fim, quando se analisa a cadeia de transformação dos acontecimentos em notícias, não podemos esquecer que os escândalos podem ser considerados eventos especialmente tributários dos chamados *valores-notícia*. Seguindo a célebre metáfora de Galtung e Ruge (1993), as denúncias que geram escândalos possuem grande chance de serem “sintonizadas” enquanto notícia – visto que carregam elementos tais como a imprevisibilidade, além de se centrarem em fatos negativos, focados em pessoas da elite política. Avesso a explicações sociológicas ou estruturais, o interesse do jornalismo estaria fortemente voltado para a “personificação”, que entende os acontecimentos como consequência das ações e decisões de determinadas pessoas (GALTUNG & RUGE, 1993: 68). A identidade entre os atributos dos escândalos e os valores-notícia são indicadores importantes da proximidade entre os escândalos e o cotidiano da prática jornalística.

Não se trata, portanto, de desprezar em nossa pesquisa o papel dos mais diversos interesses e de toda a estrutura institucional que torna um escândalo possível (políticos, órgãos de investigação e de justiça, organizações da sociedade civil, corporações, entre outros)¹³. Nossa preocupação conceitual, contudo, visa compreender a faceta “midiática” dos escândalos políticos. Estamos, portanto, diante de um fenômeno que historicamente se destaca, não apenas por meio da mídia, mas com o aval e liderança de seus mecanismos de funcionamento.

I. 2. Escândalos políticos midiáticos: problematizando o conceito

Ressaltar uma abordagem sobre os escândalos que considere a mídia como ator fundamental pode parecer uma obviedade. Uma passagem sobre as definições dos escândalos na literatura especializada, entretanto, demonstra que essa preocupação não é desimportante.

O cientista político Theodore Lowi – em texto bastante influente no debate teórico sobre os escândalos políticos – define escândalo, de maneira sucinta, como “*a corrupção revelada*” (LOWI, 1988: 7). Ainda que vantajosa por sua clareza, a sentença não está

¹³ Suzane Garment, na obra “Scandal: the culture of mistrust in american politics” (1992), identifica o funcionamento nos EUA, a partir dos anos de 1970, de uma “máquina de produção de escândalos” que teria entre seus mecanismos principais uma mídia mais agressiva, um marco legal forte e o crescente poder investigador dos comitês do Congresso e de promotores.

centralmente preocupada com os mecanismos midiáticos que permitem a amplificação e sustentação do escândalo para além dos marcos iniciais – elemento fundamental para nossa abordagem. Outros pesquisadores do campo da ciência política também apresentam definições focadas na ideia de que os escândalos são fenômenos de publicização de comportamentos moralmente reprováveis (FUNK, 1996; KING, 1986; YANKOVA, 2006).

Para esses autores, duas preocupações básicas estão em pauta: como um evento se torna um escândalo e qual seu impacto para o sistema político (LOWI, 1988: ix). O escândalo político é encarado como chave explicativa para a compreensão de aspectos mais amplos, como as configurações institucionais e o entendimento da cultura política que permite sua ocorrência (LOGUE, 1988: 255). Dessa perspectiva, a mídia aparece como a passarela pela qual tais eventos desfilam, sem uma maior reflexão sobre suas propriedades e especificidades¹⁴.

Uma reflexão mais ampla sobre a mídia por parte do pensamento político já foi avaliada como um “ponto cego” do debate teórico (MIGUEL, 2000). Quando é considerada, há uma tendência de redução dos aspectos midiáticos à mera plataforma de exibição:

[...] freqüentemente se entende a interface presente na idéia de comunicação política como se o universo político entrasse com o propósito, os agentes, suas habilidades, sua arte, seus valores e, é claro, com seus conteúdos, enquanto a comunicação funcionaria apenas como um conjunto de dispositivos de exibição, difusão, circulação dos conteúdos que a destreza política lapidaria e formataria segundo seus propósitos e conveniências. (GOMES, 2004: 42).

Uma ampla bibliografia sobre os escândalos políticos também foi promovida por pesquisadores da área da sociologia e da antropologia. A ideia de escândalo – independentemente de sua face midiática – já foi observada, por exemplo, pelo viés das raízes culturais e a partir do estudo de pequenas comunidades. Os escândalos aparecem, nesse campo teórico, como elementos de percepção dos valores grupais e das formas de aceitação e pertencimento (GLUCKMAN, 1963: 308). Guardadas as devidas multiplicidades de enfoques, este campo acredita que, com a observação dos escândalos, é

¹⁴ Lowi (1988) reconhece alguns elementos da estrutura da mídia como definidores desse cenário, como é o caso do interesse econômico das empresas reforçado pela expressão: “*News is money*”. A avaliação é, contudo, reducionista em relação aos mecanismos presentes no jornalismo quando cobrem escândalos políticos, que ficam, na ótica do autor, restritos a uma busca imediata pelo aspecto financeiro do negócio do jornalismo.

possível conhecer melhor as bases culturais e normativas de uma sociedade (ESSER & HARTUNG, 2004: 1042). Ainda que extremamente interessantes para o aprofundamento em torno do tema, nesses estudos a mídia é – do nosso ponto de vista – negligenciada.

Em uma linha diversa, buscaremos privilegiar na definição do conceito de escândalos políticos midiáticos as abordagens que vão além da mera revelação de transgressões pela mídia¹⁵.

Uma primeira conceituação que se aproxima da que adotaremos é apresentada por Lull e Hinerman (1997: 3), segundo a qual os escândalos midiáticos – nesse caso não apenas os escândalos políticos –, para além da publicização de transgressões, são também narrados pela mídia – que enquadra as histórias, oferece características próprias e promove a longevidade dos casos. Segundo o autor, a mídia não tem apenas a habilidade de dar a partida e “injetar combustível”, mas também de relativizar, reduzir a exposição e até extinguir os escândalos (LULL & HINERMAN, 1997: 15). Não é, portanto, mero dispositivo de promoção da circulação de conteúdos.

John B. Thompson aprofunda essa ideia em sua obra quando apresenta uma conceituação mais ligada ao ritmo operacional do fenômeno. Os escândalos seguem um caminho que vai da: a) *desaprovação pública*; b) *negações públicas e contra-alegações*; c) *investigações e revelações posteriores*; d) *transgressões de segunda ordem* (THOMPSON, 2002: 52). Para Thompson (2002: 47), os escândalos são ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões, que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública. Segundo o autor, sem uma réplica dos envolvidos não há escândalo.

Mas o que move este fluxo de alegações e contra-alegações? Para Thompson, especialmente no campo da política, os escândalos podem interferir na dinâmica de reputação e confiança dos atores envolvidos.

A utilização dos escândalos como meio para a disputa política – com o aval organizador da mídia – faz com que os escândalos sejam definidos, em sua origem, como lutas pelo “poder simbólico” – ou a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e modelar seu

¹⁵ Um aspecto empírico que corrobora com essa avaliação é o fato de que nem todo ato de corrupção que vem a público acaba originando um escândalo. Dados da organização Transparência Brasil (<http://www.deunojornal.org.br/>) apontam que notícias sobre corrupção surgem com enorme frequência nos jornais impressos brasileiros, mas, ainda assim, a esmagadora maioria dos assuntos é coberta pelos jornais em um único dia.

resultado, bem como a capacidade de influenciar as ações e crenças dos outros por meio da produção e transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 2002: 297). É seu potencial destruidor de reputações que o torna especialmente importante para os profissionais da mídia, cidadãos e, especialmente, para os políticos.

Sendo assim, adotaremos, baseado nas argumentações de Thompson, o seguinte conceito de Escândalos Políticos Midiáticos (EPMs):

São decorrências de ações ou acontecimentos considerados transgressores, localizados no campo da política, que são revelados pela mídia, geram respostas e um processo de luta pelo poder simbólico em que estão em jogo a reputação e confiança dos atores envolvidos.¹⁶

Cabe lembrar, contudo, que ainda que se configure como um fenômeno tipicamente midiático, conforme argumentamos anteriormente, um escândalo não está restrito aos conteúdos veiculados pela mídia. Em um extremo, as notícias estão baseadas em denúncias articuladas por uma cadeia de atores que, em maior ou menor grau, “orquestram” aquilo que é apresentado ao público. Seja pela atividade de jornalismo investigativo, seja por meio do reflexo de embates entre as elites políticas que “plantam” acusações, também faz parte do fenômeno um jogo de bastidores que não necessariamente é apresentado publicamente.

Na outra ponta, não podemos esquecer que certos casos só se tornam escândalos na medida em que há “escandalizados”, ou seja, com a participação da audiência midiática. Como lembra Bird (1997), que estudou a recepção de escândalos cobertos por tablóides americanos, estes fenômenos não dependem apenas da sustentação da mídia¹⁷:

People know about major scandals even if they have never read or seen a single news story about the event. Certainly the media are now the

¹⁶ Quando falamos em campo da política, nos baseamos na argumentação de Thompson que, tendo Bourdieu como referência, defende que todo escândalo que atinge o campo da política é um escândalo político, seja ele sexual, financeiro ou propriamente político.

¹⁷ Nesse sentido, adotaremos nesta pesquisa o termo Escândalos Políticos Midiáticos sempre que nos referirmos ao fenômeno por suas faces mais amplas (que compreendem as notícias publicadas, a ação dos envolvidos e a produção de novas denúncias e a recepção por parte do público). Designaremos o conteúdo midiático como “cobertura” – deixando clara a distinção entre os textos jornalísticos sobre os EPMs (a parte) e os EPMs propriamente ditos (o todo).

major tellers of scandalous tales, but the narratives cannot be sustained by the news media alone (BIRD, 1997: 116-117)¹⁸.

Tratamos, até o presente momento, da importância dos escândalos políticos em um contexto de alteração da escala de visibilidade midiática. Também argumentamos pela necessidade de observar o fenômeno com um enfoque na lógica de funcionamento da mídia, ou seja, considerando os atributos específicos da atividade dos meios de comunicação – com especial atenção para o jornalismo. Por fim, definimos os escândalos políticos como conflitos envolvendo o poder simbólico no que diz respeito à atribuição de reputação e confiança dos atores políticos – aspectos que serão aprofundados no capítulo seguinte.

Em suma, o movimento da pesquisa parte, como vimos, do pressuposto geral de que um escândalo pode ser percebido como uma espécie de “fato social”¹⁹, ou um conceito útil ao entendimento da relação entre política e mídia. Embora cada caso conte com especificidades únicas e intransferíveis, os textos jornalísticos acabam refletindo padrões de cobertura passíveis de serem identificados em diferentes momentos (análise de escândalos distanciados pelo tempo) e independentemente das linhas editoriais (análise de mais de um veículo de imprensa) – o que fariam os escândalos políticos midiáticos merecerem uma análise enquanto fenômeno dotado de natureza e individualidade próprias.

Mas como se apresentam empiricamente esses padrões e recorrências? É para enfrentar este tipo de questão que introduziremos a perspectiva do enquadramento como elemento orientador – o que será mais detalhadamente discutido no **Capítulo III**. Ainda que as variações conceituais sejam diversas, as pesquisas baseadas nesta teoria procuram, de uma maneira ou de outra, identificar uma *ideia central organizadora* (GAMSON & MODIGLIANI, 1989), segundo a qual os sentidos sobre cada acontecimento são construídos. Sendo assim, a principal pergunta de pesquisa é:

¹⁸ “As pessoas tomam conhecimento de grandes escândalos mesmo quando nunca leram ou viram uma única notícia sobre o evento. Certamente a mídia é atualmente o maior contador de estórias sobre escândalos, mas a narrativa não pode ser sustentada pela mídia noticiosa sozinha” [tradução do autor].

¹⁹ Usando aqui conceito aprofundado por Durkheim (2003).

Como as notícias publicadas por dois jornais impressos brasileiros – como peças que materializam a dinâmica das lutas políticas em torno de casos específicos – enquadram, no sentido de uma “idéia central organizadora”, diferentes escândalos políticos midiáticos?

Conforme argumentamos anteriormente, a mídia não constitui apenas caixa de ressonância. Sob sua lógica, os escândalos são construídos e formatados. Nesse sentido, um olhar direcionado aos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação e a busca pela identificação de padrões próprios de seleção e organização do texto são um dos caminhos para compreender o fenômeno.

Não esperamos, de forma alguma, trabalhar todas as complexidades inerentes aos EPMs. A proposta é oferecer um olhar empírico – a partir do campo da comunicação – capaz de dar pistas sobre os mecanismos mobilizados pela mídia quando o assunto está em pauta.

I.3. Objetivo geral

Buscar padrões ou recorrências nos textos jornalísticos, sob orientação da perspectiva do enquadramento como “ideias organizadoras”, quando cobrem escândalos políticos midiáticos ocorridos recentemente no Brasil.

I.4. Objetivos específicos

- Estruturação de uma análise comparativa sobre textos jornalísticos publicados em dois jornais diários brasileiros que tenham como foco três escândalos políticos que se apresentaram em diferentes contextos;
- Verificação empírica da dinâmica de apresentação de conteúdos pelos jornais ao longo do tempo, elementos que identifiquem mecanismos midiáticos de administração dos escândalos políticos.

II - Referencial teórico: EPMs e visibilidade pública

Ocorreu-me então que, certa vez, tratei de um paciente cuja angústia patológica ante a leitura de jornais veio a se esclarecer como uma reação contra sua ambição patológica de se ver em letras de imprensa e ler sobre sua fama nos jornais. Alexandre da Macedônia foi, sem dúvida, um dos homens mais ambiciosos que já existiram. Chegou a se queixar de que não houvesse um Homero para cantar suas façanhas.

Sigmund Freud - Sobre a psicopatologia da vida cotidiana: Esquecimentos, lapsos da fala, equívocos na ação, superstições e erros (1901)

Após uma problematização do conceito, argumentamos que a discussão sobre os escândalos políticos midiáticos carece de um olhar próprio da Comunicação. A pesquisa acerca das origens do fenômeno, por um lado, e de seus efeitos, na outra ponta, não tem se preocupado com a mediação – com o perdão do trocadilho – da mídia. Para cientistas políticos e sociólogos, está bastante clara a emergência de um fato social que ultrapassa a barreira do casual e se mostra parte estrutural do jogo político nas democracias (MARKOVITS & SILVERSTEIN, 1988), refletindo uma base cultural própria da modernidade (NECKEL, 2005). Contudo, os mecanismos midiáticos de gerenciamento dos escândalos, capazes de transformar uma denúncia isolada em um amplo combate simbólico, não são o foco principal destes estudos.

Nesse sentido, apresentaremos inicialmente uma breve revisão sobre os dois “extremos” da pesquisa sobre escândalos políticos – sua origem e seus efeitos. Em seguida – e tendo como base a argumentação de John B. Thompson –, discutiremos uma alternativa teórica que pensa a importância da visibilidade midiática e suas implicações para a explicação de tal fenômeno. A filiação da análise de Thompson com a obra de Pierre Bourdieu também foi levada em consideração – tendo sido introduzidos alguns elementos do último, como forma de complementar o referencial.

II. 1 Escândalos na mídia: a origem do fenômeno

A crescente presença dos escândalos políticos midiáticos na atualidade contribuiu para a formulação de uma série de hipóteses de pesquisa acerca do fenômeno. Fundamentalmente, tais hipóteses buscam identificar os motivos que explicam a presença tão central deste fenômeno no cotidiano de diversas nações. Trataremos brevemente de algumas “macro-hipóteses” que buscam explicar a presença marcante dos escândalos na mídia. Todas ainda carecem de investigações mais sistemáticas, mas constituem entradas amplas que podem ser – e efetivamente são – perseguidas para o entendimento do fenômeno. Estas macro-hipóteses também não são estanques, sendo linhas gerais de análise que se mesclam em muitos momentos e aparecem como partes complementares de argumentações em torno do problema.

De ponto de vista mais relacionado a aspectos “políticos”, a preocupação em torno da proximidade entre os escândalos políticos, a democracia e os sistemas de *accountability* tem sido um debate recorrente na literatura acadêmica.

Em uma abordagem bastante conhecida a respeito da emergência dos escândalos políticos, Markovits e Silverstein (1998) defendem que a própria natureza do processo democrático faz com que tais eventos se constituam como parte intrínseca ao modelo. Eles comporiam o jogo especialmente na medida em que se colocam no caminho entre a lógica do *poder* – que é privatizante, secreta e exclusiva – e a *democracia*, orientada para o público, aberta e inclusiva. A justaposição destas duas características, inerentes ao sistema, criaria as bases para a emergência recorrente dos escândalos.

Outros autores têm relacionado a emergência desses fenômenos com o desenvolvimento de mecanismos de responsabilização das instituições públicas – uma característica dos ambientes democráticos. A mídia é identificada como um instrumento de *accountability* social, uma forma de controle vertical, não eleitoral, no sentido de monitorar, investigar e denunciar atos ilegais (PERUZZOTTI, SMULOVITZ, 2002; YANKOVA, 2006). Um dos elementos centrais para um governo mais *accountable* – segundo extensa literatura na área da teoria da democracia – é justamente a diminuição da assimetria de informações entre a esfera da política (e tudo que ocorre nos bastidores dessa atividade) e os cidadãos. A informação do público sobre possíveis transgressões por meio dos escândalos seria, portanto, fator de momentânea equiparação no acesso a informações (YANKOVA, 2006).

Para além da responsabilização, que tem origem na pressão que a sociedade exerce sobre a política, o desenvolvimento dos aparatos de fiscalização do Estado exerce papel relevante na conformação de novas denúncias²⁰. Constantemente, os atores políticos são julgados, por agências de controle – como é o caso dos Tribunais de Contas, Controladoria-Geral, Ministério Público, apenas para ficar no contexto brasileiro –, sempre com base em marcos e procedimentos legais preestabelecidos. Essa perspectiva do *accountability* também é alvo de ampla bibliografia, localizada na ciência política, referente à repercussão eleitoral de escândalos políticos (DOBRATZ & WHITFIELD, 1992; FUNK, 1996; JIMÉNEZ; CAÍNZOS, 2004).

Outro argumento – presente nos estudos sobre o contexto latino-americano e bastante relacionado às perspectivas anteriormente apresentadas – é a associação entre a redemocratização dos países que viveram ditaduras durante as décadas de 1970 e 1980 e o ressurgimento de escândalos políticos (PÉREZ-LIÑÁN, 2006; WAISBORD, 2000).²¹

Já a partir de um ponto de vista mais “econômico”, há uma linha argumentativa que identifica laços históricos entre a constituição dos veículos de imprensa enquanto empresas comerciais, desde o fim do século XV, e o interesse pelos escândalos. A orientação dessas organizações para a obtenção do lucro – dada a sua capacidade de gerar receitas atraindo leitores/espectadores com a venda de bens simbólicos – tem sido alvo de análises que relacionam o sistema de mídia privado e a expansão dos escândalos na atualidade. Nesse contexto, a veiculação de escândalos é interpretada no bojo da existência de interesses econômicos específicos, ou da disputa por um mercado supostamente composto de consumidores ávidos pelo extraordinário – o que os jornalistas costuma chamar de “furo de reportagem”. Para Thompson, a publicação de revelações ou alegações geradoras de escândalos expõe interesses econômicos: “(...) *os escândalos fornecem histórias cheias de vida, provocativas, que podem ser usadas para chamar a atenção dos leitores e mantê-los presos enquanto o enredo se desenrola dia a dia, semana a semana*” (THOMPSON, 2002: 109).

²⁰ Como veremos no **Capítulo VI**.

²¹ Diversos presidentes da região sofreram, especialmente na década de 1990, denúncias e processos de *impeachment*. Os casos mais conhecidos são: Fernando Collor de Mello (1990-1992) no Brasil, Ernesto Samper (1994-1998) na Colômbia, Carlos Andrés Pérez (1989-1993) na Venezuela, Raúl Cubas (1998-1999) e Luis Ángel González Macchi (1999-2003) no Paraguai.

O ambiente de concorrência entre as empresas jornalísticas tem, de uma outra perspectiva, também reforçado a tendência de uma cobertura adversária – com especial atenção à cobrança dos governos: “*as competition has increased, the media scandal is a way to stimulate public outrage and corporate profits*” (TUMBER & WAISBORD, 2004b: 1144)²².

O contexto de crise financeira de uma série de empresas de mídia também representa um ponto importante para a crescente importância desses eventos. Segundo alguns autores, um certo “jornalismo de escândalos” seria mais barato, já que (no caso brasileiro, por exemplo) reproduz em sua maioria “escândalos confinados” – ou seja, localizados em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) ou investigações de promotores federais. Tais “escândalos com endereço” permitem que poucos repórteres (elemento fundamental em redações reduzidas) possam ter acesso a um grande volume de informação com custos relativamente pequenos. Para o jornalista Mário Rosa (2004: 434-435), que se especializou em oferecer serviços de gerenciamento de crises, o escândalo é, para os veículos de mídia, um bom negócio – na medida em que gera muito conteúdo a custos baixos.

Com relação a elementos que poderíamos denominar de forma ampla de “culturais”, uma teoria sociológica, principalmente de língua alemã, se especializou no estudo dos escândalos – propondo inclusive a constituição da “escandologia” como uma subdisciplina específica – com especial atenção para a verificação de normas, de valores e de aspectos da coesão social (MARKOVITS & SILVERSTEIN, 1988)²³. O pressuposto mais frequente dessa abordagem é a capacidade dos escândalos políticos representarem a expressão de uma base cultural que tem na identificação dos casos desviantes elementos para a integração social. “*Many authors believe – rightly so, we think – that by looking at scandals, one may learn something about the normative and cultural bases of a society*” (ESSER & HARTUNG, 2004: 1042)²⁴.

²² “*à medida que a competição cresce, o escândalo midiático se torna um meio de estimular o ultraje público e o lucro das empresas*” [tradução do autor].

²³ As obras “*Theorie und Praxis des politischen Skandals*” de Manfred Schmitz (1981) e “*Skandal: Eine Psychologie des Unerhoerten*”, de Christian Schuetze (1985) são citadas como parte dessa literatura.

²⁴ “*Muitos autores acreditam – de forma correta, nós pensamos – que olhando para os escândalos podemos aprender alguma coisa sobre a base normativa e cultural de uma sociedade*” [tradução do autor].

Outra abordagem bastante discutida é propiciada por uma sociologia da profissão de jornalista e os conhecidos estudos da perspectiva do *newsmaking*²⁵ – especialmente aqueles focados na influência das rotinas produtivas. A emergência dos escândalos, desse ponto de vista, estaria vinculada às características do fazer jornalístico historicamente construídas. A própria constituição de um campo específico, no sentido de Bourdieu, com suas regras próprias de funcionamento, propiciou uma crescente valorização da ideia de que estes profissionais possuem uma “*missão de guardiões do interesse público*” (LIMA, 2006: 12). Para Thompson:

A conformação das agendas de políticas públicas através da revelação de atividades secretas que chocassem e surpreendessem, que atingissem os nervos expostos da comunidade e levassem os responsáveis pelas políticas públicas a lhes dar uma satisfação, tornou-se parte da autoconcepção profissional dos jornalistas (THOMPSON, 2002: 113).

Por fim, de um ponto de vista que denominaremos “tecnológico”, estão as transformações, talvez as mais evidentes, que ajudariam a explicar a forte ascensão dos escândalos midiáticos. Por um lado, a multiplicação das mídias, com a massificação da tevê, canais de notícias a cabo e a introdução da internet como meio importante de veiculação de notícias, aponta no sentido de que: a) a competição entre tais espaços seja mais exacerbada; b) os escândalos sejam uma maneira conveniente e barata de preencher o espaço nesse ciclo incessante de notícias (TUMBER & WAISBORD, 2004b: 1147). De outro ponto de vista, os entusiastas da internet também argumentam no sentido de que a rede mundial abriria a oportunidade para que novos atores entrassem em cena, o que seria mais uma fonte de investigação e controle dos poderes públicos. Os *blogs* políticos são um bom exemplo a ser estudado nesse sentido.

Também não é desprezível o fato de que as inovações tecnológicas em aparatos de investigação – tais como microcâmeras, gravadores digitais, fotografia digital, entre outros elementos – facilitaram a existência de escândalos, já que imagens e sons frequentemente garantem maior *sex appeal* e credibilidade às histórias (TUMBER & WAISBORD, 2004b: 1148).

²⁵ Os estudos de *newsmaking* estiveram também bastante preocupados com questões econômicas que exploramos no ponto anterior.

II. 2 Teorias sobre os efeitos dos escândalos

Para além da busca da compreensão do fenômeno a partir de sua origem, um dos campos mais férteis para a análise dos escândalos políticos midiáticos tem sido a preocupação com seus efeitos. Por essa ótica, os investigadores buscam avaliar os impactos (sejam positivos ou negativos) desse fenômeno sob campos diversos – tais como os sistemas políticos ou a dinâmica social de maneira geral.

Apresentaremos duas soluções teóricas opostas – duramente criticadas por John B. Thompson (2002) – e que podem ser vinculadas a teorias bastante discutidas no campo da comunicação: a teoria funcionalista e a teoria crítica.²⁶

Por um viés funcionalista, os escândalos políticos são explicados por meio de uma orientação eminentemente conservadora: contribuem para a reafirmação e consolidação do *status quo*. Estes autores estão preocupados em verificar como “*as crises sociais e políticas mobilizam um processo de ritualização através dos quais valores fundamentais são renovados*” (THOMPSON, 2002: 288). Com uma função normativa análoga à do pecado para os estudos da religião, os escândalos políticos seriam, por meio da mídia, capazes de fortalecer a crença de que a sociedade possui mecanismos para expor e condenar o transgressor:

Like all pathological developments of social life it [o escândalo] is inherent to normality and has its starting point there. Because scandal emerges from the normality of political life its analysis also exposes the normal business of politics itself. The revelation and inquiry of political scandals provide insights into social areas which usually remain concealed from the public eye, although they are of great significance for political life: the activities of economic corporations, party headquarters, state offices and intelligence services suddenly become visible. Characteristically in the course of institutional treatment of scandals findings come to light – often unintentionally – that go far beyond the original occasion that triggered the scandal itself. In the light of scandal more of everyday political reality is laid bare (NECKEL, 2005: 102)²⁷.

²⁶ Buscaremos sintetizar os pressupostos teóricos fundamentais dessas abordagens. Não serão tratados os desenvolvimentos peculiares dos autores envolvidos, suas diferenças e exemplos na área das pesquisas.

²⁷ “*Como todo desenvolvimento patológico da vida social, ele [o escândalo] é inerente à normalidade e tem nela seu ponto de partida. Porque o escândalo emerge da normalidade da vida política, a sua análise também expõe o negócio normal da política por si mesma. A revelação e investigação de escândalos políticos oferecem insights em áreas sociais que normalmente permanecem ocultas aos olhos do público, ainda que sejam de grande significância para a vida política: as atividades de corporações, direções dos partidos,*

Jeffrey Alexander (apud THOMPSON, 2002: 286), ao discutir o escândalo Watergate, aposta que os casos escandalosos assumem função de ritual purificador. “As audiências televisadas do comitê seletivo do Senado se tornaram um ritual cívico que recriou e reafirmou a moralidade sagrada, generalizada, sobre a qual os aspectos mais terrenos da vida política dos EUA estavam baseados”.

Para essa abordagem, as práticas e instituições sociais, inclusive os meios de comunicação, seriam explicados em termos das “necessidades” da sociedade e dos indivíduos. Segundo Denis McQuail, aplicadas às instituições midiáticas, essas “necessidades” estão relacionadas com “continuidade, ordem, motivação, direção, socialização, adaptação” (McQUAIL, 2003: 81).

Na medida em que essa teoria se preocupa basicamente com um sentido de integração – e é por esse olhar que o campo funcionalista chega a analisar os escândalos políticos – os eventos da ordem do sensacional não são imediatamente compreendidos por estes autores como socialmente desviantes ou desintegrativos²⁸.

Uma segunda teoria apresentada por Thompson é a que o autor designa como perspectiva da “trivialização” – que estaria ligada à chamada “teoria crítica”²⁹ e especialmente associada à argumentação de Jürgen Habermas sobre o declínio da esfera pública. Ao contrário da teoria funcionalista, essa abordagem imputa aos escândalos um impacto deletério no discurso e nos debates públicos. A preocupação crescente com os escândalos seria fruto de uma focalização do debate em assuntos pessoais – enquanto problemas substantivos (tais como pobreza, violência, desenvolvimento, etc.) seriam colocados em segundo plano. A presença dos escândalos seria compatível com uma

autoridades estatais e serviços de inteligência se tornam repentinamente visíveis. De forma característica no curso do tratamento institucional dos escândalos as descobertas vêm à luz – com frequência de modo não intencional – e vão muito além da ocasião original que disparou o escândalo. Sob a luz dos escândalos, mais do cotidiano da realidade política é desnudado” [tradução do autor].

²⁸ “Não surpreende tanto que a investigação sobre os efeitos tenha falado ao apoiar a afirmação de que os meios de massa, com toda a atenção que dão ao crime, ao sensacional, à violência e aos acontecimentos desviantes, são causa significativa do crime e da desorganização social ou mesmo individual. Quanto mais nos agarramos a uma teoria funcionalista dos meios, menos lógica é a expectativa de encontrar efeitos socialmente desintegrativos” (McQUAIL, 2003: 84).

²⁹ Thompson ressalta a inspiração frankfurtiana dessa abordagem. O autor se concentra, contudo, no pensamento de Habermas, e sua discussão sobre o declínio da esfera pública, sem citar os tributários da teoria crítica que teriam desenvolvido com maior profundidade a questão dos escândalos. Apesar das enormes diferenças entre os autores desta tradição, usaremos, para efeito de uma referência clara, o termo “teoria crítica”.

crítica mais geral aos meios de comunicação de massa, na qual estes seriam responsáveis pelo afastamento da ideia de uma imprensa vigilante e crítica (THOMPSON, 2002: 290). Sob essa perspectiva, os escândalos constituem, simultaneamente, sintoma e agentes do processo de subversão da qualidade do discurso e do debate público.

As origens remotas dessa teoria estariam na conhecida Escola de Frankfurt. Partindo da crítica ao Iluminismo sob o signo da negatividade, a Escola teria valorizado a dimensão coercitiva produzida pela crescente racionalização do mundo, num contexto em que a essência do saber passaria a ser a técnica e a utilidade. Contrariando ao mesmo tempo o marxismo e o liberalismo, esses autores fazem uma ampla crítica da modernidade, considerando a racionalidade como nova forma de dominação. Tendo como objeto de reflexão o papel histórico do nazismo, o aspecto central desse grupo de pensadores seria um pessimismo histórico calcado na identificação de um sentido de fim das diferenças, de uniformização e no qual a manipulação se torna elemento preponderante (ORTIZ, 1986: 44-5).

A interface com o saber comunicacional viria a partir do conceito de “indústria cultural” – que, segundo esses teóricos, substitui o conceito de cultura de massa, justamente para marcar a oposição a uma interpretação simplista de que seria uma cultura derivada das massas. Para essa abordagem, os diversos meios de comunicação constituem um sistema. O mercado de massa impõe padronização e organização, enquanto os gostos do público são permeados por estereótipos e baixa qualidade. É, substancialmente, a representação, em formas sempre diferentes, de algo igual – *‘a mudança mascara um esqueleto’* (WOLF, 2005: 76).

Por outro lado, a máquina da indústria cultural produziria indivíduos incapazes de decisão autônoma e sua marca seria a adesão acrítica a valores impostos. *‘O espectador não deve trabalhar por conta própria: o produto prescreve toda reação’* (WOLF, 2005: 79), e, portanto, os reflexos do público são condicionados com efeito de manipulação. Uma vez que a vida moderna se faz complicada, há uma tentação em prender-se a uma determinada ordem, clichês e estereótipos. O capital se apropria dessa tendência na criação de gêneros e protocolos pela indústria cultural.

Os estudos americanos de Adorno também teriam aprofundado o entendimento da indústria cultural como elemento narcotizante que se diferenciaria radicalmente da arte. Para Adorno, “o público, ao se divertir, seria captado pelo fetichismo do produto,

se afastando de qualquer atitude reflexiva” (ORTIZ, 1986: 57). A recepção, portanto, já estaria pré-moldada pela sociedade. É justamente o triunfo do entretenimento sobre o debate público, lembrado por Thompson, que define a entrada da teoria crítica em uma análise do fenômeno dos escândalos.

As perspectivas teóricas brevemente apresentadas quanto aos efeitos dos escândalos seguem por caminhos opostos. Podem ser associadas ao conhecido panorama dos “Apocalípticos” e “Integrados” de Umberto Eco. Se, por uma abordagem, os escândalos aparecem de maneira excessivamente negativa – como um fenômeno de expressão do trivial e do sensacional na agenda pública – por outro surgem como ritual purificador, expressão de uma necessidade social de reafirmação moral por meio da exibição de seus aspectos patológicos.

Para o estudo de um fenômeno eminentemente midiático, como são os escândalos, tais abordagens parecem se preocupar muito pouco com as peculiaridades da mídia. A perspectiva funcionalista, que analisa os escândalos políticos por sua capacidade de fortalecer a crença nas instituições, não é capaz de explicar os mecanismos midiáticos envolvidos na produção desse tipo de jornalismo. De fato, faz pouca diferença para esses teóricos o fato de os meios de comunicação serem os grandes veículos de difusão de conteúdos escandalosos. O que fundamenta a teoria é a pressuposição de que valores culturais interiorizados irão aflorar à medida que transgressões forem expostas.

Já o viés habermasiano, que vê nos escândalos um potencial degradante da política, também não avança na conhecimento da engrenagem e funcionamento da mídia. Thompson lembra que essa teoria é a que mais se aproxima do senso comum sobre o tema (THOMPSON, 2002: 288), seu efeito de manipulação e distorção do debate público. Contudo, é ainda uma perspectiva que pouco se preocupa com a dinâmica interna dos meios de comunicação. É fato que os aspectos espetaculares e a atmosfera do sensacional estão presentes na cobertura jornalística de modo central, porém a explicação desse fenômeno não é atingida apenas pela crítica do que deveria ser o debate público. Novamente, a lógica midiática está ausente da explicação.

Pensar os escândalos, em especial os que atingem o campo da política, a partir de um viés comunicacional, passa por uma análise que não se restrinja a seus efeitos sobre

as demais esferas sociais – que, no caso das teorias previamente apresentadas, podem ir da agregação para a desagregação – mas como um fenômeno que só existe a partir da mídia, e que, portanto, a coloca como ator central.

II. 3 Escândalos políticos e a visibilidade pública

Revisamos, até o momento, dois grandes grupos de preocupação em torno dos escândalos políticos midiáticos: em um extremo a preocupação com suas origens, e no campo oposto, o estudo de seus efeitos.

Buscaremos, neste momento, definir uma terceira abordagem orientadora da pesquisa empírica proposta no âmbito deste trabalho. Para além dos aspectos culturais e do sistema de mídia que permitem discutir a frequência dos escândalos políticos na atualidade ou seus impactos nas dinâmicas sociais e políticas, nos concentraremos na lógica de atuação da mídia – e em especial na prática do jornalismo – quando cobre tais eventos.

Conforme argumentamos no **Capítulo I**, a alteração na escala e natureza da visibilidade pública são elementos determinantes para a consolidação da mídia como “mestre de cerimônia” dos escândalos políticos. Os elementos teóricos que sustentam esse pressuposto têm origem fundamental na abordagem de Thompson (2002) que delineou de forma inovadora essa articulação entre a ocorrência de escândalos políticos e a problemática da visibilidade introduzida pela mídia e sua relação com o poder político.

Thompson offered a first approximation to understand the logic of scandal politics. Media publicity adds the spark that fires the gunpowder of corruption. Scandals presuppose visibility of illegal actions that were invisible, and the media give visibility in today’s large-scale societies. This is why all scandals are essentially media scandals (WAISBORD, 2004: 1077)³⁰.

³⁰ “Thompson ofereceu uma primeira aproximação para o entendimento da lógica dos escândalos políticos. A publicidade midiática adiciona a faísca que incendeia a pólvora da corrupção. Escândalos pressupõem a visibilidade de ações ilegais que estavam invisíveis, e a mídia oferece visibilidade nas sociedades atuais de larga escala. É por isso que escândalos são essencialmente escândalos midiáticos” [tradução do autor].

As bases dessa conceituação estão localizadas em uma leitura da obra do sociólogo Pierre Bourdieu. Para o autor, o campo³¹ político contempla – para além dos instrumentos de força física, como o “monopólio legítimo da força” weberiano – a necessidade de acumular e administrar *poder simbólico* – entendido como a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos, pela produção e transmissão de formas simbólicas³².

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 2007: 188).

As atitudes públicas aparecem como a garantia última da representação do mundo social, das ‘ideias’ e ‘ideais’ que os políticos têm a missão de promover e mobilizar. Na concorrência entre os agentes políticos, são engendrados produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns – reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’ – devem escolher (BOURDIEU, 2007: 164). O membro do campo político, nos termos de Bourdieu, deve se esforçar não somente para acumular determinado “crédito” de *capital simbólico* como também evitar o “descrédito” – fatal para suas preensões. Essa condição explicaria, para o autor:

[...] toda a prudência, todos os silêncios, todas as dissimulações, impostos a personagens públicas incessantemente colocadas perante o

³¹ Sérgio Miceli, sociólogo brasileiro e um dos estudiosos mais importantes da obra de Bourdieu, resume algumas características do conceito de campo: “*Como microcosmos, os campos (filosófico, literário, artístico, jurídico, religioso, científico etc.) constituem mundos sociais idênticos, dotados de concentrações de poder e capital, monopólios, relações de força, conflitos e, ao mesmo tempo, universos de exceção, quase miraculosos, nos quais as máscaras da razão se encontram entranhadas na realidade das estruturas e das disposições [...] o campo equivale a uma estrutura de trocas sociais, dependente de disposições que fazem operar o sistema simbólico que lhe é inerente, ajustado às regras que o definem e que se impõem aos agentes com a força de um constrangimento lógico e social, ou seja, da ordem de uma experiência vivida e reconhecida pelos agentes como prenhe de sentido e significação conforme os princípios daquele universo de exceção regrada*” (MICELI, 2003: 72).

³² Até os regimes mais perversos necessitaram embasar o poder, para além do uso da violência, em estruturas comunicativas e no controle da informação, como argumenta Hannah Arendt, em “Communicative Power” “*No government exclusively based on the means of violence has ever existed. Even the totalitarianism ruler, whose chief instrument of rule is torture, needs a power basis*” (ARENDR, 1986: 67).

tribunal da opinião, pela preocupação constante de nada dizer ou fazer que possa ser lembrado pelos adversários, princípio impiedoso da irreversibilidade, de nada revelar que possa contradizer as profissões de fé presentes ou passadas ou desmentir-lhes a constância no decurso do tempo (BOURDIEU, 2007: 189).

Justamente por esse capital específico do campo político estar baseado na fidelidade, na opinião e na crença, é que os escândalos estão no horizonte de preocupação do homem político. Para Bourdieu, este sujeito:

[...] é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os atos e os ditos presentes e para desacreditar o seu autor (BOURDIEU, 2007: 189).

Sobretudo, a vulnerabilidade do homem político é o que faz com que este esteja comprometido com o jornalista, figura detentora de um poder sobre os instrumentos de grande difusão e que lhe dá especial capacidade de intervenção sobre toda a espécie de capital simbólico – construção que Bourdieu chama de “*o poder de ‘fazer ou desfazer reputações’*” (BOURDIEU, 2007: 189).

No ácido discurso “Sobre a televisão” (1997), que ironicamente foi televisionado, o autor reforça a detenção, pelo campo jornalístico, do “*monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala de informação*”. O acesso ao ‘espaço público’, não apenas para os simples cidadãos, mas também aos outros produtores culturais (cientistas, artistas, escritores), estaria controlado pelo campo jornalístico (BOURDIEU, 1997: 65).

Esta interface entre o campo jornalístico e os demais campos – em especial o político –, na forma como é anunciada por Bourdieu, ganha com a análise de Thompson sobre os escândalos políticos midiáticos uma estruturação teórica particular. Para o autor, o campo político da democracia liberal é caracterizado por uma lógica dupla e distinta: uma interna a um subcampo ocupado pelos políticos profissionais ou semiprofissionais, e outra ligando esse subcampo a um outro mais amplo, constituído por cidadãos ou não-profissionais (THOMPSON, 2002: 133).

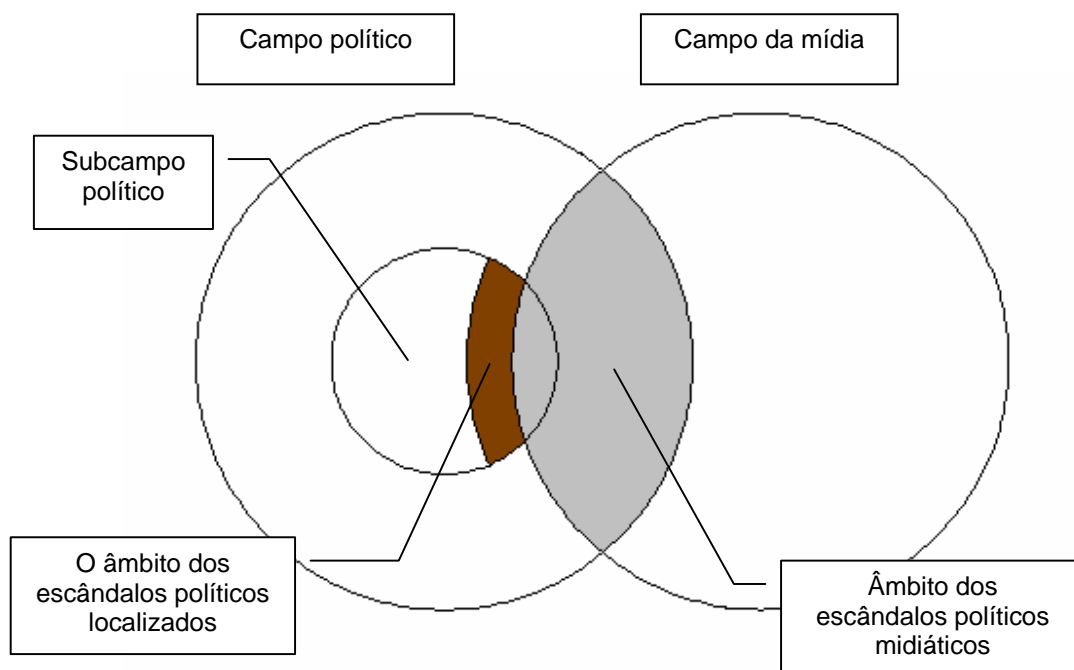
Os representantes políticos estão também ligados a um campo político mais amplo de cidadãos ou não-profissionais a quem devem prestar contas de algum modo e de cujo apoio dependem de tempos em tempos [...]. E para conseguir apoio eles devem procurar persuadir; devem cultivar a crença na legitimidade da política, mobilizar compromissos, estabelecer ou renovar elos de confiança (THOMPSON, 2002: 133).

A relação entre o subcampo político e o campo político mais amplo seria, nos primórdios, face a face – garantindo o relativo “fechamento” do subcampo à vigência de suas regras e convenções próprias. Com o desenvolvimento da mídia, entretanto, as relações passam a ser construídas, cada vez mais, por formas abertas de comunicação midiática. Nos termos do autor, a mídia se torna arena decisiva em que as relações entre políticos e não-profissionais do campo político mais amplo são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas (THOMPSON, 2002: 134).

Nesse sentido, como ilustra a **Figura 1**, a maior parte dos escândalos políticos surge dentro de uma área onde o campo e o subcampo políticos se sobrepõem ao campo da mídia. Quando restritos ao subcampo político, eventuais transgressões tendem a ficar confinadas a escândalos localizados. Quando encontram a mídia, tendem a se expandir para todo o campo político.

[...] com o aparecimento dos regimes democráticos liberais e com o desenvolvimento de organizações da mídia independentes, o campo dos escândalos políticos localizados é cada vez mais transportado ao campo dos escândalos políticos midiáticos, e escândalos no subcampo político cada vez mais se derramam no campo político mais amplo (THOMPSON, 2002: 138).

Figura 1: O escândalo no campo político*



*Fonte: adaptado de (THOMPSON, 2002: 138).

Nesse sentido, o autor estabelece que escândalos são “*lutas pelo poder simbólico*” em que a *reputação* – enquanto a relativa apreciação e estima concedida a um indivíduo ou instituição, por outros – e a *confiança* – presunções referentes à competência, fidedignidade e boas intenções de outros agentes ou sistemas de ação – estão em jogo (THOMPSON, 2002: 296).

Na prática, na medida em que posiciona esse fenômeno como disputas travadas no espaço público – tendo a mídia como palco central – o autor designa os escândalos como constituídos por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam, bem como pelas ações e atos de fala daqueles que estão no centro das acusações e se veem presos no drama que se desenrola (THOMPSON, 2002: 296).

É justamente esta dinâmica – de ataque e defesa – que buscaremos considerar em nossa investigação empírica acerca de coberturas realizadas por jornais impressos brasileiros no passado recente. Na medida em que os escândalos são fenômenos que se constituem e se desenvolvem sob a coordenação da mídia, um passo importante é

verificar empiricamente como esses mecanismos se apresentam. Como nosso problema central de pesquisa envolve aspectos localizados no âmbito do conteúdo do noticiário, não enfocaremos os aspectos institucionais que condicionam o surgimento dos escândalos a serem analisados. Também não nos concentraremos sobre como a reputação e a confiança – nos termos de Thompson – são efetivamente atingidas (o que seria possível com uma análise de recepção). Nosso recorte de análise pretende avaliar como a luta simbólica se apresenta nas coberturas noticiosas – e, com este objetivo, mobilizaremos a perspectiva do enquadramento.

III - Os EPMS sob a ótica do enquadramento

Levando em consideração o marco teórico que brevemente apresentamos nos capítulos anteriores, cabe agora uma discussão acerca do processo metodológico percorrido rumo a uma apreciação das coberturas sobre escândalos políticos midiáticos.

Conforme argumentamos, os escândalos são constituídos, em grande parte, por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que revelam transgressões, bem como daqueles que sofrem com as acusações, sempre num sentido de luta simbólica que pode ter como resultado a “destruição” de cotas de reputação e de confiança. A mídia, como ator central desse processo, não apenas é o palco em que a disputa ocorre, mas atua como espécie de mestre de cerimônia, organizando e administrando os conteúdos segundo sua lógica de atuação³³.

Inicialmente, vale destacar que, ainda que Thompson (2002) tenha fornecido de forma inédita um arcabouço teórico mais consistente para a compreensão dos EPMS, o estudioso não avança por uma descrição mais empírica dos mecanismos midiáticos que, de fato, operam durante o desenrolar dos casos – conforme argumentam Papadopoulus e Widestedt (2006):

If we take seriously Thompson’s assertion that modern scandals are to some degree constituted by the media, then it follows that the study of scandal must include detailed empirical analyses of how the media operate also on a micro-level (PAPADOPOULOS & WIDESTEDT, 2006: 4)³⁴.

Esta ação da mídia, num nível mais terreno, não se expressa apenas pela intensidade da atenção dada aos escândalos – que costumam dominar o noticiário político por determinados momentos. Os jornalistas também estão, a todo o momento,

³³ Esta caracterização não significa, como já ressaltamos, que a mídia é apenas gerenciadora de uma dinâmica de apresentação do noticiário. A mídia também atua como agente político, propondo interpretações e levando a cabo linhas editoriais pautadas por interesses próprios. É, também, ativa na produção de novos conteúdos, colocando seu aparato de apuração a serviço da identificação de novas denúncias e desdobramentos para os casos.

³⁴ “*Se levarmos a sério a assertiva de Thompson de que os escândalos modernos são em algum grau constituídos pela mídia, então o que se segue é que o estudo sobre os escândalos deve incluir uma detalhada análise empírica de como a mídia opera também em um nível micro*” [tradução do autor].

buscando o ângulo mais interessante, potencializando os formatos que lhe parecem mais adequados a uma cobertura que se pretende fulminante para reputações políticas. Como defende Tiffen (2004), em estudo sobre casos ocorridos na Austrália, a cobertura sobre os escândalos carrega enquadramentos preconcebidos, cotidianamente engendrados por jornalistas conjuntamente com atores do campo político.

Even if the details remain to be confirmed, the likely frame for the coverage is already known. Journalists, politicians, and their staffs collectively constitute an industry continually generating its own shorthand labels and stereotypes, their own often gross terms for interpreting developments (TIFFEN, 2004: 1192)³⁵.

Podemos lembrar, ainda, que uma série de autores tem se dedicado recentemente ao estudo sobre escândalos políticos a partir da perspectiva dos enquadramentos presentes na cobertura jornalística (IYENGAR, 1991; CANEL & SANDERS, 2005; PAPADOPOULOS & WIDESTEDT, 2006).

Este movimento vai de encontro à revisão da hipótese asséptica de McCombs e Shaw (1972) sobre o *Agenda-setting*, que tem sido crescentemente recheada com a ideia de um “segundo nível de efeitos”, no qual também são objetos de pesquisa as formas de apresentação da notícia (PORTO, 2004: 76-77).

Nesse contexto, a perspectiva do enquadramento, ou *frame* na origem inglesa do termo, surge como um promissor arcabouço analítico³⁶. Historicamente associado à obra *Frame Analysis* do sociólogo Erving Goffman (1986), o conceito nasce de forma mais sistemática com o objetivo de apontar a existência de marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais (PORTO, 2004: 78).

Outra fonte central para a introdução do conceito foram pesquisas empíricas na área da psicologia. As mais conhecidas, de Kahneman e Tversky (1984 e 1986), identificavam como certas mudanças na formulação dos problemas geravam alterações nas preferências dos indivíduos. As opções do público por soluções idênticas variavam significativamente

³⁵ “Ainda que os detalhes necessitem de confirmação, o enquadramento provável para a cobertura já é conhecido. Jornalistas, políticos e suas equipes coletivamente constituem uma indústria geradora contínua de seus próprios rótulos taquigráficos e estereótipos, seus próprios “gross terms” para interpretar os desenvolvimentos” [tradução do autor].

³⁶ Para uma revisão das teorias do enquadramento ver IYENGAR (1991); ENTMAN (1993); CAPELLA & JAMIESON (1997); KWEON (2000); D’ANGELO (2002) e PORTO (2004).

segundo a maneira pela qual as perguntas eram feitas – conclusões que posicionam os enquadramentos como instrumentos de poder (PORTO, 2004: 79).

Nos estudos de Comunicação, contribuição central veio de Gaye Tuchmann com o conhecido livro *Making News*. Enfocando o processo de produção das notícias, a autora discute como a mídia impõe enquadramentos que definem e constroem a realidade, ou seja, o enquadramento é um ‘recurso social’ que delimita o entendimento do mundo (PORTO, 2004: 79). Tuchman encontra nos mecanismos institucionais – como as práticas profissionais e a rotina de produção jornalística – elementos importantes para a definição dos *frames* (D’ANGELO, 2002: 878).

A partir das contribuições primordiais desses autores, contudo, foram gerados enfoques muito diversos. Os pesquisadores que se debruçaram sobre a perspectiva do enquadramento são quase unânimes em apontar um grande “indeterminismo conceitual” (CAPPELLA & JAMIESON, 1997; PORTO, 2004; KOENIG, 2006) que faz com que abordagens muito distintas convivam sob o mesmo rótulo. Apresentaremos, de forma breve, uma revisão das principais linhas de utilização do conceito, de forma a balizar nossas opções metodológicas. A intenção não é eleger uma ou outra perspectiva, mas apresentar um estado da arte que nos permita um movimento de aproximação de nosso problema de pesquisa.

III.1. Os muitos “enquadramentos”

Uma definição bastante difundida – e uma das primeiras a relacionar o conceito aos estudos do jornalismo – foi apresentada por Todd Gitlin (1980). Para o autor, os enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos por “pequenas teorias tácitas” acerca do que existe, do que acontece e do que importa (GITLIN, 1980: 6). Os enquadramentos, segundo a perspectiva do autor, são compartilhados tanto pelos jornalistas como pelo processo de cognição operado pelos conteúdos quando chegam à audiência.

Media frames [...] organize the world both for journalists who report it and, in some important degree, for us who rely on their reports. Media frames

are persistent patterns of cognition, by which symbol-handlers routinely organize discourse, whether verbal or visual (GITLIN, 1980: 7)³⁷.

A definição de Gitlin serviu de base para o desenvolvimento de pesquisas sobre os enquadramentos da mídia (PORTO, 2004: 80). Contudo, veio em seguida uma série bastante diversa de abordagens sobre os *frames* – que se aprofundava sobre um ou mais aspectos da ampla conceituação do autor. Adotaremos como referência para as principais correntes de estudo dos enquadramentos a revisão de Paul D’Angelo (2002).

Um primeiro paradigma da área é a visão “cognitivista” que entende os enquadramentos como elementos que ativam um “conhecimento prévio” dos indivíduos e, nesse sentido, potencializam determinadas interpretações. A grande preocupação desta corrente é como a interpretação das notícias é influenciada pela forma como são apresentadas nos textos jornalísticos, fundamentalmente a partir da bagagem de conhecimento dos intérpretes (RHEE, 1997: 27).

Framing provides context that in turn activates prior knowledge. The activated knowledge in cooperation with the text produce an understanding of the text that neither alone can supply. Framing then serves as an explicit context within which texts are interpreted (and through these interpretations judgments rendered), and information recalled (CAPELLA & JAMIESON, 1997: 42)³⁸.

Outra perspectiva bastante difundida é a “crítica”, pela qual os enquadramentos são entendidos prioritariamente como resultado das rotinas de produção das notícias. Nesse caso a mídia tende a aparecer de forma mais proativa, apresentando intencionalmente determinadas interpretações sobre a realidade – geralmente, originárias de valores sustentados pelas elites políticas e econômicas. Ao contrário dos cognitivistas – que enxergam uma maior pluralidade quanto ao efeito dos enquadramentos na audiência –, para os autores críticos está presente a ideia de que determinadas interpretações são

³⁷ “Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorreremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira”. Tradução de Porto (2004: 80).

³⁸ “Enquadramentos fornecem o contexto que ativa conhecimentos prévios. O conhecimento ativado em cooperação com o texto produzem um entendimento do texto que não poderia ter sido obtido isoladamente. O enquadramento, então, serve como um contexto explícito pelo qual os textos são interpretados (e por meio dessas interpretações os julgamentos são formados), e a informação lembrada” [tradução do autor].

intencionalmente promovidas e, por consequência, tendem a gerar impactos específicos. Estes autores preferem enfatizar uma ideia de “fabricação” dos enquadramentos, entendida como um processo em que se opera uma seleção de determinados aspectos da realidade (KOENIG, 2006: 62).

[...] select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, casual interpretation, moral education, and/or treatment recommendation for the item described (ENTMAN, 1993: 52)³⁹.

Uma terceira vertente importante da literatura sobre enquadramento, e que tem William Gamson como um de seus principais formuladores, é o paradigma “construcionista”. Para esses autores, o discurso midiático se apresenta por meio de um conjunto de “pacotes interpretativos” – na maioria das vezes, competidores entre si, como um leque de discursos que interagem de maneira complexa. Essa abordagem entende que as diversas metáforas, *slogans*, representações e imagens poderiam ser “arquivadas” em pacotes interpretativos e, no centro de cada um, está um enquadramento, definido como “ideia central organizadora” que agrupa e dá coerência e significado aos diversos símbolos (GAMSON & MODIGLIANI, 1989: 2).

Também caracteriza essa abordagem a pressuposição de uma relação dinâmica entre os interesses das fontes de informação em amplificar suas percepções e os interesses do jornalista – figuras ativas na organização e formatação dos conteúdos que vão para as páginas dos jornais (GAMSON & LASCH, 1983: 7).

Journalists contribute their own frames and invent their own clever catch phrases and metaphors, drawing on a popular culture that they share with their audience. On the other and, they are also ‘a site on which various social groups, institutions, and ideologies struggle over the definition of social reality’ (GAMSON, 1992: 24-25)⁴⁰.

³⁹ “[...] selecionar determinados aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes num texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretações causais, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o assunto descrito” [tradução do autor].

⁴⁰ “Jornalistas contribuem com seus próprios enquadramentos e inventam suas próprias frases prontas e metáforas, desenhadas sobre uma cultura popular que eles compartilham com sua audiência. Por outro lado, eles também são ‘um espaço no qual vários grupos sociais, instituições e ideologias lutam pela definição da realidade social’” [tradução do autor].

Esta linha de pesquisa não entende os *frames* exclusivamente a partir de esquemas cognitivos arraigados nos indivíduos, e nem apenas como mecanismos conscientemente fabricados pelas rotinas jornalísticas. De uma perspectiva construcionista, a definição dos enquadramentos é menos uma questão de dominação, e mais um entrelaçar complexo, ou “*co-optation*”, no termo inglês.

We do not [...] argue that changes in media discourse cause changes in public opinion. Each system interacts with the other: media discourse is part of the process by which individuals construct meaning, and public opinion is part of the process by which journalists and other cultural entrepreneurs develop and crystallize meaning in public discourse (GAMSON & MODIGLIANI, 1989: 2)⁴¹.

⁴¹ “Nós não [...] argumentamos que mudanças no discurso midiático causam mudanças na opinião pública. Cada sistema interage com o outro: o discurso midiático é parte do processo pelo qual indivíduos constroem significado, e a opinião pública é parte do processo pelo qual jornalistas e outros empreendedores culturais desenvolvem e cristalizam significado em discurso público” [tradução do autor].

Apresentamos abaixo um quadro que resume os paradigmas mencionados:

Tabela 1

Três paradigmas de pesquisa sobre a perspectiva do enquadramento*			
	Cognitivo	Crítico	Construcionista
Origem	Um conhecimento prévio medeia o poder dos enquadramentos em uma tomada de decisão ou avaliação. Defende a existência de estruturas semânticas arraigadas esquematicamente na memória.	Resultado das rotinas de produção das notícias pelas quais os jornalistas transmitem informações sobre temas e eventos, a partir da perspectiva de valores sustentados pelas elites políticas e econômicas.	“Pacotes interpretativos” são produzidos em um complexo processo envolvendo uma interação entre jornalistas e fontes. No centro de cada pacote, há um enquadramento, ou “ideia central organizadora”.
O que procuram?	Interessados em detectar os pensamentos que espelham proposições codificadas em <i>frames</i> .	Identificar <i>frames</i> que espelham proposições hegemônicas.	Interessados em detectar como indivíduos articulam suas próprias visões em contextos que devem incluir exposição prévia aos enquadramentos e um vínculo de socialização baseado em conversações sobre esses <i>frames</i> .
Coexistência de <i>frames</i>	Jornalistas rotineiramente criam diferentes enquadramentos sobre um mesmo tema ou evento. Os enquadramentos diversos podem até mesmo conviver na mesma notícia.	Organizações de mídia intencionalmente selecionam informações e omitem outros <i>frames</i> , de modo a sustentar o <i>status quo</i> . Determinados enquadramentos dominam a cobertura.	Assumem que determinados enquadramentos podem dominar uma cobertura por longos períodos, mas funcionam como “caixas de ferramentas” que os cidadãos utilizam para formar sua opinião sobre determinado assunto.
Métodos e técnicas de pesquisa	Medem a audiência com experimentos nos quais sujeitos são expostos a diferentes <i>frames</i> relativos a um mesmo tópico. O sucesso de um enquadramento se dá quando uma informação oferecida a um indivíduo interage com seu conhecimento prévio.	Medem a audiência de maneira agregada, para mostrar como mudam de opinião a partir dos enquadramentos.	Os efeitos dos enquadramentos não estão localizados no contexto de processamento das informações, mas nas articulações da opinião pública e da socialização política. Quando pesquisam opções individuais geralmente usam grupos focais.

*Fonte: Adaptado de D'ANGELO (2002).

III. 2. Enquadramento: operacionalizando a análise

A partir da ampla perspectiva teórica do enquadramento, alguns pontos merecem ser aprofundados de forma a dar consistência a uma operacionalização da análise. Para além dos paradigmas mais gerais, que prevalecem nos estudos sobre os enquadramentos, uma sistematização prática que nos parece interessante é a tipologia sugerida por Mauro Porto (2004) entre os enquadramentos “noticiosos” e “interpretativos”. Os primeiros seriam aqueles que se originam mais fortemente do trabalho jornalístico, realizados como fruto da lógica de produção da notícia. Já os segundos seriam aqueles oriundos de processos culturais, resultante de contextos mais amplos, normalmente associados a determinados atores sociais que interferem na definição de problemas e avaliações sobre determinado tema específico⁴². O quadro abaixo resume de forma breve as principais características de cada tipo:

Tabela 2

Níveis de análise do conceito de enquadramento *		
	Enquadramentos Noticiosos	Enquadramentos Interpretativos
Principais promotores	Jornalistas	Atores sociais diversos (governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações)
Origem	Prática jornalística	Contextos mais amplos, que podem ou não ser incorporados pela mídia
Definição	Padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos	Padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos
Exemplos consagrados	“Enquadramento de interesse humano”; “enquadramento episódico”; “enquadramento ‘corrida de cavalos’”; “enquadramento temático”	“Definições de problemas”, “avaliações sobre causas e responsabilidades”, “recomendações de tratamento”

*Fonte: Adaptado de PORTO (2004).

⁴² Porto (2004) lembra algumas distinções semelhantes estabelecidas por outros autores, como entre “enquadramentos da mídia” e “enquadramentos culturais” (MAHER, 2001); “enquadramentos de formato” e “enquadramentos de conteúdo” (HERTOG & McLEOD: 2001); “enquadramentos noticiosos” e “enquadramentos temáticos” (NELSON & WILLEY, 2001); “*procedural frames*” e “*substantive frames*” (ENTMAN, 2004).

Essa distinção é bastante útil na medida em que separa, por um lado, o uso do conceito de enquadramento para designar formatos pautados pelas escolhas do campo jornalístico – ou aqueles que determinariam o que, no senso comum, chamaríamos de “ângulo da notícia” –, em contraposição aos enquadramentos que refletem posições construídas em contextos mais amplos que podem ou não ser incorporadas pela mídia (PORTO, 2004: 92). Em suma, enquanto alguns enquadramentos se aprofundam sobre formatos de cobertura (noticiosos), como, por exemplo, o fato de as eleições serem cobertas como uma “corrida de cavalos”, outros estão preocupados em descobrir como determinadas saliências promoveram uma visão particular sobre a política, a história dos candidatos, as representações sobre suas propostas (interpretativos).

Esse passeio sobre as diversas perspectivas possíveis nos levou a alguns recortes.

De um ponto de vista geral, adotaremos operacionalmente uma abordagem dos enquadramentos como “*ideia central organizadora*” (GAMSON, 1989). Seguindo uma linha mais próxima do “construcionismo”, não iremos dar todo o peso, na definição dos enquadramentos, para a descrição da ação dos jornalistas e suas intencionalidades, e por outro lado, não reduziremos o papel da mídia à reprodução de interpretações correntes no mundo social. Para os fins desta pesquisa, o fundamental é uma preocupação em relação à capacidade dos enquadramentos oferecerem um princípio organizador da cobertura, ou seja, elementos que identifiquem mecanismos midiáticos de administração dos escândalos políticos. Do ponto de vista operacional, os enquadramentos não serão identificados apenas pela presença de palavras-chave, ou de construções linguísticas específicas, mas sim como o parâmetro organizador de um “pacote interpretativo”⁴³.

No que diz respeito aos tipos de enquadramentos mobilizados, não pretendemos avançar, nesta pesquisa, para avaliações acerca dos padrões interpretativos que estiveram presentes em cada cobertura. Ainda que este seja um enfoque bastante relevante para o conhecimento do tema, nosso problema se concentra nos mecanismos noticiosos que são mobilizados pelos jornalistas. Não são alvo de análise, portanto, as eventuais interpretações que estiveram presentes nas coberturas – sejam elas políticas, ideológicas ou culturais. Nos

⁴³ O procedimento de classificação envolveu a leitura integral dos textos e a medição das linhas dedicadas a cada um dos formatos. Esta opção envolve dois pressupostos de fundo: a) os enquadramentos podem conviver num mesmo texto, “disputando” o espaço da notícia; b) o critério do tamanho ocupado por cada enquadramento reduz interpretações subjetivas do classificador acerca da importância de determinados aspectos que poderiam ser levados em consideração em uma abordagem qualitativa.

termos de Entman (2004), nossa preocupação é mais “procedimental” em relação à dinâmica da cobertura do que “substantiva”, no sentido de um aprofundamento sobre o pano de fundo discutido durante cada escândalo.

Mas quais enquadramentos noticiosos seriam mais presentes nas coberturas sobre escândalos políticos? Inicialmente nos basearemos numa distinção aprofundada por Iyengar (1991), no já clássico estudo *“Is Anyone Responsible?”*, acerca dos enquadramentos “episódico” e “temático” (IYENGAR, 1991). Para o autor, podemos encontrar nas notícias uma predominância de aspectos episódicos (como a discussão sobre eventos concretos ou indivíduos determinados) ou de aspectos temáticos (quando as notícias se debruçam sobre temas mais gerais, comportamentos coletivos ou debate sobre as políticas públicas ou tendências históricas)⁴⁴.

The episodic news frame takes the form of a case study or event-oriented report and depicts public issues in terms of concrete instances (for example, the plight of a homeless person or a teenage drug user, the bombing of an airliner, or an attempted murder). The thematic frame, by contrast, places public issues in some more general or abstract context and takes the form of a “takeout”, or “backgrounder”, report directed at general outcomes or conditions (IYENGAR, 1991: 14)⁴⁵.

Iyengar lembra, entretanto, que estes enquadramentos frequentemente aparecem na mesma reportagem, sendo raras as matérias em que estão presentes em sua forma pura. Uma notícia sobre o desemprego, segundo o autor, pode se preocupar com as implicações do fenômeno para a economia nacional (enquadramento temático) e ao mesmo tempo ilustrar o tema com o depoimento de um determinado desempregado (enquadramento episódico) (IYENGAR, 1991: 18).

Essa distinção entre a tendência de personalização das coberturas em contraposição a um debate político mais geral também foi, de certa forma, explorada por outros autores. Em pesquisas sobre coberturas eleitorais e seus efeitos, é comum encontrar a distinção entre

⁴⁴ O autor foca sua tipologia no estudo do telejornalismo, mas a diferenciação tem aspectos relevantes para a análise do noticiário impresso.

⁴⁵ “O enquadramento noticioso episódico ganha forma como um estudo de caso ou um relato orientado por um evento e descreve temas públicos em termos de exemplos concretos (por exemplo, a situação de uma pessoa desabrigada ou um jovem usuário de drogas, a explosão de um avião ou um assassinato). O enquadramento temático, em contrapartida, coloca temas públicos num contexto mais geral ou abstrato e toma a forma de uma reportagem que faz um passeio sobre o tema ou oferece um pano de fundo, dirigida por condições e resultados gerais” [tradução do autor].

enquadramentos noticiosos que enfocam a estratégia pessoal de cada candidato (*strategy frame*) e a cobertura de temas gerais das campanhas ou dos programas e planos de governo (*issue frame*) (CAPELLA & JAMIESON, 1997; RHEE, 1997).

Para uma análise das coberturas sobre escândalos políticos – que aparentemente são eventos episódicos por natureza –, essa distinção inicial pode indicar qual o grau de imediatismo com que os noticiários cobrem as transgressões. Pode-se verificar se os textos ficam restritos aos personagens e aos acontecimentos isolados ou se têm a capacidade de romper a barreira da desavença individual para gerarem efetivamente uma discussão política de maiores proporções⁴⁶. Esta opção midiática já nos daria pistas sobre a condução das coberturas.

Esse primeiro mapeamento, contudo, será complementado com elementos que dizem respeito às singularidades das coberturas acerca dos EPMs –, conforme discutimos em nosso referencial teórico. Como vimos, os escândalos vêm sendo identificados como instrumentos de disputas políticas, importantes para a gestão da “reserva-exibição” dos políticos numa era de ampliada visibilidade, ou seja, *escândalos operam lutas pelo poder simbólico nos quais a reputação e confiança estão envolvidas*. Em resumo, sobrevivem do embate simbólico entre os participantes da trama, sendo a figura do *conflito* um aspecto central para sua permanência e para a organização dos embates.

São as manchetes dos jornais, a presença de avaliações negativas na imprensa, as críticas e por vezes as humilhantes caricaturas das pessoas cujas ações (reais ou supostas) são o objeto de reprovação: é a apresentação repetida desses atos midiáticos de comunicação que gera o clima de desaprovação característico dos escândalos midiáticos⁴⁷ (THOMPSON, 2002: 97).

O conflito foi também analisado por Motta e Guazina (2008) como metacategoria estruturante da notícia, para além dos estudos focados nos valores-notícia – que bem

⁴⁶ Para Iyengar (1991), a prevalência de um dos tipos de enquadramentos pode influenciar na forma pela qual o público responsabiliza os atores pelos problemas apresentados. “*The experiments reported here show that exposure to episodic framing tends to elicit individualistic (or nonsocietal) attributions of responsibility for most of the issues studied*” (IYENGAR, 1991: 141). Estas hipóteses sobre o comportamento do público, entretanto, vão além de nossas preocupações nesta pesquisa.

⁴⁷ Como reforça Thompson, este “clima” não determina diretamente a maneira como audiência/ leitores recebem os escândalos (THOMPSON, 2002: 97).

identificaram a presença marcante desse elemento⁴⁸. Avaliando de forma mais específica a cobertura de um escândalo político⁴⁹, os autores mostram como o conflito se apresenta enquanto aspecto preexistente na cultura dos jornalistas e por meio da qual eles enquadram a realidade, particularmente, a realidade política⁵⁰.

[...] o conflito é a categoria estruturante da narrativa jornalística sobre a política. A hipótese propõe que o conflito é uma categoria dramática que centraliza a narrativa jornalística e tece os fios que encadeiam as ações das personagens da política. Posicionando as personagens umas contra as outras, o conflito estabelece os episódios que projetam seqüências lógico-temporais e concatenam enredos de histórias virtuais mais ou menos completas, embora o foco recaia sobre as personagens que assumem proeminência nos episódios (MOTTA & GUAZINA, 2008: 2).

Nota-se, contudo, que, ao contrário de um debate político tradicional – em que os atores competem discursivamente numa arena de relativa igualdade pela deliberação que consideram mais adequada –, nos escândalos há sempre lugares de fala que se repetem: a posição dos “acusados” e a dos “acusadores”. Podemos utilizar como metáfora dessa relação a figura de um “júri mediatizado”, no qual o veredicto acerca da imagem de determinados políticos vai sendo diariamente construído.

Para avaliar essa característica ao longo das coberturas, optamos por identificar, nas notícias de enquadramento majoritariamente *episódico*, como os textos da amostra se comportavam de acordo com três enquadramentos subsidiários: “acusação”, “defesa” e “impactos”. Dentre os critérios desta classificação estiveram:

- **Acusação:** o texto está organizado segundo o prisma da revelação pública de uma transgressão oculta, seja apresentando alguma evidência ou articulando alegações posteriores sobre o caso;
- **Defesa:** texto que enfoca os processos de negação e contra-alegação, no qual os acusados reagem às denúncias;

⁴⁸ Uma revisão da utilização do conflito como categoria de análise do jornalismo é feita por Motta e Guazina (2008).

⁴⁹ O estudo avalia a cobertura do Jornal Nacional (TV Globo) acerca do caso do Mensalão (2005/2006).

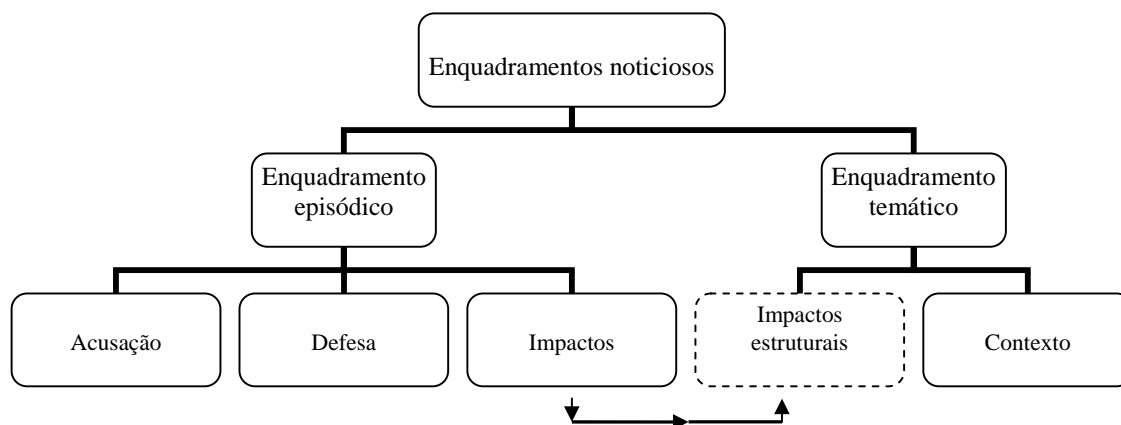
⁵⁰ A figura do conflito no texto jornalístico também é destacada na obra de diversos autores como um elemento marcante de dramatização da informação política (GOMES, 2004: 347-8).

- **Impactos:** texto privilegia a apresentação de consequências, seja para a vida dos indivíduos envolvidos, seja para a conjuntura política de forma mais ampla. Destacam as punições resultantes do processo de desaprovação pública.

Quando as notícias foram além dos aspectos mais imediatos dos casos e buscaram apresentar uma discussão mais analítica, já sob o marco dos enquadramentos *temáticos*, classificamos inicialmente este material como “Contexto”. No caso da discussão dos impactos que vão além dos resultados “Individuais” ou “Conjunturais” – que chamaremos de “Impactos Estruturais” –, decidimos promover um deslocamento do campo “episódico” para o “temático”. Nesses casos, a cobertura parte de um episódio determinado, mas chega a uma discussão mais estrutural para o contexto político, como seria o debate sobre a Reforma Política, confiança dos cidadãos na política e outros debates de fundo. Nesse caso, entendemos que a discussão rompe a barreira do factual e, portanto, ultrapassa o caráter meramente episódico.

- **Contexto:** textos que suprem a necessidade dos veículos de atualizarem os leitores em relação ao contexto para além do caso – seja em resgates históricos, textos explicativos ou discussões políticas que não as imediatamente envolvidas com o escândalo.
- **Impactos estruturais:** textos que privilegiam a apresentação de consequências ou prováveis soluções estruturais para as problemáticas publicizadas pelos escândalos.

A **Figura 2** resume graficamente a distribuição dos enquadramentos:

Figura 2 – Disposição dos enquadramentos

Ressaltando, portanto, nossa opção por um nível de análise “noticioso” dos enquadramentos presentes nos textos, buscaremos no **Capítulo IV** descrever a continuidade do processo metodológico de definição dos critérios de análise: da seleção dos veículos aos procedimentos de construção da amostra.

IV - A construção de uma análise comparativa

Del rigor en la ciencia

[...] En aquel Imperio, el Arte de la Cartografía logró tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del Imperio, toda una Provincia. Con el tiempo, esos Mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Siguietes entendieron que este dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los desiertos de Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplinas Geográficas. - Suárez Miranda: Viajes de varones prudentes, Libro Cuarto, Cap. XLV, Lérida, 1658.

Jorge Luis Borges (1946)

Pensando na realização de uma análise comparativa entre coberturas de escândalos políticos – e tendo como marco a perspectiva do enquadramento, conforme argumentamos no **Capítulo III** –, buscaremos recuperar abaixo uma reflexão metodológica com o objetivo de tornar explícitos os critérios e recortes adotados. Este capítulo pretende reconstruir os caminhos percorridos nesse sentido, em um movimento que vai do processo de escolha dos veículos até a definição dos casos a serem analisados, a seleção de notícias e a amostragem.

Pretendemos, portanto, expor os desafios inerentes à construção de uma análise das coberturas e, desta forma, possibilitar um registro das preocupações e uma maior clareza sobre as escolhas metodológicas. Também entendemos que estas opções merecem uma discussão específica na medida em que são determinantes para a configuração dos resultados – a serem delineados no capítulo seguinte.

Por fim, cabe lembrar que as abordagens em torno dos *frames* têm se utilizado das mais diversas técnicas de pesquisa: desde a codificação de imensas bases de dados em busca de correlações, palavras-chave e tendências estatísticas, até análises do discurso sobre indicativos linguísticos de um determinado enquadramento nas notícias (KOENIG, 2006: 64). Mas como adotar uma perspectiva articulada com nosso problema de pesquisa? Trataremos das possibilidades em torno da escolha da análise de conteúdo.

IV. 1. Análise de conteúdo: enriquecimento da leitura

O desenvolvimento e expansão da análise de conteúdo enquanto técnica de pesquisa das ciências sociais – que remonta com mais força ao período entreguerras e se aprofunda com os programas de pesquisa de Harold Lasswell e pesquisadores associados durante a Segunda Guerra Mundial – foi amplamente estimulado pelas preocupações em torno dos meios de comunicação de massa e sua influência crescente, a partir da introdução dos meios eletrônicos. Estava em voga, naquele momento, o desejo de tornar a pesquisa sobre os fatos sociais efetivamente “científica”, de forma comparável à sistematicidade, objetividade, controle e capacidade de previsão apresentada pelas ciências naturais (HANSEN et al., 1997: 92-93).

Ainda que técnicas baseadas na interpretação de textos tenham uma longa tradição percorrida, com a introdução da análise de conteúdo “*desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida*”, na qual “*o rigor científico evocado é o da medida, e o material analisado é essencialmente jornalístico*” (BARDIN, 1977: 15). Nesse período as exigências de rigor e de objetividade “*adquirem um caráter obsessivo, suscetível de encobrir outras necessidades ou possibilidades*” (BARDIN, 1977: 19).

Situada no marco da influência positivista dominante na época, representada pela defesa da objetividade presente na definição clássica de Bernard Berelson⁵¹, o uso da análise de conteúdo, já no início da década de 1950, foi seguido por uma série de objeções.

A crítica mais contundente foi a que atestava a incapacidade do pesquisador se eximir de todos seus valores em prol de uma avaliação “objetiva” dos fatos sociais. O próprio fato de o cientista delinear certas dimensões dos textos já seria parte de uma escolha subjetiva. O mito da objetividade foi duramente combatido. Prova disso é o fato de que em suas reformulações mais recentes as definições sobre a análise de conteúdo abandonaram a ideia de objetividade em detrimento de aspectos como a sistematicidade e a replicabilidade (HANSEN et al., 1997: 95).

Krippendorff (2004), seguindo essa reformulação, ressalta em sua definição o caráter de replicabilidade, ou seja, pesquisadores trabalhando em diferentes momentos e sob

⁵¹ “*Content analysis is a research technique for the objective, systematic, and quantitative description of the manifest content of communication*” (BERELSON, 1952: 18).

diferentes circunstâncias poderiam chegar aos mesmos resultados, aplicando a mesma técnica aos mesmos objetos:

Content analysis is a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their use [...]. As a technique, content analysis involves specialized procedures. It is learnable and divorceable from the personal authority of the researcher (KRIPPENDORFF, 2004: 20)⁵².

Já Riffe et al. (2005) preferem ressaltar como característica principal da análise de conteúdo o seu aspecto sistemático, como uma certa “mecânica” de operação que permitiria a avaliação de uma grande quantidade de informações. Para os autores, a análise de conteúdo poderia ser descrita como: “*the systematic assignment of communication content to categories according to rules, and the analysis of relationships involving those categories using statistical methods*” (RIFFE et al., 2005: 24)⁵³.

Outra crítica importante é a que questiona a identificação de padrões ou recorrências como o único indicador de significância. Stuart Hall, por exemplo, argumenta que tanto a análise de conteúdo como as análises qualitativas se preocupam com a frequência de determinadas características na construção de suas inferências. A diferença, porém, está no fato de que uma análise literária/ linguística e estilística é capaz de identificar as ênfases, os tons, os tratamentos dados ao longo dos textos, enquanto a análise de conteúdo fica presa às suas categorias predefinidas. As conclusões mais significativas, segundo o autor, podem estar onde não era esperado que estivessem:

The really significant item may not be the one which continually recurs, but the one which stands out as an exception from the general pattern – but which is also given, in its exceptional context, the greatest weight (HALL, 1975: 15)⁵⁴.

⁵² “Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa destinada a fazer inferências replicáveis e válidas a partir de textos (ou outros conteúdos dotados de significado) em relação ao contexto em que são usados [...]. Como uma técnica, a análise de conteúdo envolve procedimentos especializados. Ela pode ser aprendida e pode estar divorciada da autoridade pessoal do pesquisador” [tradução do autor].

⁵³ “É a transformação sistemática de conteúdo comunicativo em categorias de acordo com determinadas regras, e a análise das relações envolvendo estas categorias usando métodos estatísticos” [tradução do autor].

⁵⁴ “Os aspectos realmente significativos podem não ser aqueles que ocorrem continuamente, mas aqueles que se distinguem como exceções em relação ao padrão geral – mas que também têm, por seu contexto excepcional, um peso imenso” [tradução do autor].

Finalmente, podemos lembrar as objeções de Verón (2004), para quem a capacidade de descrição da análise de conteúdo clássica atinge apenas um aspecto parcial do “contrato de leitura” – entendido como a relação entre um determinado suporte e sua leitura (VERÓN, 1985). A técnica fica restrita às variantes temáticas no conteúdo do suporte. Para o autor, ainda que essas variações não sejam negligenciáveis, com frequência não constituem a dimensão mais importante (VERÓN, 2004: 220). Dessa perspectiva, a análise de conteúdo seria incapaz de captar dimensões fundamentais da comunicação.

Como vimos brevemente, a longa tradição em torno da análise de conteúdo permitiu amplas discussões e repaginações em torno de sua utilização. As críticas, contudo, têm tocado mais em potenciais ou efetivos problemas de abuso no emprego da técnica do que em sua efetiva incapacidade ou fraqueza como instrumento de coleta de dados. A análise de conteúdo, como lembram Hansen et al., enquanto técnica de coleta só faz sentido na medida em que se orienta por referências teóricas que permitem a interpretação dos dados e a sua relação com problemas sociais mais amplos.

The problem, however, is how far quantification is taken in content analysis and to what degree the quantitative indicators that this technique offers are read or interpreted in relations to questions about the intensity of meaning in texts, the social impact of texts, or the relationship between media texts and the realities which they reflect (HANSEN et al., 1997: 95)⁵⁵.

Considerando suas potencialidades, a análise de conteúdo pode funcionar como uma espécie de “técnica de ruptura”, que contribui para que o pesquisador das ciências humanas vá além de uma leitura simples, ou imediata, do real – de forma a afastar a impressão de familiaridade com o seu objeto (BARDIN, 1977: 28). Essa atitude, segundo Bardin, também não deve desaguar no extremo oposto, que seria a armadilha de “*construir por construir*”, ou “*aplicar a técnica para se afirmar de boa consciência, sucumbir à magia dos instrumentos metodológicos, esquecendo a razão de seu uso*” (BARDIN, 1977: 28-29). Esta ausência de reflexão produziria o absurdo de determinados problemas serem colocados pelo pesquisador simplesmente porque são quantificáveis (RIFFE, 2005:36).

⁵⁵ “O problema, não obstante, é quão longe a quantificação é levada na análise de conteúdo, e em qual grau os indicadores quantitativos que esta técnica oferece são lidos ou interpretados em relação a questões sobre a intensidade dos significados nos textos, seu impacto social, ou a relação entre os textos midiáticos e as realidades que eles refletem” [tradução do autor].

Para além dos aspectos mais gerais, enquanto técnica de coleta de dados, a análise de conteúdo tem a vantagem de permitir a avaliação de uma grande quantidade de informação – que seria impossível na aplicação de outras técnicas. O desenvolvimento recente de *softwares* especializados no processamento de dados, especificamente formulados para a aplicação de análises de conteúdo, tem popularizado a utilização da técnica⁵⁶.

Nos estudos sobre enquadramento, o uso da técnica pode oferecer, por sua sistematicidade, protocolos mais claros de codificação do conteúdo (PORTO, 2004: 96). Esta clareza quanto aos procedimentos seria favorável a um maior rigor e reduziria as pesquisas que “*tendem a encontrar os enquadramentos que procuram ou que comprovam suas hipóteses*” (HERTOG & MCLEOD apud PORTO, 2004: 95)⁵⁷.

Em resumo: a análise de conteúdo, enquanto técnica de quantificação, é incapaz de, por si só, oferecer parâmetros de análise. Nesse sentido, recorreremos ao problema de pesquisa como marco orientador das opções que se seguem. Na medida em que este visa a compreender como a cobertura de determinados escândalos políticos reflete opções midiáticas e uma administração específica dos conteúdos – manifestas na disposição de certos enquadramentos –, faremos uma opção por uma análise de conteúdo.

Compreendendo a dinâmica usual em análises de conteúdo, trataremos em seguida de alguns dos aspectos operacionais normalmente relacionados por aqueles que a utilizam, e que, segundo Hansen et al.(1997: 98-9), são: a) seleção dos meios de comunicação a serem avaliados; b) amostra de notícias; c) definição das categorias de pesquisa; d) definição do instrumento de análise (questionário); e) “pilotagem” do processo de classificação e checagem da sua confiabilidade e f) preparação dos dados e análise.

IV.2. Definição dos jornais diários

⁵⁶ Um exemplo dessa tendência é a apropriação no âmbito da sociedade civil e de centros de pesquisa de exercícios sistemáticos de observação da mídia. No Brasil, como um produto da recente expansão dos chamados “observatórios de mídia”, foi criada a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoi) que reúne organizações que, dentre outros formatos de acompanhamento da mídia, também desenvolvem análises de conteúdo da cobertura da imprensa como uma atividade recorrente. Algumas organizações têm se destacado nessa atividade como é o caso da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), da Transparência Brasil e o Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (Doxa – Iuperj).

⁵⁷ Num raciocínio que remete à conhecida argumentação de Karl Popper (2006), a clareza procedimental pode ser vista como um elemento que permite de forma mais evidente a crítica sobre as estratégias adotadas e as tentativas de refutação.

Uma primeira escolha fundamental foi a delimitação dos veículos a serem analisados. Avaliar de forma comparativa dois veículos de repercussão nacional – a *Folha de S.Paulo* e *O Globo*⁵⁸ – teve a intenção de, num primeiro momento, propiciar uma análise comparativa de linhas editoriais diversas. A identificação de possíveis recorrências quanto à organização dos conteúdos seria enriquecida com uma comparação acerca do comportamento de veículos impressos diversos.

Também, nesse sentido, preferimos nos concentrar nos veículos da chamada “grande mídia”, mais especificamente os dois maiores jornais impressos brasileiros, levando-se em conta o critério de tiragem somado à importância política dos veículos⁵⁹.

Restringimos nossa análise aos jornais diários, já que a inclusão de revistas poderia dificultar a estratégia de percepção das identidades e recorrências entre as coberturas e poderia gerar um debate, para nós desviante, sobre os diversos gêneros de jornalismo impresso.

IV.3. A escolha das coberturas

Dentre as alternativas que se apresentavam para a escolha de quais coberturas seriam eleitas como objeto de análise, optamos por retomar alguns aspectos do conceito de EPM que poderiam oferecer a maior aproximação possível em relação a nosso objeto.

Inicialmente buscamos identificar, conforme vimos no **Capítulo II**, como processos de luta pelo poder simbólico são transpostos para a prática jornalística. Uma característica central desses casos é uma mínima continuidade – que segundo Thompson se expressa na geração de contra-alegações e de transgressões de segunda ordem provocadoras de um embate simbólico entre os atores envolvidos. Nesse sentido, o primeiro critério para seleção

⁵⁸ O acervo *online* da Folha de S.Paulo permite ao assinante o acesso integral dos conteúdos do jornal impresso desde 1997 e foi a fonte para a seleção das notícias sobre os escândalos. Já o acervo de *O Globo* foi obtido através do *clipping* da Radiobrás, que arquiva notícias sobre temas políticos nos principais jornais do país. As notícias que não puderam ser acessadas por sua versão eletrônica foram fotocopiadas na Biblioteca do Senado Federal.

⁵⁹ Segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ) de 2006, o último ano do período que adotaremos nesta análise, a Folha de S. Paulo teve circulação média diária de 309.383, enquanto a circulação de *O Globo* foi de 276.385 – as duas maiores médias registradas no país.

das coberturas foi o reconhecimento de casos que tenham ganhado uma duração **temporal** nas páginas dos jornais.

Em segundo lugar, adotaremos um critério de **destaque**. Como lembram Tumber e Waisbord (2004a: 1079), a forma como se dá a cobertura da mídia é o “barômetro” que indica a existência (ou a ausência) de um escândalo. Quando estão expostos com estardalhaço nas manchetes, os escândalos tendem a ser presentes e relevantes. Quando estão enterrados nas páginas internas ou ignorados, o escândalo pode ser considerado acabado. No caso de jornais diários, a presença dos temas nas manchetes de capa foi o indicador utilizado para mensurar a intensidade do destaque.

Por fim, a seleção passou pela identificação de uma **transgressão** de valores, normas ou códigos morais. Thompson (2002) desenvolve uma tipologia dos EPMS, que os dividem em “escândalos sexuais”, “escândalos financeiros” e “escândalos de poder”. O que une os vários tipos, independentemente do formato da transgressão, segundo o autor, é o envolvimento de indivíduos ou ações que estão situadas dentro de um campo político e têm impactos no âmbito dessas relações. Nesse sentido, optamos por identificar, nas capas dos veículos impressos, todas as denúncias que envolvessem atores do campo político, seja no aspecto sexual, financeiro ou de poder propriamente dito.

Alguns recortes prévios pautaram a escolha das coberturas. Em primeiro lugar, buscamos tratar de casos majoritariamente vinculados à política nacional, o que nos favoreceu uma comparação entre veículos de praças diferentes (Rio de Janeiro e São Paulo).

Para um mapeamento dos principais casos, um dos jornais diários pesquisados foi escolhido para um primeiro teste de incidência dos escândalos. Optou-se pela escolha de apenas um veículo (Folha de S. Paulo), com base na ideia de que dificilmente se levaria a cabo um escândalo de repercussão nacional sem alguma participação dos grandes periódicos. A discussão das diferenças entre eles ficou restrita a uma análise mais aprofundada do conteúdo dos textos – realizada em um segundo momento.

Mais que uma atividade geradora de conclusões efetivas em relação ao nosso problema, a sistematização das capas funcionou como um reconhecimento do cenário da cobertura política. Um contato certamente superficial com os casos, mas que possibilitou um primeiro mapeamento da presença dos assuntos com atenção para a **duração**, o **destaque** e as principais **transgressões**. O período da análise foi um intervalo de dez anos entre 1997 e

2006. Ao todo, 3.632 capas foram avaliadas⁶⁰. A análise gerou a seleção de 413 capas associadas a denúncias envolvendo políticos, apresentadas na **Tabela 3**.

Tabela 3

Capas da Folha de S. Paulo sobre denúncias envolvendo políticos (1997 a 2006 em nº de capas e número máximo de capas seguidas sobre o assunto)			
	-	Nº capas	Nº máximo de capas seguidas
Casos “ampliados” (mais de 10 capas)	Mensalão (2005/2006)	148	26
	CPI dos Bancos (1999/2000)	34	11
	Caso Eduardo Jorge (2000/2001)	29	7
	Dossiêgate (2006)	18	8
	Caso Antonio Palocci/ violação sigilo caseiro Francenildo (2006)	18	4
	Caso Waldomiro Diniz (2004)	17	3
	Caso “Mensalinho”/ Severino Cavalcante (2005)	14	6
	Compra de votos para a emenda da Reeleição (1997)	13	10
	Violação do painel Senado (2001)	13	3
	Caso Jader Barbalho (2001)	12	2
	CPI Títulos Públicos (1997)	11	2
	Casos “pontuais” (menos de 10 capas)		86
Total		413	-

Algumas considerações merecem ser levantadas, com base nessa primeira apreciação das capas da Folha de S. Paulo:

- 1) Do primeiro ao último ano avaliado (1997-2006), casos de corrupção de ampla exposição (que são estampados em mais de 10 capas) foram encontrados com recorrência, sendo, em média, mais de um por ano. Esse fato leva a crer que efetivamente falamos de um fenômeno recorrente, e não de uma excepcionalidade vinculada a um determinado contexto político específico.

⁶⁰ Cerca de 0,5% das capas não pôde ser acessada e ficou fora da análise.

- 2) Fora a exceção que ocorre no episódio do Mensalão – as coberturas dos principais casos (mais de 10 capas) têm seu esgotamento em termos de quantidade de capas em uma média de 18 dias. Para Thompson, um escândalo midiático prolongado tende a alcançar um ponto final (uma confissão, uma renúncia, um consequente julgamento, o resultado de uma investigação oficial, etc.) ou irá definhando gradualmente, à medida que as organizações da mídia decidirem que ele não merece mais a atenção que tinha. Seja por especificidades do caso ou por uma decisão editorial, para o autor a duração dos casos na imprensa tende a seguir os “*ritmos específicos das organizações da mídia*” (THOMPSON, 2002: 103).
- 3) Ainda que a quantidade de capas seja um indicador inicial de intensidade, outro elemento, não menos decisivo, é a distribuição das capas ao longo do tempo – em especial o grau de concentração do assunto em determinados períodos. O impacto de uma cobertura sobre alguma transgressão no campo da política é tão mais bombástico quanto mais a estória se mantenha durante uma sequência longa de notícias – como foi o caso dos 26 dias seguidos nos quais a Folha de S. Paulo entendeu que o caso do Mensalão era o principal assunto do dia. Optamos, nesse sentido, por escolher coberturas que tenham tido número considerável de capas em sequência.
- 4) Por fim, cabe lembrar que, em termos quantitativos, o escândalo do Mensalão se coloca claramente como um caso à parte. O caso aglutina nada menos do que 40% das manchetes de capa durante o período correspondente a um ano (365 dias) do maior jornal diário do Brasil⁶¹.

Em seguida, buscamos apontar identidades temáticas que poderiam tornar mais proveitoso o trabalho de comparação, especialmente na delimitação dos atores envolvidos. Nesse sentido, apostamos na identificação de semelhanças entre o teor das denúncias. Dentre os critérios estiveram:

⁶¹ Como veremos mais adiante, a deflagração de CPIs é um aspecto central para explicar essa diferença. Este elemento fortalece, especialmente pela instalação de um processo investigativo, o surgimento de transgressões de segunda ordem.

- 1) Coberturas de temas que envolvessem o Governo Federal – recorte que poderia facilitar a identificação da dinâmica de luta pelo poder simbólico entre situação e oposição;
- 2) Coberturas localizadas em governos diferentes – a fim de possibilitar uma análise das identidades para além dos contextos políticos particulares;
- 3) Coberturas que denunciassessem a ação do Poder Executivo ou dos partidos aliados de interferência no devido processo legal do jogo democrático, como as votações parlamentares ou o processo eleitoral.

A partir desses critérios, optamos inicialmente por analisar os casos da *Compra de Votos para a Reeleição* (1997) e o *Mensalão* (2005/6) que apresentavam, em períodos diferentes, denúncias semelhantes envolvendo o oferecimento de determinadas recursos financeiros em troca de apoio na votação de projetos de lei. Dada a desproporção entre os casos, no que diz respeito à quantidade de notícias envolvidas, também analisaremos o caso *Dossiêgate* (2006) que esquentou as eleições presidenciais daquele ano. O escândalo, que se inicia a partir de investigações da Polícia Federal envolvendo parlamentares e tem seu auge na denúncia de venda de dossiê durante o período eleitoral. Partidos políticos e o próprio Executivo são fortemente envolvidos nas acusações e, nesse sentido, temos uma base temática que permite também um exercício comparativo.

Se, por um lado, a extrema distância entre os casos no que diz respeito ao número de textos veiculados pode representar um elemento de dificuldade para o esforço de comparação, por outro, é justamente o trabalho com fenômenos muito distintos em termos de intensidade que permite algumas conclusões mais gerais em torno desse tipo de cobertura.

IV.4. Um breve histórico dos casos e a relação com a imprensa

“*Deputado conta que votou pela reeleição por R\$ 200 mil*”. A matéria de capa da Folha de S. Paulo, publicada no dia 13 de maio de 1997, trazia gravações nas quais o deputado Ronivon Santiago (PFL-AC) afirma que vendeu seu voto para apoiar o projeto de Emenda Constitucional que estipulou a possibilidade de reeleição para cargos executivos – e que no

momento era apoiada pelo Governo Federal. A denúncia apontava como compradores dois governadores vinculados à base aliada do governo: Orleir Cameli (sem partido-AC) e Amazonino Mendes (PFL-AM). O então deputado Ronivon também envolveu outros quatro deputados do Acre⁶².

Nos dias seguintes às primeiras revelações, novas denúncias mencionando membros do governo amplificaram a tensão em torno do caso. A Folha de S. Paulo publicou novas gravações que acabaram envolvendo o ministro Sérgio Motta (PSDB), das Comunicações – uma das mais influentes autoridades do governo de Fernando Henrique Cardoso. Nas fitas, o deputado João Maia (PFL-AC) afirma que o ministro teria participado das articulações para a realização do pagamento.

Num interessante exemplar de cobertura dos bastidores da notícia, a Folha de S. Paulo, no dia 21 de maio de 1997, expôs parte de sua estratégia de apuração (ainda que tenha mantido em segredo a fonte que diretamente gravou as cinco fitas que deram origem ao escândalo). A matéria explicitou vários dos procedimentos usados pelo editor/repórter responsável pelo caso, o jornalista Fernando Rodrigues, assim como relatou a criação do codinome “Senhor X” para a fonte não identificada – procedimento que teria sido uma ideia do diretor de redação do jornal, Josias de Souza. Segundo o veículo:

No final do ano passado (1996), a Folha tomou conhecimento de rumores sobre compra de deputados por causa da reeleição. Havia denúncias não comprovadas dos dois lados. Governistas estariam comprando deputados para votar a favor. E grupos ligados a Paulo Maluf estariam fazendo o inverso. Em janeiro, a Folha fez vários contatos com pessoas que poderiam confirmar ou não as histórias. Embora os boatos continuassem a existir, as confirmações nunca apareciam [...]. Cinco deputados foram então consultados pela Folha para fazer uma gravação de uma eventual tentativa de compra de votos. Nenhum aceitou. Alguns chegaram a relatar episódios nos quais teriam sido abordados, mas alegaram ter medo de fazer a operação [...]. Foi nesse período, ainda no final de janeiro, que uma pessoa com trânsito na Câmara soube do interesse da Folha. Essa pessoa se dispôs a fazer a gravação (Folha de S. Paulo, 21 de maio de 1997).

Como lembra Waisbord (2000: 136), ao discutir o episódio, a diferença entre este caso e outras revelações recentes obtidas a partir de gravações foi a participação ativa do jornal na

⁶² Como ilustra a declaração: “O Amazonino marcou dinheiro para dar 200 para mim, 200 pro João Maia, 200 pra Zila e 200 pro Osmir” (Folha de S. Paulo, 13 de maio de 1997).

produção das fitas. O jornal e o autor das gravações estiveram em constante contato ao longo de sua produção, o que permitiu a publicação de inúmeros detalhes:

A partir do gravador, saía o fio do microfone ultra-sensível, também da marca Sony. Esse fio contornava o corpo do "Senhor X" até chegar na região do tórax, onde estava uma corrente de ouro que servia de suporte para o equipamento. A qualidade da gravação não é excelente. Por causa da camisa sobre o microfone, algumas frases não são ouvidas com clareza. (Folha de S. Paulo, 21 de maio de 1997).

A participação de O Globo na cobertura, inicialmente restrita à repercussão da cobertura da Folha de S. Paulo, cresceu com a veiculação de novas denúncias envolvendo o governador Amazonino Mendes que teria privilegiado uma empresa de sua propriedade – em nome de um laranja – em vários contratos de obras do governo amazonense.

Do ponto de vista dos impactos políticos do caso, os mais imediatos vieram com a expulsão sumária de Ronivon Santiago e João Maia pelo PFL – e que, posteriormente, renunciaram a seus mandatos para evitar um processo de cassação. A queda de deputados inexpressivos politicamente não representa, porém, o principal destaque da cobertura.

O maior conflito esteve localizado na tentativa da oposição de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurasse a denúncia. Estavam em jogo, essencialmente, o possível desgaste do Governo Federal diante da aproximação do processo eleitoral de 1998. As pressões estamparam as capas dos jornais analisados, ressaltadas em manchetes como “*Governistas se unem para tentar evitar criação de CPI*” (O Globo, 16.05.97) e “*Crescem as adesões à CPI da Reeleição*” (Folha de S. Paulo, 17.05.97). A oposição se mobilizou promovendo de atos políticos a abaixo-assinados. A força da base de sustentação do governo, contudo, foi determinante para a não instalação da CPI, o que contribuiu para o arrefecimento do debate e a aprovação da reeleição também no Senado Federal.

Para o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), seu papel “*foi só o de destampar a panela e tornar isso público*” (Folha de S. Paulo, 12.06.05). A panela se abriu no dia 6 de junho de 2005, quando a Folha de S. Paulo publicou entrevista na qual o deputado

denunciava “*um esquema de mesada para os parlamentares da base*”. As alegações desencadearam uma crise política sem precedentes, envolvendo o governo, parlamentares e partidos políticos. Foram criadas três CPIs no Congresso Nacional e dois deputados foram cassados, o próprio Jefferson e José Dirceu (PT-SP), além de várias renúncias e quedas de parte importante do “núcleo duro” do governo.

Jefferson se apresenta, num primeiro momento, como um personagem central do escândalo, como a ignição necessária para a expansão do caso. O próprio nome “Mensalão”, inicialmente cunhado pelo então deputado, passa a ser incorporado ao vocabulário cotidiano da crise (LIMA, 2006: 15).

Um dos primórdios do escândalo pode ser localizado em maio de 2005, quando o funcionário dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina de empresários. Vinculado ao então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), Marinho passou a ser alvo de investigações que acabaram por resvalar em no político. Sentindo-se abandonado pelo governo, o deputado concedeu a famosa entrevista denunciando a compra de votos dos parlamentares no Congresso Nacional. Seus depoimentos teatrais ganharam intensa repercussão na mídia:

[...] Marcos Valério, versão moderna embacacada do Sr. PC Farias, sacava um milhão por dia nas contas do Banco Rural, ou sacava em Minas Gerais, ou aqui no prédio do Brasília Shopping, no nono andar, onde muitos assessores dos que recebem “mensalão” e que estão registrados na portaria subiam até o escritório do banco para receber lá 30, 40, às vezes 20, e até R\$60 mil.

[...] Não sou ator. Não faço aqui o papel do herói, porque não sou. Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual. Não faço o papel de vilão, porque não sou. E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu. Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de cabeça erguida. (Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava do depoente deputado Roberto Jefferson, 30/06/2005).

No outro extremo esteve o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu – principal alvo no governo e apontado como um dos gerenciadores do esquema. Poucos dias após a entrevista de Jefferson, já em 16 de junho, José Dirceu renuncia ao posto na Casa Civil, e vai à Câmara defender seu mandato de deputado – que acabaria sendo cassado em votação no Plenário, no início de dezembro do mesmo ano.

As CPIs constituíram outro destaque do caso. Com depoimentos transmitidos ao vivo pelas TVs legislativas e canais de notícias “24 horas”, as Comissões de Inquérito passaram a concentrar o embate político em torno do escândalo, se convertendo em eventos midiáticos por natureza. Como veremos em seguida, o período também se caracterizou por uma chuva de subescândalos que mantiveram aceso o Mensalão na agenda dos jornais.

O caso ganhou nova dimensão após a entrevista bombástica do então deputado Roberto Jefferson ao jornal Folha de S. Paulo, em 6 de junho de 2005 [...]. Daí em diante, os principais jornais diários e as revistas semanais de informação passaram a competir por novas denúncias e evidências contra autoridades da República, repetindo a “dobradinha” mídia/CPI que, em 1992, levou ao impeachment do presidente Fernando Collor de Melo (MIGUEL & COUTINHO, 2007: 98).

Apenas entre os mais significativos, podemos lembrar a CPI dos Bingos; as denúncias envolvendo o governo de Antônio Palocci em Ribeirão Preto; repercussões do assassinato do ex-prefeito Celso Daniel; o caso "Mensalinho" de Severino Cavalcanti; o envio de dólares de Cuba; a descoberta de dólares na cueca de assessor partidário; o caso dos empréstimos realizados a Lula por compadre do PT; denúncias envolvendo a empresa Globalprev, Fundos de pensão e o ministro Luiz Gushiken; indicações de *lobby* por parte do irmão de Lula (Vavá); o investimento da Telemar na Gamecorp (empresa de filho de Lula); o caso da “Mansão de Lobistas” e a violação do sigilo bancário de caseiro envolvendo Antonio Palocci.

Já em 29 de março de 2006, a CPMI dos Correios apresenta seu relatório final, afirmando a existência do Mensalão e sugerindo os nomes de mais de 100 pessoas para indiciamento. Em 11 de abril, o Procurador-Geral da República, Antônio Fernandes de Souza, diz em coletiva de imprensa que os acusados do Mensalão estão envolvidos numa “organização criminosa” e pede o indiciamento de 40 envolvidos. Os resultados do julgamento ainda correm no Supremo Tribunal Federal.

No dia 15 de setembro de 2006, às 7 horas da manhã, a Polícia Federal brasileira prende num hotel em São Paulo Valdebran Carlos Padilha, empreiteiro mato-grossense, e Gedimar Pereira Passos, advogado e ex-agente da Polícia Federal. Com eles estava a quantia de R\$

1,7 milhão de reais. Simultaneamente, a justiça federal decretava a prisão preventiva de Luiz Antônio Vedoin, sob a acusação de venda e ocultação de provas no caso que ficou conhecido como a “Máfia dos Sanguessugas” – no qual deputados federais foram acusados de receber propina de empresa da família Vedoin para a aprovação de emendas ao Orçamento, referentes à compra de ambulâncias e equipamentos médicos e odontológicos.

O resultado da operação policial, estampado na capa da Folha de S. Paulo e de O Globo no dia seguinte dava o tom da cobertura: a compra de um dossiê envolvendo figuras do PSDB paulista, principal partido de oposição ao Governo Federal, teria sido engendrada por pessoas ligadas ao PT, partido do governo⁶³.

Além de nascer com referência direta a um *affair* anterior, a “Máfia dos Sanguessugas”, o caso é particularmente curioso, pois surge com a exposição pública de negociações e contatos entre atores políticos que supostamente estariam cuidando da gestação de um novo escândalo –, levando em consideração a existência de uma eventual transação envolvendo fotos e vídeos que poderiam comprometer os políticos retratados. Nos termos de Thompson (2002), o Dossiêgate é tipicamente uma transgressão de segunda ordem, na qual a compra do dossiê assume papel mais preponderante que as eventuais revelações que o dossiê porventura tivesse. Mais que isso, é uma espécie de “metaescândalo” na medida em que a transgressão revelada está relacionada à tentativa de preparação de um novo escândalo.

Em seu ápice, as discussões em torno da divulgação das fotos do dinheiro foram outro “encândalo dentro do escândalo”. Às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial, os grandes jornais do país deram amplo destaque à foto das pilhas de notas apreendidas pela Polícia Federal, num episódio controverso que gerou amplas discussões sobre o papel da mídia (LIMA, 2007).

[...] Às vésperas da eleição presidencial, no dia 29/09/2006, o espaço do Jornal Nacional da Globo é tomado pela foto do dinheiro apreendido no dia 15. O impacto de tanto dinheiro (fotografado de baixo para cima) é corroborado pelo fato de que as fotos - de divulgação proibida – teriam sido “roubadas” da Polícia Federal. É o mesmo dia da tragédia do vôo da companhia Gol quando morreram 154 pessoas e que, mesmo assim, obtém espaço mínimo diante da imagem do dinheiro.

⁶³ “PF prende acusados de vender a petistas dossiê contra Serra” (Folha de S. Paulo, 19.09.2006); “Venda de dossiê contra Serra leva Vedoin e petista à prisão” (O Globo, 16.09.06) (grifo nosso).

[...] No dia 18 de outubro, a revista Carta Capital chega às bancas com a chamada de capa “A trama que levou ao segundo turno” e configura o escândalo “dossiê da mídia”. Em nome da verdade e da ética, a revista conta o processo de construção da visibilidade do escândalo do dossiê e a participação das mídias da Rede Globo, Revista Veja e os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo na edição e difusão das fotos (WEBER, 2007: 10).

Após a reeleição de Lula da Silva, o acompanhamento do caso decresceu substancialmente.

IV.5. Seleção das notícias a serem avaliadas

Quanto à seleção dos textos que iriam integrar a amostra sobre cada caso escolhido, a primeira opção metodológica foi a inclusão apenas das notícias publicadas em edições que tinham como principal manchete de capa o escândalo político em questão. Por esse critério, privilegamos o noticiário realizado diante dos momentos em que houve uma decisão editorial dos veículos de apresentar o escândalo como o aspecto mais relevante do dia. O acompanhamento dos casos certamente ocorreu de forma esparsa ao longo do tempo e nos dias em que a chamada de capa tratava de outro assunto, e, logo, sem a mesma intensidade que pudemos identificar nos períodos de maior destaque.

Outro recorte fundamental foi a inserção apenas de reportagens, não levando em consideração os textos opinativos publicados nos períodos. Ainda que artigos, colunas e editoriais componham o pacote que cada jornal entrega diariamente aos leitores, restringir a análise apenas às reportagens contribuiu para manter o alvo sobre os critérios de formatação da cobertura e dos critérios propriamente jornalísticos.

Ao todo, foram identificadas na Folha de S. Paulo 179 edições relevantes (que geraram 2.857 notícias) e 162 em O Globo (2.288), como vemos na **Tabela 4**. As coberturas dos casos Compra de Votos para a Reeleição e Mensalão foram mais intensas na Folha de S. Paulo – uma média de 14,3 e 16,5 notícias por dia respectivamente. Já O Globo teve maior participação na cobertura do caso Dossiêgate, com 13,7 notícias por dia da amostra.

Tabela 4

Total de capas analisadas, total de notícias analisadas e média de notícias por dia na Folha de S. Paulo e em O Globo						
	Nº de capas		Total de notícias		Média de notícias/ dia	
	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	13	07	186	66	14,3	9,4
Mensalão (2005-2006)	148	134	2.439	1.935	16,5	14,4
Dossiêgate (2006)	18	21	232	287	12,9	13,7

A partir da análise quantitativa dos casos, pudemos, também, perceber uma identidade no que diz respeito à distribuição diária das notícias. Para Thompson (2002), ainda que a incerteza quanto aos desenvolvimentos seja marca desse tipo de fenômeno, a partir de uma análise retrospectiva de uma série de casos, é possível identificar um padrão sequencial de desenvolvimento dos escândalos:

Se tomarmos os escândalos midiáticos como um tipo distinto de acontecimento que se constitui em parte por formas midiáticas de comunicação podemos ver também que, como acontecimentos, eles possuem determinada estrutura sequencial. Os escândalos midiáticos normalmente se desenrolam por um período de tempo que é marcado pelos ritmos das organizações da mídia, com seus padrões distintos de publicação e difusão (THOMPSON, 2002: 102).

Para o autor, quatro fases podem ser distinguidas: a) uma fase pré-escândalo; b) a fase do escândalo propriamente dita; c) o clímax e d) as consequências. (THOMPSON, 2002: 103). Esta abstração, assim como todo tipo ideal, tem origem na observação que o autor faz de diversos casos concretos. Ainda assim, não são regras estanques e cirurgicamente determináveis – mas que encontram correspondência em vários exemplos empíricos.

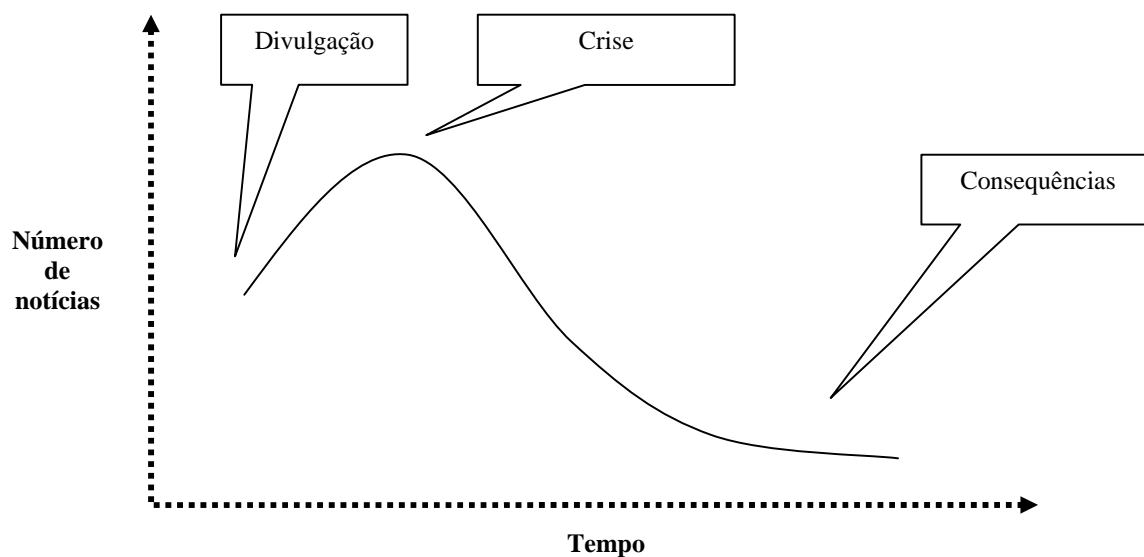
Na fase de pré-escândalo, de gestação da transgressão original, o autor insere os momentos que antecedem a revelação de ação ou acontecimento que desemboca no escândalo propriamente dito. Esse momento pode envolver a publicação pela mídia de

alguns elementos que, posteriormente, serão tidos como importantes para o escândalo (como rumores e boatos) ou mesmo estar ausente da cobertura, sendo o período em que as investigações e interesses políticos confluem para que uma denúncia venha à tona. Como nosso objeto está restrito à análise dos textos jornalísticos efetivamente publicados, não incluiremos o pré-escândalo em nossa análise.

Adotaremos como critério para a construção da amostra, baseado no autor, a identificação de três momentos baseados no que Thompson chama de “*estrutura sequencial dos escândalos midiáticos*”. Primeiramente, trataremos da **divulgação**. É o princípio do processo de confrontação entre os protagonistas (acusadores e acusados), tendo a mídia como palco principal. A divulgação pode partir de elementos reduzidos, como uma única notícia, uma gravação, um vídeo ou uma entrevista. Tende a se propagar na medida em que o assunto é recheado por alegações e contra-alegações. Numa escala quantitativa, a fase de divulgação tem ampla cobertura pela mídia, ainda que não seja, em geral, o momento no qual atinge seu pico.

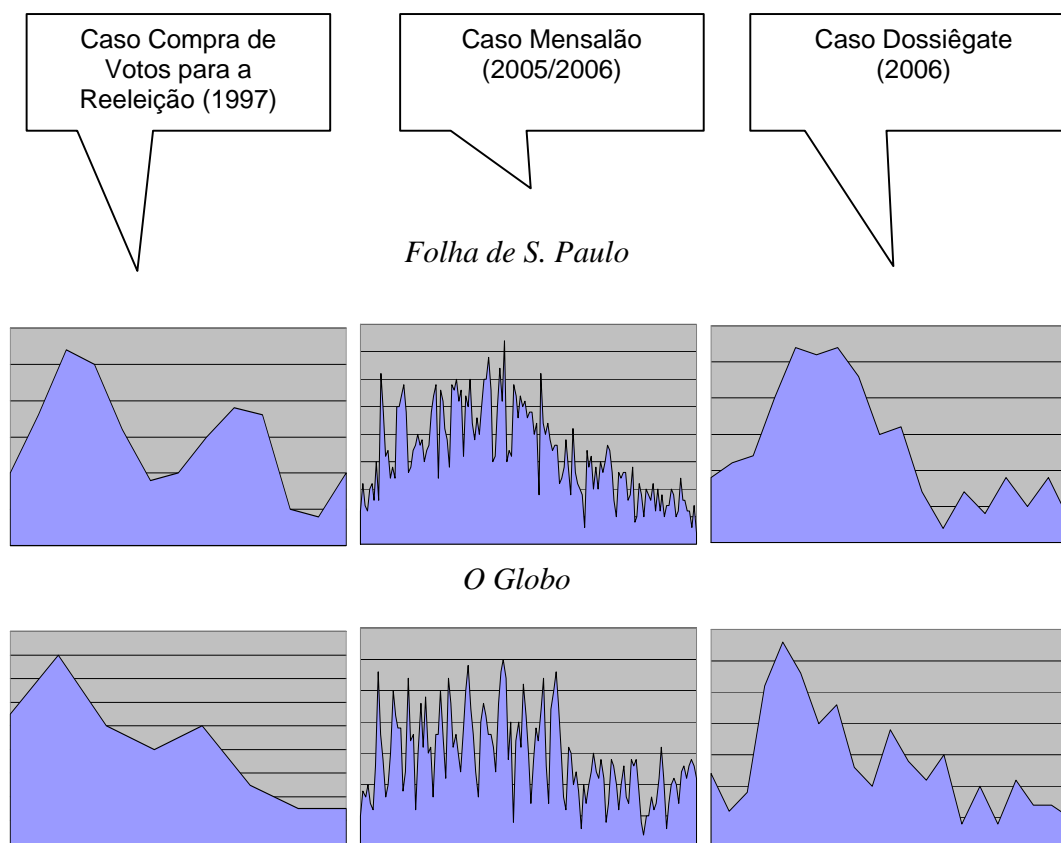
Em seguida, identificaremos os pontos de domínio da **crise**, estágio em que o escândalo chega a seu ponto crítico. Novas divulgações e os desenlaces em torno do caso criam um ambiente crucial que pode gerar renúncias, demissões, instauração de processos. O momento de crise pode coincidir com episódios que se transformam em eventos midiáticos por natureza (audiências de CPIs, julgamentos, processos de *impeachment*).

Por fim, identificaremos as **consequências** no sentido de resolução dos conflitos – quando a intensidade da cobertura tende a retornar ao patamar anterior. Uma representação gráfica desse padrão, com especial atenção para a cobertura da imprensa, poderia ser expressa por uma curva, na qual o número de matérias – como um indicador de intensidade e destaque – tende a ser crescente até o auge da crise e decrescente conforme avança para as consequências. Na fase de divulgação, contudo, o patamar quantitativo é alto em relação ao que vai se manter no período das consequências. Por fim, a quantidade de notícias de acompanhamento das consequências mostra que esta tende a ser mais esporádica, se estendendo de forma mais alongada na linha do tempo. Na **Figura 3**, exercitamos uma representação gráfica desse padrão:

Figura 3 - A estrutura sequencial dos escândalos midiáticos

Nota-se que as coberturas se caracterizam inicialmente por um amplo crescimento na quantidade de matérias, seguido por uma tendência de queda que mantém o número de notícias/dia numa média menor ao longo de um período mais esparsos de acompanhamento. Em resumo: ao contrário do que ocorre com as coberturas que fazem um acompanhamento regular de determinados temas (como meio ambiente, saúde, economia), durante a ocorrência de escândalos políticos midiáticos, o noticiário tende a se concentrar em picos bastante acentuados, seguidos por um gradual arrefecimento do tema na pauta. Um olhar sobre a disposição diária das notícias pelos três casos que selecionamos dá algumas pistas sobre a identificação das fases de desenvolvimento, como mostra a **Figura 4**.

Figura 4 - Quantidade notícias diárias por caso na Folha de S. Paulo e em O Globo*



* A distribuição diária está organizada pela ordem cronológica, registrando a sequência de capas de cada caso. A figura não registra os dias em que a capa não tem o escândalo como principal assunto.

O caso da Compra de Votos para a Reeleição apresenta comparativamente as maiores diferenças, já que o momento da denúncia ocupou relativamente mais espaço que um posterior desenvolvimento da questão. Essa configuração aponta no sentido de que a estória, após uma divulgação ampla, foi perdendo visibilidade – muito por conta das características da conjuntura política, especialmente a eficiência da base aliada no sentido do impedimento da instalação de uma CPI. No clímax do desdobramento dos escândalos, como lembra Thompson, está sempre posta a possibilidade de sua dissipação, a menos que novos elementos surjam como complicadores (THOMPSON, 2002: 105). Os dois outros casos avaliados resultaram em curvas bastante semelhantes. No período inicial, é frequente a manutenção de uma média alta de textos diários, enquanto na fase das consequências as

edições que trataram dos assuntos se estabilizam num patamar mais reduzido de matérias por dia.

Ainda que as semelhanças empíricas entre as curvas de incidência sejam um primeiro indicador da existência de fases comuns, foi preciso definir critérios de demarcação que pudessem ser objetivamente aplicados ao grupo de textos avaliados de forma a delimitar cada período. Nesse caso foram considerados aspectos temáticos dos casos que pudessem ser associados a cada fase, ainda que os elementos não estejam distribuídos de forma exata.

- **1ª Fase: *Divulgação*:** grupo de matérias presentes em edições dos jornais nas quais o aspecto central é a revelação inicial de ações ou acontecimentos que colocam em ação processo de afirmações e contra-afirmações. Nessa fase inicial, há ainda uma grande incerteza sobre os rumos das denúncias;
- **2ª Fase: *Crise*:** grupo de matérias presentes em edições na qual o foco das manchetes está na descrição dos impactos gerados pelas denúncias (renúncias, depoimentos em comissões de inquérito, demissões) ou a apresentação de novas acusações oriundas da situação de crise;
- **3ª Fase: *Consequências*:** grupo de matérias presentes em edições que priorizam os resultados dos casos e apuração dos responsáveis, como a conclusão de inquéritos e cassações.

Na **Tabela 5**, apresentamos a distribuição quantitativa da média de notícias por fase de desenvolvimento. Já na **Tabela 6**, elencamos a partir de alguns exemplos de manchetes como se aplicaram na prática os critérios de circunscrição das fases.

Tabela 5

Média de notícias por dia e por fase na Folha de S. Paulo e em O Globo						
	Divulgação		Crise		Consequências	
	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	18,3	13,5	15,7	8,3	9,8	3
Mensalão (2005-2006)	14,3	12,6	23,1	18,0	11,3	10,5
Dossiêgate (2006)	10,7	9,0	22,0	19,3	5,8	6,9

Tabela 6

Exemplos de manchetes de capa por veículo		
Divulgação		
	Folha de S. Paulo	O Globo
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	<p>“Deputado conta que votou pela Reeleição por R\$ 200 mil” (13.05.97)</p> <p>“Nova fita liga Sérgio Motta à compra de voto para reeleição” (14.05.97)</p> <p>“Motta deu TV para deputado que disse ter vendido o voto” (15.05.97)</p>	<p>“PFL quer cassar mandato de Ronivon” (14.05.97)</p> <p>“Comissão chama ministro e governadores para depor”⁶⁴ (15.05.97)</p>
Mensalão (2005-2006)	<p>“PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson” (06.06.05)</p> <p>“Dinheiro do ‘mensalão’ vinha de estatais e empresas, diz Jefferson” (12.06.05)</p> <p>“Governo tenta desqualificar acusações” (13.06.05)</p>	<p>“Denúncias de compra de votos levam governo Lula à pior crise” (07.06.05)</p> <p>“Cargos no governo viram ‘fabriquinhas’ de dinheiro” (12.06.05)</p> <p>“Governo pára hoje à espera de depoimento de Jefferson e CPI” (14.06.05)</p>
Dossiêgate (2006)	<p>“PF prende acusados de vender a petistas dossiê contra Serra” (16.09.06)</p> <p>“PT pagou para ter dossiê contra Serra, diz preso” (17.09.06)</p> <p>“Preso diz que PT pagou entrevista contra Serra” (18.09.06)</p>	<p>“Venda de dossiê contra Serra leva Vedoim e petista à prisão” (16.09.06)</p> <p>“Lula diz que repudia dossiê que era negociado por petista” (17.09.06)</p> <p>“Tucanos recorrem ao TSE contra ação política da PF” (18.09.06)</p>
Crise		
	Folha de S. Paulo	O Globo
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	<p>“91% querem CPI da Reeleição; Governo tenta conter apurações” (16.05.97)</p> <p>“Crescem as adesões à CPI da Reeleição” (17.05.97)</p> <p>“Governo faz blitz para barrar CPI” (20.05.97)</p>	<p>“Governistas se unem para tentar evitar criação de CPI” (16.05.97)</p> <p>“FH dá ao PMDB dois ministérios e tenta apressar fim da crise” (17.05.97)</p>
Mensalão (2005-2006)	<p>“‘Mensalão’ derruba José Dirceu” (17.06.05)</p> <p>“Crise tira Genoino da presidência do PT” (10.07.05)</p> <p>“Jefferson envolve Lula, Dirceu diz que ele mente” (03.08.05)</p>	<p>“Dirceu cai após denúncias e vai se defender ‘na planície’” (17.06.05)</p> <p>“Delúbio cai e PF prepara a quebra de sigilo do PT” (06.07.05)</p> <p>“No duelo, Dirceu culpa PT e Jefferson faz nova denúncia” (03.08.05)</p>
Dossiêgate (2006)	<p>“Acusado de negociar dossiê, assessor pessoal de Lula cai” (19.06.06)</p> <p>“Cai chefe da campanha de Lula” (21.09.2006)</p> <p>“Fotos mostram dinheiro do dossiê” (30.09.06)</p>	<p>“Escândalo do dossiê derruba Berzoini da campanha de Lula” (21.09.2006)</p> <p>“Justiça quebra sigilo de seis petistas do dossiê” (28.09.06)</p> <p>“Divulgação de fotos do dossiê abre nova guerra entre PT e oposição” (30.09.06)</p>

⁶⁴ Como a denúncia da Compra de Votos para a Reeleição foi, num primeiro momento, exclusividade da Folha de S. Paulo, o Globo se limitou na fase de divulgação a reportar a repercussão dos fatos e apontar para um início de crise, que se configuraram nas possibilidades de cassação e início de investigações.

Consequências		
	Folha de S. Paulo	O Globo
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	“Câmara abre processo para cassar três do caso dos votos” (26.05.97) “Ex-deputados devem sofrer inquéritos” (27.05.97)	“Reeleição é aprovada e renúncia de dois deputados esvazia a CPI” (22.05.97)
Mensalão (2005-2006)	“Roberto Jefferson é cassado” (15.09.05) “Câmara autoriza processo contra 13” (12.10.05) “Câmara cassa José Dirceu” (01.12.05) “CPI poupa Lula, diz que mensalão existiu e que caixa 2 do PT é farsa” (30.03.06)	“CPI reage a manobras e prorroga investigação” (15.09.05) “Ex-líderes do PT e PMDB renunciam: relator pede hoje cassação de Dirceu” (18.10.05) “Câmara expulsa ex-capitão de Lula - Dirceu é cassado por 293 votos a 192” (01.12.05) “Dois pra lá, dois pra cá - CPI derrota governo e aprova o relatório final do mensalão” (06.04.06)
Dossiêgate (2006)	“PF quer ouvir Mercadante para apurar caso do dossiê” (12.10.06) “Parte do dinheiro do dossiê veio do jogo do bicho do Rio” (19.10.06)	“Amigo de Lula coordenou operação do dossiê, diz PF” (21.10.06) “Dólares para dossiê saíram de corretora em Caxias” (23.10.06)

IV.6. Definição da amostra

Para cada fase, foram sorteadas edições completas, nas quais analisamos o texto de todas as reportagens com alguma interface com os casos pesquisados. Sempre que possível, optou-se por incluir na amostra os mesmos dias para os dois veículos. Por conta do critério de seleção ficar restrito às edições com manchete sobre o escândalo, em alguns dias sorteados não foi possível manter esta coincidência entre os dois jornais. Nesses casos, foram escolhidas as datas mais próximas ao dia inicialmente sorteado⁶⁵.

Para as coberturas dos dois escândalos de menor dimensão, foram sorteadas seis edições de cada jornal na íntegra, enquanto para a cobertura do Mensalão avaliou-se o conteúdo completo de 11 edições, de forma a atingir no mínimo 10% da cobertura total, como está descrito na **Tabela 7**. O percentual mais alto na correlação “total de notícias” *versus*

⁶⁵ Na Folha de S. Paulo os dias sorteados foram: Compra de Votos para a Reeleição (1997) - 13.05.97, 15.05.97, 18.05.97, 21.05.97, 27.05.97, 28.05.97; Mensalão (2005/2006) - 07.06.05, 10.06.05, 15.06.05, 07.07.05, 27.07.05, 13.08.05, 30.08.05, 03.10.05, 12.11.05, 05.02.06, 30.03.06; Dossiêgate (2006) - 16.09.06, 18.09.06, 20.09.06, 23.09.06, 19.10.06, 27.10.06. Em O Globo os dias foram: Compra de Votos para a Reeleição (1997) - 14.05.97, 15.05.97, 18.05.97, 22.05.97, 27.05.97, 28.05.97; Mensalão (2005/2006) - 07.06.05, 10.06.05, 15.06.05, 07.07.05, 27.07.05, 13.08.05, 30.08.05, 01.10.05, 24.11.05, 03.02.06, 10.03.06; Dossiêgate (2006) - 16.09.06, 18.09.06, 20.09.06, 23.09.06, 20.10.06, 26.10.06.

“amostra” foi o caso da Compra de Votos para a Reeleição em O Globo (cerca de 70%), por conta do número reduzido de capas.

Tabela 7

Total de inserções, número de textos da amostra e percentual da amostra em relação ao total						
	Total de inserções		N° de textos da amostra		% da amostra em relação ao total	
	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	186	66	79	48	42%	73%
Mensalão (2005-2006)	2.439	1.982	240	178	9,8%	9,2%
Dossiêgate (2006)	232	287	80	88	34%	31%

Com a definição de um número de textos selecionados por fase de desenvolvimento, um questionário foi aplicado a cada notícia⁶⁶. Baseado nos aspectos levantados pelo problema de pesquisa, buscou-se avaliar como se apresentam os quatro enquadramentos definidos anteriormente.

O instrumento de pesquisa foi completado com questões acerca das fontes de informação presentes nos textos. Esta avaliação da gestão das vozes apresentadas em cada notícia – dados que serão explorados nos capítulos seguintes – foi introduzida com o objetivo de compreender os lugares de fala dos indivíduos que contribuem para a construção da notícia e que aparecem em seu conteúdo manifesto. Foram consideradas as vinculações institucionais dos atores ouvidos e, quando passível de identificação, os partidos políticos aos quais estavam ligados.

Em seguida foi levada a cabo a “pilotagem” do processo de classificação. Todos os textos foram lidos individualmente, e as alternativas definidas pelo questionário foram transpostas para uma base de dados eletrônica, com a ajuda de um *software* estatístico⁶⁷. A confiabilidade do processo foi reforçada com uma revisão criteriosa da base, através de

⁶⁶ O questionário completo é reproduzido nos apêndices.

⁶⁷ Utilizamos nesta pesquisa o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

cruzamentos que verificaram a consistência lógica entre as respostas. Os **Capítulos V e VI** trazem uma análise dos principais resultados.

V - A dinâmica dos escândalos pela ótica dos enquadramentos

Passamos, agora, aos principais resultados da análise de conteúdo. Conforme argumentamos anteriormente, os desenvolvimentos desta pesquisa, inicialmente preocupada com a identificação de recorrências nas coberturas de EPMs em jornais diários brasileiros, nos levaram a recortar nosso interesse em torno dos mecanismos de administração dos conteúdos pela mídia ao longo do tempo.

Pela distinção de fases ideais comuns aos escândalos, o processo de classificação de cada texto da amostra envolveu dois elementos principais: a gestão da luta simbólica – trabalhada pela perspectiva dos enquadramentos e que veremos neste **Capítulo V** – e as vozes presentes em cada texto, através de um monitoramento da frequência das fontes de informação nas notícias analisadas (**Capítulo VI**).

A seleção de cerca de 5.100 textos jornalísticos e a classificação de uma amostra de cerca de 14% deste montante (aproximadamente 700 notícias) buscou traçar um mapa geral destes elementos. A quantidade numerosa de textos analisados não é, certamente, o fator que garante o rigor da análise – muito pelo contrário. Conclusões valiosas poderiam surgir da leitura de poucos textos, assim como a extensão ao infinito no número de notícias não traria, por si só, resultados mais desafiadores. Com base nessa preocupação, as escolhas metodológicas buscaram se valer da análise de conteúdo por seus aspectos mais instigantes: a capacidade de identificar padrões de recorrências não evidentes em uma leitura inicial do material. Foi com esta orientação que a amostra de notícias foi construída.

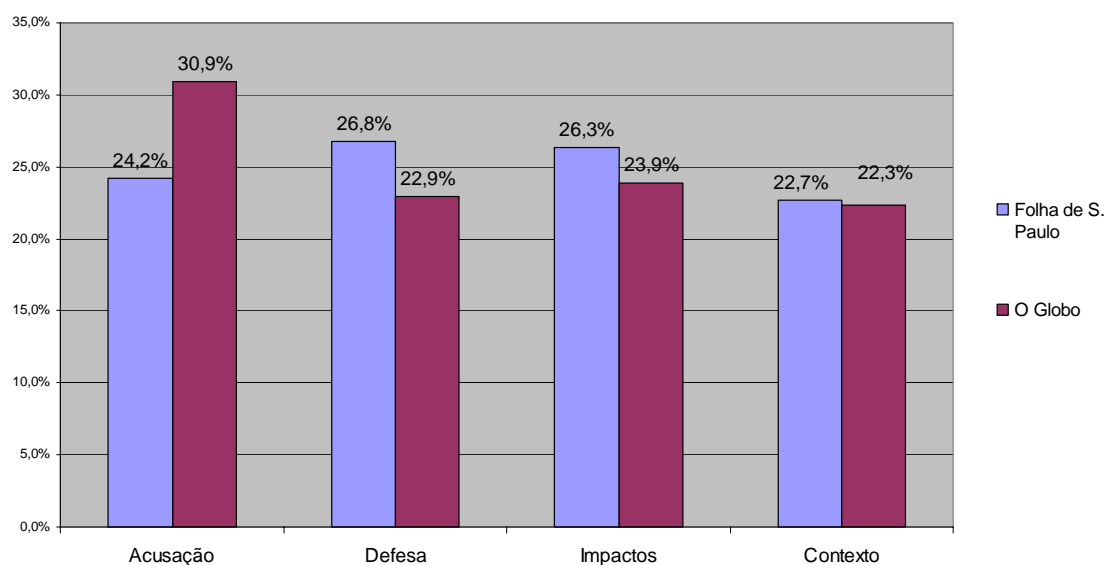
Também não desconsideramos a importância da riqueza de detalhes que cada cobertura apresenta. Uma ampla bibliografia tem se ocupado em descrever os aspectos mais particulares destes eventos, seja nos aspectos político, histórico, sociológico, dentre outros. Neste capítulo, portanto, faremos algumas poucas referências a especificidades dos casos, já que não pretendemos esgotar as possibilidades de análise e nem é o objetivo da pesquisa um detalhamento sobre a singularidade das estórias.

V.1. Pautas em desequilíbrio: mapeando estratégias midiáticas

Os quatro grandes enquadramentos definidos anteriormente, tanto na Folha de S. Paulo quanto em O Globo, no geral, recebem uma atenção parecida por parte dos jornais, se somadas as notícias de todas as fases e de todos os casos analisados⁶⁸. Como vemos na **Figura 5** não há, nos dados, diferenças marcantes entre as quatro abordagens – ainda que O Globo tenha privilegiado as acusações, enquanto a Folha de S. Paulo tenha dado mais destaque ao enquadramento de defesa e de impactos. Esta primeira leitura agregada – sem a aplicação das fases de desenvolvimento que definimos anteriormente – poderia dar a ideia de que a cobertura de escândalos políticos nesses veículos é razoavelmente equilibrada, abrindo espaço para uma perspectiva de acusação, defesa, seus possíveis resultados (numa linha mais episódica) e contextos (numa linha mais temática). No resultado global, nenhuma das perspectivas aparece, como vemos, com grande prevalência⁶⁹.

Figura 5 - Presença dos enquadramentos (agregado)

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos – considerando o agregado dos três casos analisados na Folha de S. Paulo e em O Globo).



Porém, ainda que a presença dos enquadramentos seja bastante parecida no agrupamento de todas as notícias analisadas, chama a atenção a forma como variam, se

⁶⁸ Ainda que estas perspectivas pudessem concorrer no mesmo texto, utilizou-se como critério de definição do enquadramento principal o espaço (número de linhas) dedicado a cada uma delas. Eventualmente, os enquadramentos presentes nas manchetes foram verificados como critério de “desempate”.

⁶⁹ Estão somados, neste momento, os impactos individuais, conjunturais e estruturais.

levarmos em consideração as fases da estrutura sequencial dos escândalos. Ao verificarmos este aspecto, nota-se uma dinâmica muito semelhante em todos os casos analisados, tanto na Folha de S. Paulo como em O Globo – o que sugere uma tendência comum de administração dos conteúdos por parte destes veículos, no decorrer das coberturas.

Num primeiro momento de “divulgação”, em todos os casos analisados, prevaleceu o enquadramento de defesa, no qual os envolvidos são estimulados a responder perante as transgressões. Ainda que as acusações tenham papel importante no período – já que se trata do momento inicial de repercussão das denúncias –, os jornais analisados se preocuparam inicialmente em apresentar respostas dadas pelos acusados. Essa característica já havia sido, em linhas gerais, descrita por Thompson:

Os meios de comunicação operam como um esquema referencial, concentrando a atenção em um indivíduo ou em uma suposta atividade e não deixando que o processo pare. Afirmções na mídia podem juntar-se a negativas da parte do indivíduo ou indivíduos cujas supostas ações estejam no centro do escândalo. As negativas levantam a possibilidade de transgressões de segunda ordem e por isso dão origem, em geral, a intensos esforços de divulgação por parte das organizações de mídia e de outras. Os indivíduos que se encontram no centro do escândalo, junto com seus conselheiros, advogados e defensores, podem se envolver em uma batalha estratégica com tais organizações (THOMPSON, 2002: 104-105).

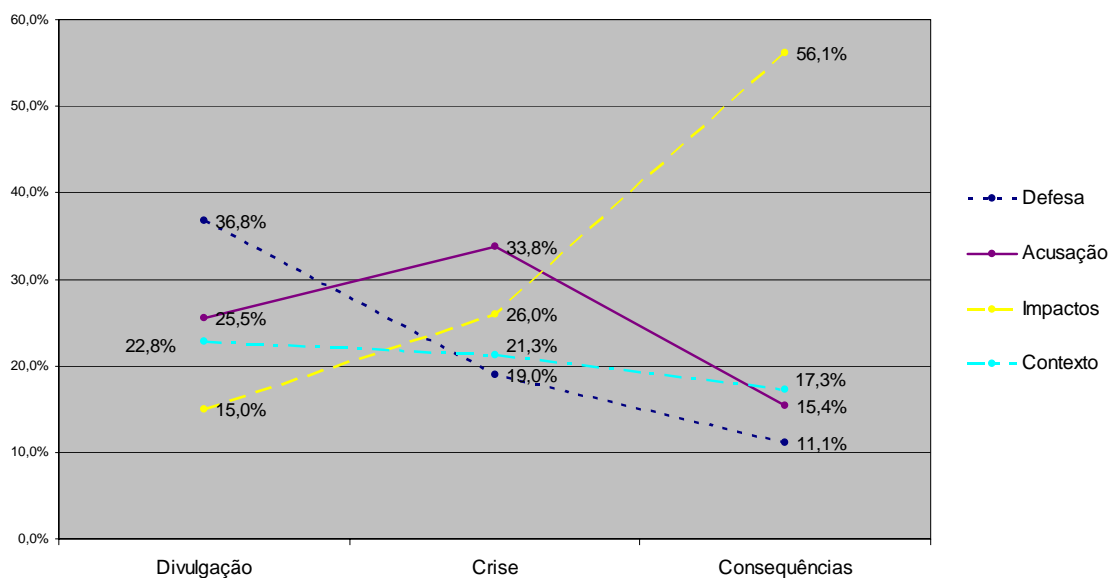
Na sequência, no período que intitulamos de “crise”, novas acusações tendem a ganhar corpo. No segundo e decisivo momento de cada caso, a participação das acusações invariavelmente cresceu, superando as notícias que enfocam a defesa. Uma intensa atenção para os desdobramentos do caso mobiliza o faro dos veículos por outras denúncias baseadas em sua apuração jornalística com uma diversidade maior de fontes, no vazamento de informações por parte dos investigadores e dos esforços da oposição por estimular novas denúncias ou declarações. A pressão da mídia também foi descrita por Thompson:

[...] os jornalistas e outros com acesso aos canais da mídia podem estar convencidos que algum tipo de transgressão e mau procedimento tenha ocorrido e podem acreditar que se eles continuarem a pressão para divulgação de novo material, descobrindo novas conexões e expressando opiniões e julgamentos de vários tipos, o escândalo chegará, então a um momento em que irá se tornar irreversível, forçando talvez os indivíduos a admitir sua culpabilidade e aceitar as conseqüências (THOMPSON, 2002: 105).

Por fim, os impactos foram os principais enquadramentos da fase de “consequências”. Por um lado, não deixa de ser óbvio que ações de investigação e os resultados legais dos processos oriundos das transgressões surjam somente na fase final das coberturas – quando houve tempo hábil para que os encaminhamentos próprios da justiça tenham se dado. Não é natural, por outro lado, que o enquadramento de defesa, como pressuposto constitucional de qualquer julgamento ou inquérito, apareça tão pouco na fase final⁷⁰. É um dos elementos que corroboram para a identificação de uma administração midiática dos acontecimentos na cobertura de escândalos políticos pela imprensa. A **Figura 6** mostra o percentual médio da participação dos quatro enquadramentos em cada fase, somando-se as coberturas dos dois veículos e nos três casos analisados:

Figura 6 - Enquadramento principal dos textos por fase (agregado)

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos por fase de desenvolvimento – considerando o agregado dos três casos analisados na Folha de S. Paulo e em O Globo).



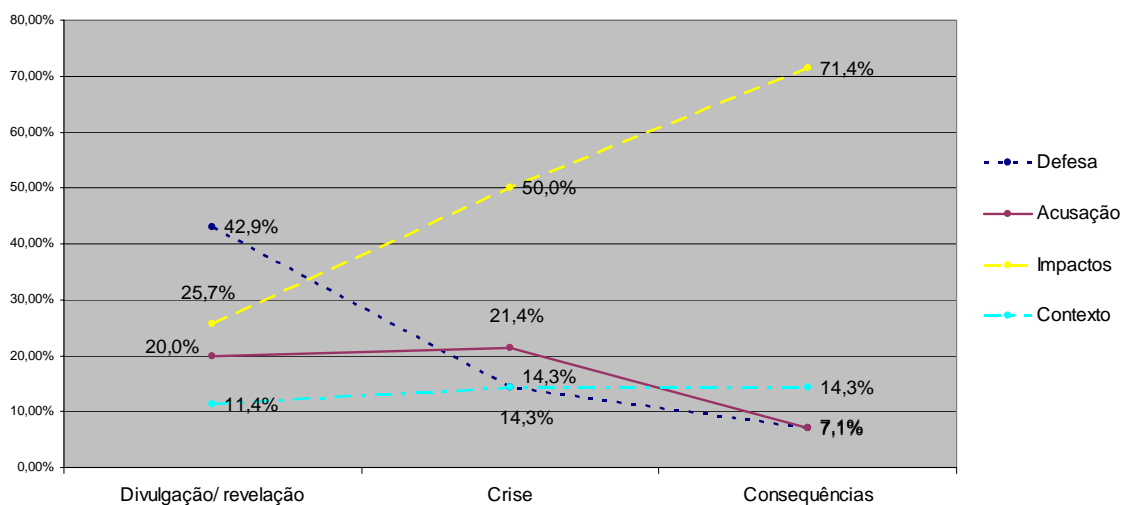
Cabe, neste momento, uma avaliação acerca das especificidades de cada cobertura. No caso da Compra de Votos para a Reeleição (1997), é preciso lembrar que a denúncia partiu

⁷⁰ Um aspecto prático que, em parte, poderia explicar essa ausência é o fato de os atores envolvidos restringirem suas declarações por orientação de seus advogados. A política do “nada a declarar” poderia diminuir as chances de emplacar notícias oriundas de alegações por parte dos acusados.

originalmente da Folha de S. Paulo, em um processo no qual o jornal se envolveu diretamente na obtenção de evidências que fariam parte do início desse noticiário. Como vimos, o veículo teve participação ativa nas negociações para o acesso a fitas de áudio que continham gravações de deputados que mencionavam a venda de votos como moeda de troca para apoio à emenda da Reeleição. Após o período de prevalência da defesa, a cobertura da Folha de S. Paulo deu mais destaque aos impactos políticos do caso (em 50% das notícias da fase de crise), que nesse momento envolveu a tentativa de implementação por pressão da oposição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Ainda assim, as acusações se mantêm presentes durante o período intermediário, com leve crescimento percentual, como mostra a **Figura 7**:

**Figura 7 - Enquadramento principal dos textos por fase
(Compra de Votos para a Reeleição na Folha de S. Paulo)**

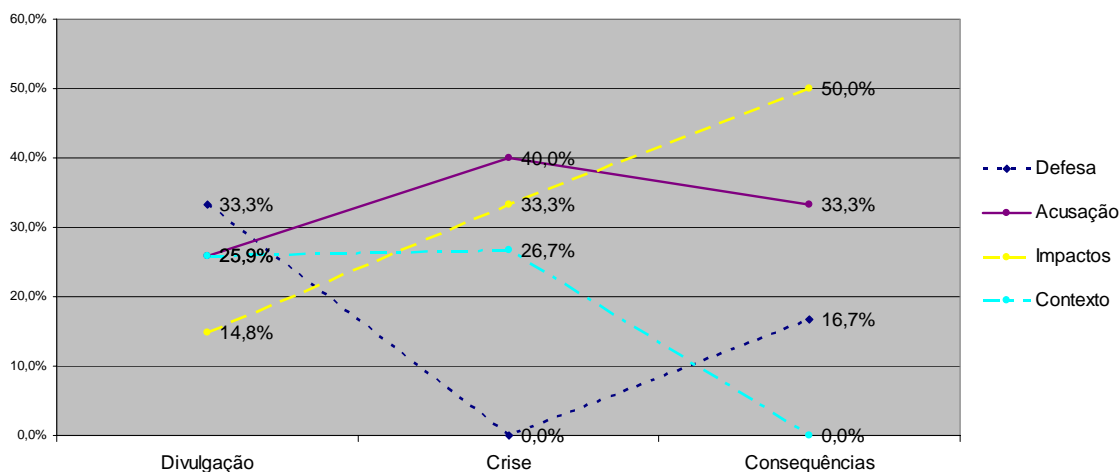
(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos por fase de desenvolvimento na Folha de S. Paulo).



Já a entrada de O Globo – que não contou neste caso com o benefício da exclusividade de seu concorrente – foi marcada pela tentativa de, num segundo momento, reforçar uma cobertura de acusação, o que acarretou em um noticiário preocupado em trazer novas denúncias à tona no período de crise (**Figura 8**). Na medida em que entrou com atraso no que diz respeito à denúncia, O Globo tomou a decisão editorial de reforçar a acusação em relação aos envolvidos (40%) – nem sempre vinculada apenas às transgressões originais.

**Figura 8 - Enquadramento principal dos textos por fase
(Compra de Votos para a Reeleição em O Globo)**

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos por fase de desenvolvimento em O Globo).



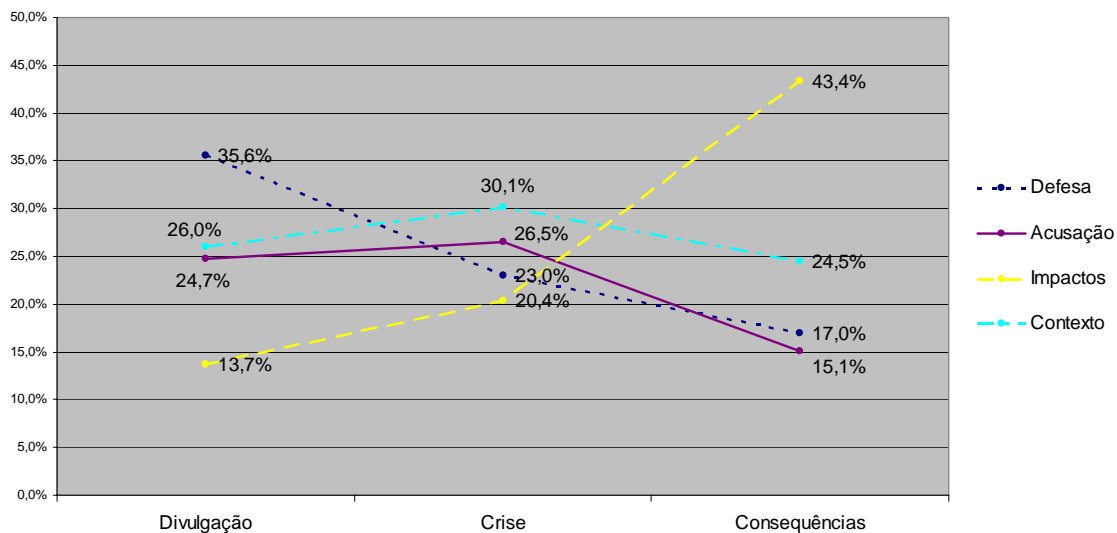
Já no caso Mensalão (2005/2006), as **Figuras 9 e 10** mostraram grandes semelhanças referentes à dinâmica da cobertura nos dois veículos. Na fase de divulgação, que ficou confinada entre a primeira entrevista do ex-deputado Roberto Jefferson com exclusividade para a Folha de S. Paulo e a queda de José Dirceu do Ministério da Casa Civil, as notícias que enfocavam as autoridades do governo em posição de defesa foram predominantes (35,6% na Folha de S. Paulo e 32,8% em O Globo).

Já o longuíssimo período de crise (16/06/2005 a 04/09/2005) ficou marcado pelo crescimento das acusações, assim como das notícias que discutiam os resultados políticos para além do caso – como foram as amplas discussões envolvendo a reforma nos ministérios após a queda de importantes autoridades e as eleições internas do PT, debatidas intensamente por conta de seus impactos diretos na configuração da conjuntura política de crise. Enquanto a Folha de S. Paulo privilegiou o debate mais amplo sobre o contexto político da crise (30,1%), em O Globo esteve mais presente a apresentação de novas acusações (34,1%).

Em ambos os veículos, os impactos da crise, como os diversos processos de cassação e os resultados da CPIs, foram o foco principal da fase final. Os jornais acompanharam, majoritariamente, as decorrências das CPIs, as negociações relativas à apresentação dos relatórios finais, bem como o desfecho dos processos de cassação.

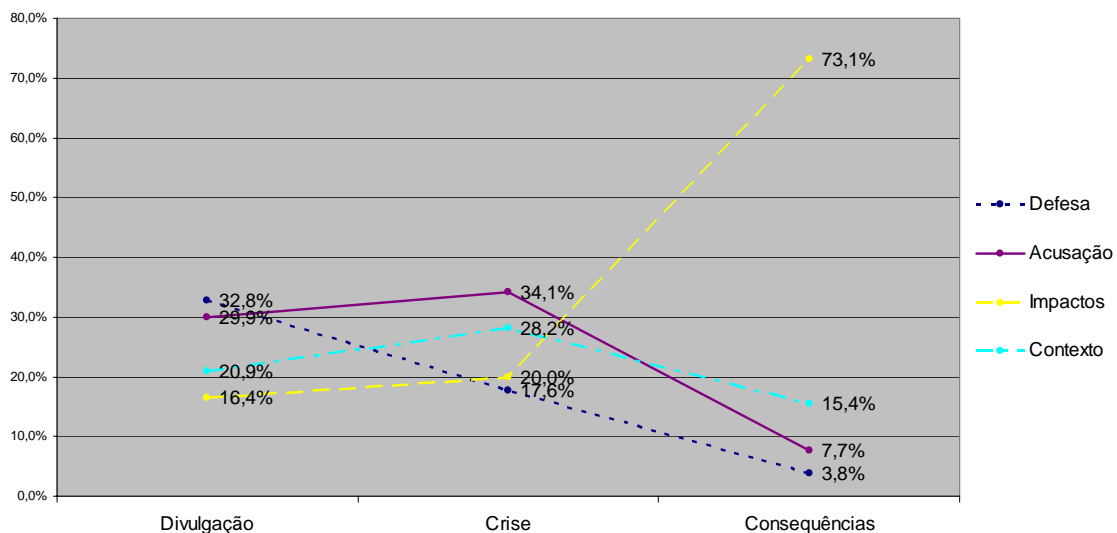
**Figura 9 - Enquadramento principal dos textos por fase
(Mensalão na Folha de S. Paulo)**

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos por fase de desenvolvimento na Folha de S. Paulo).



**Figura 10 - Enquadramento principal dos textos por fase
(Mensalão em O Globo)**

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos por fase de desenvolvimento em O Globo).

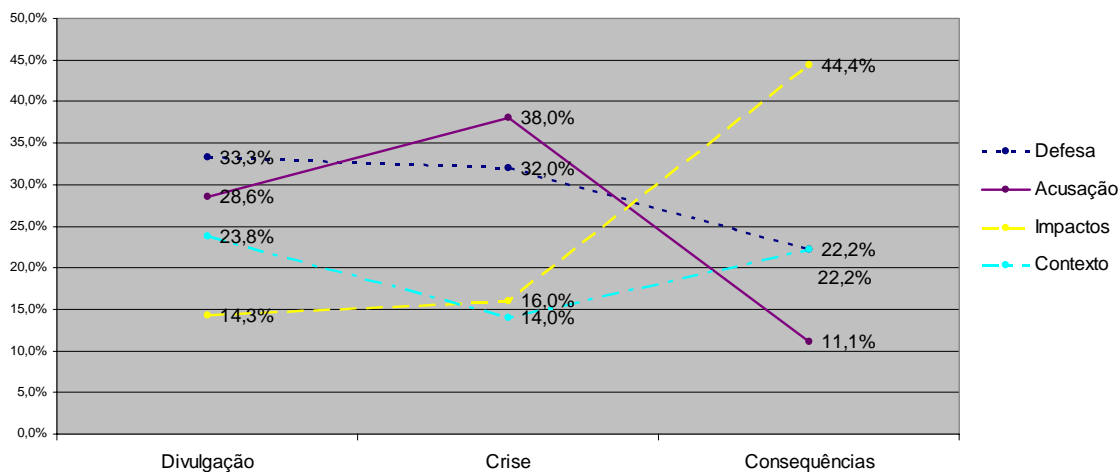


Por fim, no caso Dossiêgate (2006), o formato de administração dos conteúdos também se revelou semelhante nos dois jornais pesquisados, segundo as **Figuras 11 e 12**. Neste caso, ao contrário dos dois anteriores, o jornal O Globo ofereceu uma cobertura

quantitativamente mais numerosa – dedicando mais manchetes de capa ao tema e durante uma quantidade maior de dias consecutivos. A cobertura de O Globo também foi mais desequilibrada no sentido de uma frequência considerável de notícias com foco na defesa (cerca de 43%) na fase de divulgação, uma aceleração contundente das acusações na fase de crise (também cerca de 43%) e um domínio grande dos impactos na sequência. A Folha de S. Paulo seguiu um caminho parecido, embora tenha mantido em patamares altos a participação dos enquadramentos de defesa na fase de crise (32%).

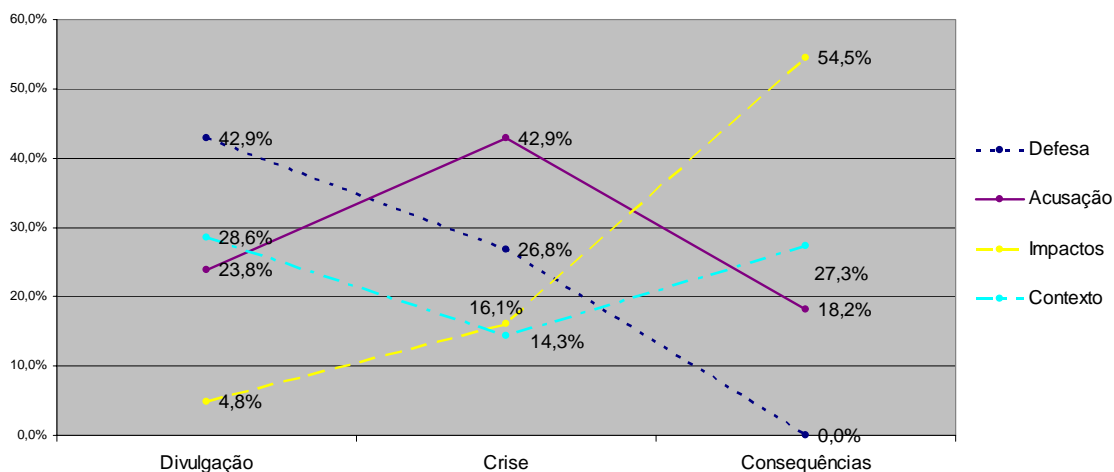
**Figura 11 - Enquadramento principal dos textos por fase
(Dossiêgate na Folha de S. Paulo)**

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos por fase de desenvolvimento na Folha de S. Paulo).



**Figura 12 - Enquadramento principal dos textos por fase
(Dossiêgate em O Globo)**

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos quatro principais enquadramentos por fase de desenvolvimento em O Globo).



Um olhar panorâmico sobre as coberturas ao longo de um período demarcado – neste caso, o tempo que os jornais analisados estamparam os casos em sua manchete de capa – mostra identidades importantes num nível de análise preocupado em delinear grandes formatos noticiosos.

A identificação de semelhanças nos enquadramentos a partir do conteúdo das notícias – especialmente se levarmos em conta o fato de os eventos estarem separados por um intervalo de quase dez anos – parece sugerir um cerimonial midiático bastante estabelecido.

V.2. Estratégias particulares em jogo

Em seguida, cada um dos quatro grandes enquadramentos foi também avaliado segundo algumas características específicas, um exercício por meio do qual procuramos algum aprofundamento acerca das estratégias manifestas pelos principais atores de cada caso, ou seja, de que forma são explicitamente apresentados as defesas, acusações, impactos e contextos. As formas abaixo apresentadas surgiram durante os primeiros pré-testes realizados com amostras reduzidas de reportagens e são uma fotografia mais detalhada do conteúdo principal de cada texto. Como veremos, nesta análise mais aproximada, é possível

identificar as diferenças entre a cobertura dos escândalos entre si e as decisões editoriais adotadas pelos veículos.

Do ponto de vista da defesa, optamos por analisar as estratégias dos atores acusados que foram, de forma manifesta, apresentadas pela imprensa. No que diz respeito às acusações, tratamos centralmente de identificar a origem das denúncias ou acusações verbais. Na área dos impactos e encaminhamentos, buscamos mensurar qual a localização dos atores que mobilizam estes resultados. Por fim, verificamos se o contexto é político ou se apresenta uma perspectiva histórica para a ilustração do caso. Os critérios básicos foram:

- **Defesa**

- “Desconhecimento/ surpresa”: os acusados declaram desconhecer os fatos a ele imputados;
- “Negação”: os acusados negam a veracidade das denúncias;
- “Reconhecimento do problema ou confissão”: os acusados reconhecem, de alguma forma, que as denúncias, no todo ou em partes, são verídicas;
- “Reprovação e/ou defesa de investigação”: os acusados condenam as atitudes denunciadas, mas defendem que as conclusões devem se originar de um processo de investigação;
- “Contra-alegação”: os acusados se defendem atacando seus adversários políticos.

- **Acusação**

- “Declaração”: a acusação se fundamenta em alguma alegação de atores envolvidos diretamente ou dos esforços de luta simbólica das forças políticas de oposição;
- “Apresentação de alguma evidência”: a acusação se fundamenta em algum documento, gravação em áudio, vídeo ou levantamentos de dados, independentemente de sua origem. Nesse caso a força não está na alegação, mas nas evidências apresentadas, ainda que estas não sejam conclusivas;
- “Indiciamento/ processo”: a abertura de processo de investigação ou inquérito, na medida em que os órgãos competentes aceitam levar à frente a questão, foi enquadrada como “acusação”. Já os resultados das investigações foram classificados como “impactos”.

- **Impactos**

- “Encaminhamentos da situação”: descrição de ações dos grupos de situação para a resolução política do caso, como a mobilização de aliados e manifestações públicas de apoio;
- “Encaminhamentos da oposição”: descrição de ações dos grupos de situação para o agravamento político do caso, como a mobilização de opositores e manifestações públicas de protesto;
- “Ações e conclusões de processos de investigação”: descrição do transcorrer das ações ou os resultados dos processos de investigação de órgãos oficiais, que geram processos como prisões, indiciamentos e julgamentos;
- “Atuação das Comissões Parlamentares”: as investigações nas comissões parlamentares, como as CPIs e os Conselhos de Ética foram classificadas neste item específico, com destaque para o acompanhamento do cotidiano das comissões e os processos de cassação.

- **Contexto**

- “Histórico ou ‘Saiba mais’”: notícias voltadas para contextualizar o leitor sobre as origens dos escândalos, seus personagens ou traçando um perfil histórico dos fatos (cronologia);
- “Contextos políticos para além do caso”: cobertura política de assuntos que não estão imediatamente vinculados aos casos, mas que acabam impactados por sua ocorrência, como é o caso de reformas ministeriais, trocas de cargos ou o debate interno dos partidos envolvidos.

Ainda que recorram a padrões gerais de organização muito próximos, as coberturas, quando analisadas num nível maior de detalhamento, guardam diferenças determinantes para seus eventuais desfechos. Um exemplo marcante dessas singularidades está nas estratégias de defesa predominantes nas notícias. No caso da Compra de Votos para a Reeleição, a tendência de negação da veracidade do caso é mais presente na Folha de S. Paulo (65%), enquanto O Globo registra com mais frequência uma defesa que reprovos os acontecimentos e defende apuração dos fatos (70%). Esta diferença se explica, em parte, na medida em que a Folha de S. Paulo dá mais voz a fontes do PFL e PMDB, partidos da base aliada do governo diretamente envolvidos nas acusações, enquanto O Globo ouve mais

fontes do PSDB, partido do Presidente da República, preocupado em contornar a crise através da reprovação dos atos supostamente ilícitos de seus aliados⁷¹.

No caso do Mensalão, a complexidade do escândalo fez com que a cobertura levasse em consideração estratégias de defesa mais variadas. A negação, especialmente nos primeiros momentos de divulgação é a forma mais presente em ambos os veículos (45,9% das notícias com enquadramento de defesa na Folha de S. Paulo e 34,2% em O Globo). Também são frequentes as estratégias sugeridas por Thompson (2002) como fundamentais para que os escândalos ganhem corpo, sendo elas o “reconhecimento do problema ou confissão” (24,6% na Folha de S. Paulo e 28,9% em O Globo) e a “contra-alegação” (14,8% na Folha de S. Paulo e 21,1% em O Globo). Como lembra o autor:

Cada movimento pode acarretar um movimento contrário, alegações podem produzir negativas, ameaças de divulgação podem ocasionar ameaças de calúnia e assim por diante, na esperança ou de se conseguir uma confissão ou de forçar o opositor ao silêncio (THOMPSON, 2002: 105).

Por fim, no caso Dossiêgate, a estratégia de negação aparece com força nas notícias com enquadramento de defesa (33,3% em O Globo e 44,0% na Folha de S. Paulo), como mostra a **Tabela 8**. Quanto às demais estratégias, as fontes ouvidas são determinantes na prevalência de uma ou outra avaliação. Na medida em que O Globo ouviu mais fontes ligadas ao PT (64% das fontes nas notícias com enquadramento de defesa), a tendência foi apresentar a necessidade de investigação como argumento importante (37,5%).

Por outro lado, a Folha teve uma carga maior de fontes do PSDB, envolvidos no caso por conta do conteúdo do suposto Dossiê (material que atingiria o então candidato a governador José Serra – PSDB/SP), e, nesse sentido, transpareceu mais fortemente a estratégia de contra-alegação (36%) – usada por este partido para culpabilizar seus adversários do Governo Federal e do PT.

⁷¹ Os dados correspondentes à presença das fontes de informação serão apresentados no **Capítulo VI**.

Tabela 8

Enquadramento de Defesa em O Globo e na Folha de S. Paulo					
(número absoluto e percentual sobre o total de notícias com enquadramento de defesa).					
Caso	Enquadramento de defesa	O Globo		Folha de S. Paulo	
		N	%	N	%
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	Desconhecimento/Surpresa	0	0,0%	1	5,0%
	Reconhecimento do problema ou confissão	0	0,0%	1	5,0%
	Negação	2	20,0%	13	65,0%
	Reprovação e/ ou defesa de investigação	7	70,0%	3	15,0%
	Contra-alegação	1	10,0%	2	10,0%
	Total	10	100,0%	20	100,0%
Mensalão (2005/2006)	Desconhecimento/Surpresa	0	0,0%	3	4,9%
	Reconhecimento do problema ou confissão	13	34,2%	28	45,9%
	Negação	11	28,9%	15	24,6%
	Reprovação e/ ou defesa de investigação	6	15,8%	6	9,8%
	Contra-alegação	8	21,1%	9	14,8%
	Total	38	100,0%	61	100,0%
Dossiêgate (2006)	Desconhecimento/Surpresa	0	0,0%	1	4,0%
	Reconhecimento do problema ou confissão	1	4,2%	1	4,0%
	Negação	8	33,3%	11	44,0%
	Reprovação e/ ou defesa de investigação	9	37,5%	3	12,0%
	Contra-alegação	6	25,0%	9	36,0%
	Total	24	100,0%	25	100,0%

Do ponto de vista das acusações, buscamos verificar empiricamente qual a origem das denúncias que estavam explicitamente indicadas nos textos. Tuchman (1993), em estudo clássico sobre os rituais do jornalismo, já apontava com clareza a força da “*apresentação de provas auxiliares*” e do “*uso judicioso das aspas*” como atributo de uma busca pela

objetividade: “ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘fatos’ falarem” (TUCHMAN, 1993: 81).

Tentando identificar na cobertura estes elementos, classificamos os textos primeiramente no sentido de verificar se as acusações tinham como estratégia principal a apresentação de alguma evidência empírica, ou baseavam-se primordialmente em declarações dos atores envolvidos.

A acusação pela declaração foi verificada na grande maioria das notícias avaliadas. A exceção mais evidente foi a cobertura da Folha de S. Paulo sobre o caso da Compra de Votos para a Reeleição, que contou, especialmente no período de divulgação, com 73,3% das notícias baseada na apresentação de evidências (na ocasião as gravações obtidas pelo veículo que apontavam a existência de venda de votos por parte de deputados da base aliada ao Governo Federal). No caso do Mensalão, e de forma ainda mais expressiva no caso do Dossiêgate, as declarações de envolvidos ou não nos casos são a principal origem da notícia de acusação, como vemos na **Tabela 9**.

Os dados, de certa forma, reforçam a análise de Thompson (2002) de que os escândalos são, em grande parte, compostos por atos de fala de indivíduos e organizações que revelam transgressões, bem como daqueles que sofrem com as acusações. Para além dos mitos criados em torno de Watergate e da discussão sobre efetiva capacidade de investigação dos jornalistas durante o processo de apuração, nos casos analisados o embate é realizado prioritariamente no campo das declarações oferecidas pela elite política⁷².

⁷² Cabe ressaltar, contudo, que esta não é a única forma pela qual a cobertura sobre escândalos políticos se apresenta – como se fosse uma regra inescapável. Em estudo sobre o contexto argentino, por exemplo, Waisbord (2004) mostra que escândalos que envolvem direitos humanos tendem a avançar para além das alegações propagadas pelas lideranças políticas, sendo uma cobertura mais aberta à participação de outros atores, como os cidadãos comuns: “*Political elites are at the center of high-politics scandals as information leaders as well as carriers and targets of investigations and include presidential aides, cabinet members, representatives, military commanders, and judges. Citizens rarely, if ever, enter such scandals. [...] Human rights scandals are different. Elites are present, but ordinary citizens are also present as sources of information and subjects of news*”. (WAISBORD, 2004: 1083).

Tabela 9

Enquadramento de Acusação em O Globo e na Folha de S. Paulo (número absoluto e percentual sobre o total de notícias com enquadramento de acusação).					
Caso	Enquadramento de acusação	O Globo		Folha de S. Paulo	
		N	%	N	%
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	Declaração	4	26,7%	7	50,0%
	Apresentação de alguma evidência	11	73,3%	7	50,0%
	Total	15	100,0%	14	100,0%
Mensalão (2005/2006)	Declaração	30	58,8%	31	55,4%
	Apresentação de alguma evidência	19	37,3%	17	30,4%
	Indiciamento/ processo	2	3,9%	8	14,3%
	Total	51	100,0%	56	100,0%
Dossiêgate (2006)	Declaração	25	80,6%	17	65,4%
	Apresentação de alguma evidência	2	6,5%	6	23,1%
	Indiciamento/ processo	4	12,9%	3	11,5%
	Total	31	100,0%	26	100,0%

Já uma avaliação mais aprofundada dos impactos majoritariamente mencionados pelos veículos mostra estratégias bastante diferenciadas de acordo com os casos, como mostra a **Tabela 10**. Desprovida de um processo mais amplo de investigação – já que uma CPI não foi instalada a partir das denúncias –, a crise da “Compra de Votos para a Reeleição” teve como impactos mais mencionados os encaminhamentos estratégicos da situação e da oposição no sentido do embate em torno da instituição de uma comissão de inquérito. Enquanto O Globo enfocou com mais força as ações do governo no sentido de impedir a CPI (41,7% dos textos sobre impactos), a Folha de S. Paulo deu mais peso às ações da oposição no sentido de pressionar por uma investigação do caso (45,5% dos textos sobre impactos).

Já no caso do Mensalão, as CPIs tiveram peso central na continuidade do escândalo e, por conseguinte, apareceram como aspecto prioritário da cobertura. A maioria dos impactos

apresentados nos dois veículos esteve ligada à atuação das comissões, em especial à da CPMI dos Correios e aos processos de cassação levados a cabo pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. A atuação das comissões foi o principal impacto discutido em 53,2% dos textos sobre este enquadramento em O Globo, e chegou a 66,1% na Folha de S. Paulo.

Por fim, o caso do Dossiêgate, que ocorreu num período mais curto de tempo, ficou restrito em termos de impactos às ações dos organismos oficiais de investigação (43,8% em O Globo e 40% na Folha de S. Paulo) – com especial destaque para a Polícia Federal. Os veículos fizeram um acompanhamento dos inquéritos, volume de notícias que seguiram tendência de queda na medida em que a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva esfriou o embate em torno do escândalo.

Tabela 10

Enquadramento de Impacto em O Globo e na Folha de S. Paulo					
(número absoluto e percentual sobre o total de notícias com enquadramento de impacto).					
Caso	Enquadramento de impacto	O Globo		Folha de S. Paulo	
		N	%	N	%
Compra de Votos para a Reeleição (1997)	Encaminhamentos situação	5	41,7%	9	27,3%
	Encaminhamentos oposição	0	0,0%	15	45,5%
	Investigação pelos responsáveis	1	8,3%	3	9,1%
	Atuação de comissões parlamentares (CPI, Comissão de Ética)	6	50,0%	6	18,2%
	Total	12	100,0%	33	100,0%
Mensalão (2005/2006)	Encaminhamentos situação	8	17,0%	2	3,6%
	Encaminhamentos oposição	4	8,5%	5	8,9%
	Investigação pelos responsáveis	10	21,3%	12	21,4%
	Atuação de comissões parlamentares (CPI, Comissão de Ética)	25	53,2%	37	66,1%
	Total	47	100,0%	56	100,0%

Dossiêgate (2006)	Encaminhamentos situação	6	37,5%	4	26,7%
	Encaminhamentos oposição	1	6,3%	2	13,3%
	Investigação pelos responsáveis	7	43,8%	6	40,0%
	Atuação de comissões parlamentares (CPI, Comissão de Ética)	2	12,5%	3	20,0%
	Total	16	100,0%	15	100,0%

Do ponto de vista das notícias que têm os impactos como principal enquadramento, também avaliamos quais as consequências geradas pelas denúncias, identificando se elas eram individuais ou conjunturais (numa linha “episódica”) ou estruturais (numa linha “temática”). Os dados apontam que, quando falam majoritariamente de impactos, as notícias privilegiam amplamente aspectos individuais, como processos de cassação, demissão de determinados cargos ou desgaste político de autoridades específicas – em consonância com o caráter eminentemente episódico da cobertura.

Outra parcela menor das notícias menciona impactos políticos mais conjunturais, como a deflagração de uma crise política, queda de popularidade ou mudanças na ocupação dos cargos governamentais.

É irrisório, por outro lado, o noticiário que vislumbra a apresentação de futuros impactos políticos estruturais, como uma crise de legitimidade da democracia, a queda na confiança na política ou problemas relativos ao sistema político – sendo esta preocupação significativa apenas na cobertura do escândalo do Mensalão. É, também, somente neste caso, que a necessidade de uma reforma política é explicitamente mencionada nas notícias analisadas – segundo dados da **Tabela 11**.

Tabela 11

Profundidade dos impactos mencionados em O Globo e na Folha de S. Paulo (percentual sobre o total de tipos de impacto mencionados).							
		Folha de S. Paulo			O Globo		
		Compra de votos para a Reeleição	Mensalão	Dossiêgate	Compra de votos para a Reeleição	Mensalão	Dossiêgate
	Não aprofunda	2,7%	2,8%	5,6%	8,3%	5,8%	12,5%
Enquadramento episódico	Menciona impactos políticos individuais	45,9%	63,4%	66,7%	66,7%	61,5%	68,8%
	Menciona impactos políticos conjunturais	45,9%	26,8%	27,8%	25,0%	25,0%	18,8%
Enquadramento temático	Menciona impactos políticos estruturais	5,4%	5,6%	0,0%	0,0%	5,8%	0,0%
	Menciona a necessidade de reforma política	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%

No campo do contexto, a apresentação de aspectos políticos para além do caso foi predominante na maioria das coberturas. No caso da Compra de Votos para a Reeleição, o contexto político em O Globo foi maior que na Folha de S. Paulo que apresentou mais textos de recuperação histórica e o chamado “saiba mais” (90,9% e 60% das matérias com enquadramento de contexto, respectivamente). No caso do Mensalão, os veículos analisados não apresentaram diferenças significativas, com ampla prevalência do contexto político (73,8% em O Globo e 75,8% na Folha de S. Paulo).

A exceção esteve por conta da cobertura sobre o caso Dossiêgate, que em O Globo teve predomínio de reportagens de contexto histórico e de esclarecimento (64,7%) – numa opção por infográficos quase diários acerca da cronologia da crise e o papel dos

seus envolvidos. A Folha de S. Paulo manteve a tendência das demais coberturas no sentido de priorização da discussão política para além do caso (57,1%).

No geral, os dados apresentados apontam, nos termos de Iyengar (1991), para uma configuração eminentemente *episódica* das coberturas – privilegiando uma abordagem sobre as estratégias das autoridades e sendo pouco reflexivas quanto aos impactos mais profundos no campo da política.

Rubim (2007), analisando os escândalos do governo Lula no período 2005-2006, oferece interpretação parecida quando identifica a supremacia de uma dimensão moralizante (ética na política) que teria o poder de bloquear a circulação de informações e de análises que permitam uma avaliação mais consistente das políticas do governo (ética da política) (RUBIM, 2006: 164). Outros analistas buscaram uma compreensão dessa redução por meio da análise da rotina produtiva do jornalismo, e dos panos de fundo comerciais que rondam determinadas linhas editoriais⁷³.

Uma análise aprofundada desse aspecto vai, certamente, muito além das preocupações expressas em nosso problema de pesquisa e da capacidade explicativa das análises de conteúdo. Levando em conta os instrumentos que temos, os dados acima apresentados sugerem a existência de uma opção midiática por uma dinâmica na qual as estratégias individuais são amplamente privilegiadas. Esta lógica de luta simbólica no plano dos atores políticos é constitutiva do jornalismo, mas parece se aprofundar, como lembra Thompson, quando a mídia fala sobre escândalos políticos.

Este ponto merece mais algumas considerações. Como veremos no **Capítulo VI**, não são apenas os atores políticos em questão – como os artífices da luta simbólica – que determinam de forma imediata como este tipo de cobertura se desenvolve. A mídia também aparece como figura ativa na impressão de sua lógica de atuação à forma como as notícias aparecem diariamente nas bancas de jornal.

⁷³ Nassif (2007) relaciona as linhas editoriais dos grandes veículos de mídia a opções mercadológicas que privilegiariam uma abordagem de escândalo.

VI - As fontes de informação: cobertura oficial

Todos nós fomos educados profissionalmente de acordo com a idéia de que o governo é a principal fonte de informação, e de que tudo o que acontece com ele é importante...

Otávio Frias Filho, Publisher da Folha de S. Paulo (WAISBORD: 95)

Como vimos anteriormente, a cobertura dos escândalos políticos analisada de forma comparada permitiu a identificação de uma configuração comum que, de certa forma, atravessa as linhas editoriais dos veículos analisados e contextos políticos particulares. Não defendemos, contudo, que a mídia seja autossuficiente na capacidade de determinar, somente por seus interesses, os rumos dos escândalos. Há, inclusive, uma série de autores que tem se preocupado em avaliar o pavimento necessário para o surgimento dos EPMS, dando ênfase, por exemplo, à “*miríade de instituições que fazem os escândalos possíveis*” (WAISBORD, 2004), uma “*arquitetura institucional*” propícia ao escândalo (LYONS, 1996) ou a existência de verdadeiras “*máquinas de fazer escândalos*” (GARMENT, 1992). A atuação estratégica de partidos políticos, congressistas, judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, Polícia Federal e outros atores é, para muito autores, a chave para explicar a configuração de um escândalo midiático⁷⁴.

Não é o objetivo desta dissertação, contudo, uma análise do arcabouço institucional mobilizado quando denúncias de corrupção são levadas a cabo através da mídia, ou uma discussão aprofundada sobre o processo chamado de *newsmaking*. Uma vez que nosso objeto é a cobertura jornalística propriamente dita, certamente não teríamos como aprofundar esta problemática a partir dos dados produzidos.

Cabe-nos, entretanto, alguma discussão sobre como as fontes de informação participam das notícias, e, desta forma, fortalecer uma percepção de como a mídia administra as muitas informações que processa, sempre a partir de uma lógica própria – seguindo as preocupações descritas em nosso problema de pesquisa. Nos termos de Thompson:

⁷⁴ No contexto brasileiro Solano Nascimento (2007) desenvolve esta relação com foco no Ministério Público.

Cada escândalo possui seu próprio *dramatis personae* que inclui não apenas os indivíduos cujas ações se tornam o objeto do escândalo, mas também os indivíduos que, através de seus próprios atos e falas, revelam e divulgam essas ações e expressam sua desaprovação para com elas (THOMPSON, 2002: 108).

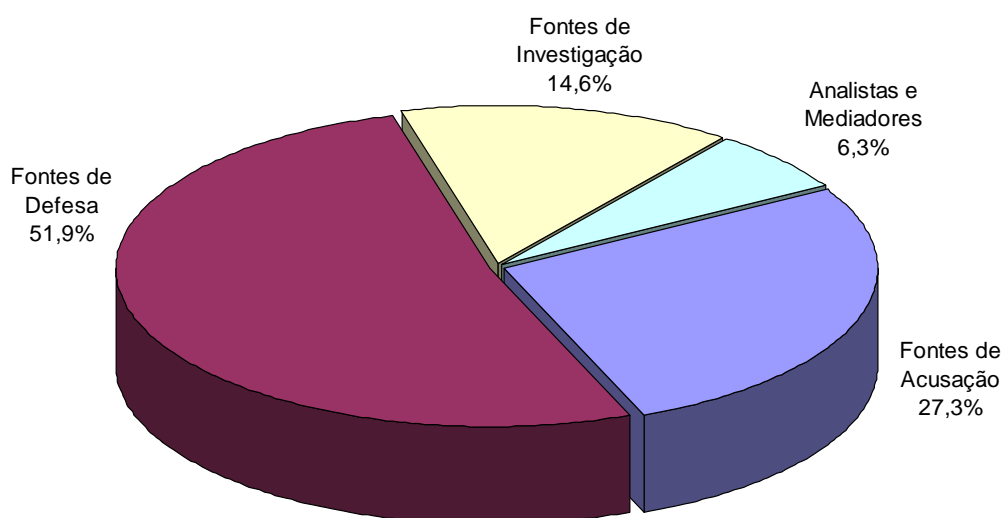
Uma primeira opção metodológica foi a de promover a verificação de quais foram as fontes de informação explicitamente identificadas nos textos⁷⁵. Um olhar geral sobre os dados agregados (cobertura dos três escândalos nos dois jornais analisados) aponta que, na soma total de todas as fontes (1.288 fontes de informação em 713 reportagens), 51,9% eram fontes “de defesa”, sejam aquelas imediatamente mencionadas nas denúncias ou as forças da situação como um todo. As fontes “de acusação” – aquelas diretamente promotoras da denúncia ou as forças de oposição em geral – representam 27,3% dos ouvidos.

Em seguida vieram as fontes “de investigação” – como os deputados e senadores vinculados a CPIs e Comissões de Ética, fontes do Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Tribunais de Contas e Controladoria-Geral da União – correspondendo a 14,6% dos ouvidos. Por fim, atores preocupados em oferecer uma análise qualificada das crises políticas ou oferecer saídas mediadoras para os casos, chamados aqui de “analistas e mediadores”, foram apenas 6,3% das fontes ouvidas, e, nesse caso, incluíram especialistas em geral, cientistas políticos, as presidências do Senado e da Câmara e os governos estrangeiros. A **Figura 13** representa graficamente esta distribuição.

⁷⁵ Foram consideradas como fontes de informação apenas os atores explicitamente identificados pela notícia, seja como discurso direto (aspas) ou na forma indireta (Ex: “Segundo a Polícia Federal...”). As fontes foram classificadas segundo sua vinculação institucional majoritariamente mencionada (Ex: Um presidente de partido que falasse em nome de sua agremiação foi classificado como “Partido Político”, ainda que também fosse deputado, empresário e/ou advogado). As fontes “em *off*” foram classificadas segundo a identificação presente na notícia (Ex: “Autoridade de Palácio do Planalto disse ao Globo que...” foi considerada como fonte do governo). Nos casos em que o jornalista não identifica a origem do *off* foi marcada a opção “não foi possível identificar a fonte consultada”.

Figura 13 - Tipo de fonte de informação (agregado)

(Percentual do total de fontes de informação – considerando o agregado dos três casos analisados na Folha de S. Paulo e em O Globo).



Os dados sugerem, portanto, que as fontes de informação mais procuradas pelos jornalistas nos momentos de turbulência são os próprios acusados. Essa distribuição demonstra uma configuração particular dos conflitos políticos e da forma como são apresentados nessas coberturas: há um investimento dos jornais no oferecimento de espaço amplo para as fontes de defesa, mesmo nas coberturas que privilegiam a acusação.

Em todos os casos analisados, as fontes de defesa foram as mais numerosas. Com exceção do caso da Compra de Votos para a Reeleição, ocorrido em 1997, a participação das fontes de defesa cresce na fase de crise, na qual prevalece o enquadramento de acusação sobre o de defesa (chega a 53,4% na FSP e 55,6% em O Globo no caso do Mensalão e em cerca de 60% em ambos os veículos no caso do Dossiêgate). Mesmo em queda, as fontes de defesa superam amplamente as demais no caso da Compra de Votos para a Reeleição, ultrapassando ou se igualando a outros tipos de fontes em todas as fases analisadas.

Os dados não esgotam a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre o assunto. Ainda que a cobertura de escândalos políticos trabalhe, nos termos de Thompson (2002), com a promoção de um “clima de desaprovação”, com a capacidade de causar impactos na reputação e na confiança dos atores envolvidos, os acusados acabam obtendo

amplo espaço por meio de entrevistas. O mais curioso, devemos ressaltar, é que há uma manutenção das fontes de defesa no topo da preferência dos veículos, mesmo nos momentos de uma cobertura mais adversária em relação às autoridades públicas, como é o caso do período que nomeamos de “crise”.

Uma possível chave explicativa para esse aspecto pode ser vinculada à tendência historicamente discutida de preferência das redações por fontes oficiais. Waisbord (2004: 1083) já havia identificado uma tendência, comprovada através do estudo do noticiário de países latino-americanos, de preocupação com as elites políticas na cobertura de casos ligados à corrupção, ao contrário dos escândalos que envolvem a violação de direitos humanos que têm um pouco mais de abertura para a participação de cidadãos em geral. A questão de se privilegiarem entrevistas com autoridades públicas parece ser um ponto também bastante refletido pelos estudos em jornalismo e o campo da comunicação política, assim como se reproduz no jornalismo de *watchdog*, interessado especialmente na fiscalização das ações governamentais em detrimento de outros setores.

Journalistic routines and values are more attuned to the circulation of information coming from official corridors rather than corporate boardrooms or poor neighborhoods. Watchdog reporting expresses the same professional culture that impregnates other forms of reporting (WAISBORD, 2004: 94)⁷⁶.

Por conta da preferência pelas elites políticas, reportagens sobre denúncias de transgressões personificadas por autoridades públicas teriam vantagens comparativas em relação a outras denúncias, exatamente ao se enquadrarem no padrão jornalístico de que toda ação oficial tende a ser notícia. Na medida em que as autoridades públicas tipicamente já são notícia, quando estão em apuros, sob acusações, oferecem justificativas ou se contradizem, o interesse tende a ser ainda maior (WAISBORD, 2004: 1087)⁷⁷.

Ainda assim, o dado se insere numa lógica que deve ser analisada sob vários níveis de forma combinada. Analisado o número de forma isolada, poderíamos concluir que a cobertura foi “dócil” com o poder na medida em que lhe deu ampla voz. Não é o caso

⁷⁶ “Rotinas jornalísticas e valores são mais ajustados à circulação de informação advindas dos corredores oficiais que das salas diretivas das corporações ou dos bairros pobres. As reportagens de “watchdog” expressam a mesma cultura profissional que está impregnada em outras formas de reportagem” [tradução do autor].

⁷⁷ Uma reflexão clássica sobre a noticiabilidade de acontecimentos vinculados às elites políticas está em Galtung & Ruge (1993).

destas coberturas sobre escândalos políticos, como vimos anteriormente na discussão sobre os enquadramentos⁷⁸.

VI.1. Conflitos partidários em pauta

Do ponto de vista partidário se destaca a ampla presença de fontes dos partidos da base aliada⁷⁹, seguindo a mesma tendência de privilégio às fontes de defesa – como vemos na **Tabela 12**. Na soma da participação dos partidos em todas as fases, essa prevalência se aplica a todos os casos e veículos: a base aliada ocupa, no Caso Compra de Votos para a Reeleição, 79,7% das fontes ligadas a algum partido na Folha de S. Paulo e 77,7% em O Globo; no caso Mensalão, 60,1% na Folha de S. Paulo e 58,1% em O Globo⁸⁰ e no caso Dossiêgate, 57,5% na Folha de S. Paulo e 59,0% em O Globo⁸¹.

⁷⁸ Pela análise da presença ou ausência de determinadas fontes também não é possível perceber as saliências, as metáforas, as hipérboles que a mídia mobiliza com frequência. Mesmo com fontes de defesa predominando a "agressividade" da cobertura é mantida por outras construções.




⁷⁹ No caso "Compra de Votos para a Reeleição" (1997), consideramos inseridos na base aliada PSDB, PFL, PTB, PMDB, PPB, PL, e da oposição PT, PC do B, PSB, PPS. No caso "Mensalão" (2005-2006), a base aliada era PT, PL, PC do B, PSB, PMDB, PP, e a oposição PSDB, PFL, PPS, PSOL e PDT. Ainda que o PTB nunca tenha deixado formalmente a base aliada, nesse caso optamos por classificá-lo como "base aliada rompida", já que os conteúdos oriundos dessas fontes eram de acusação. No caso "Dossiêgate" (2006), a base aliada era PT, PL, PC do B, PSB, PMDB, PP, PTB e PV, e a oposição PSDB, PFL, PPS, PSOL e PDT.

⁸⁰ Foi excluído o PTB da base aliada, por ter entre seus filiados os autores de denúncias contra o partido do governo.

Tabela 12

Partido político das fontes ouvidas em O Globo e na Folha de S. Paulo (sobre o total de fontes ouvidas por caso analisado).*						
	Reeleição (1997)		Mensalão (2005-2006)		Dossiêgate (2006)	
	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo	Folha de S. Paulo	O Globo
Sem partido	10,6%	2,4%	0,4%	0,0%	2,9%	1,1%
PC do B	0,9%	2,4%	1,1%	1,6%	1,5%	0,0%
PDT	0,0%	0,0%	2,9%	1,2%	1,5%	3,4%
PFL	36,3%	29,4%	9,5%	12,2%	5,9%	4,5%
PL	0,0%	0,0%	3,6%	3,5%	0,0%	0,0%
PMDB	19,5%	20,0%	11,3%	5,1%	1,5%	2,3%
PP (Ex-PPB)	9,7%	5,9%	5,8%	3,5%	1,5%	0,0%
PPS	0,0%	0,0%	1,1%	0,4%	1,5%	0,0%
PSB	1,8%	0,0%	1,1%	2,4%	1,5%	1,1%
PSDB	11,5%	21,2%	16,8%	17,6%	26,5%	29,5%
PSOL	-	-	1,5%	1,2%	4,4%	2,3%
PT	7,1%	17,6%	37,2%	42,0%	47,1%	54,5%
PTB	2,7%	1,2%	7,7%	9,4%	0,0%	0,0%
PV	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,4%	1,1%

*Legenda:

	Base aliada
	Base aliada rompida
	Base oposicionista

Vemos, portanto, que os acusados e as forças da situação foram as vozes prioritárias nas coberturas analisadas – inclusive na fase de crise, quando o principal enquadramento tende a ser o de acusação.

Esse cenário indica que as fontes de informação parecem não determinar, nesses eventos, diretamente os enquadramentos das notícias – o que contradiz uma certa tendência de explicação da cobertura dos escândalos apenas a partir dos interesses e opções dos atores políticos. A cobertura não seria, portanto, uma representação imediata das disputas políticas, ou a mera “corrupção revelada”. Novamente, vemos por este descolamento uma construção que tem as estratégias midiáticas como elemento central. Ou seja: em grande parte dos textos que tem a presença majoritária dos enquadramentos de acusação, a mídia

se mostrou ativa na escolha da ideia central organizadora que prevaleceu – já que as fontes que poderiam ter esta postura não apareceram em grande medida.

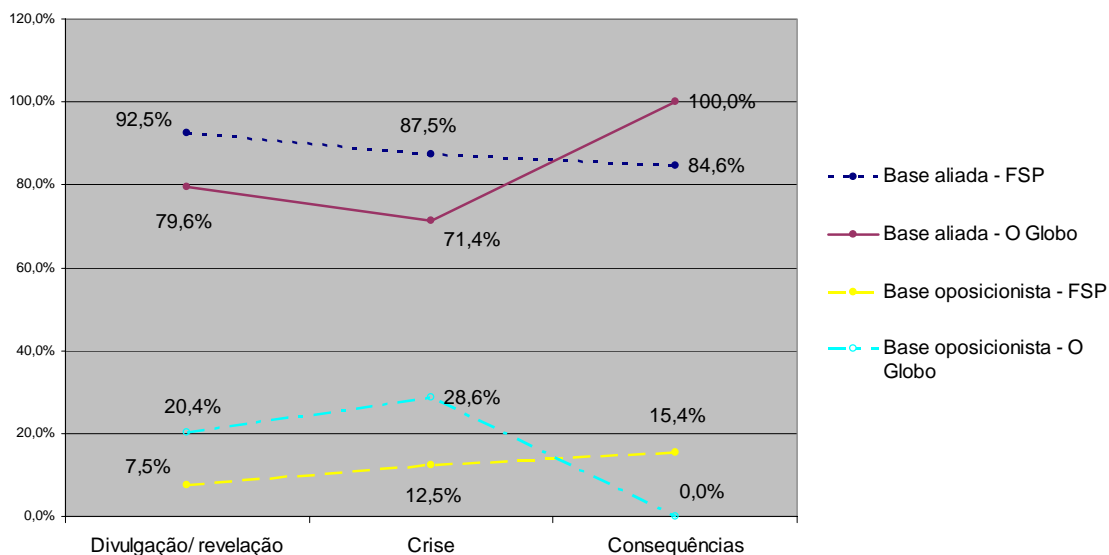
VI.2 As singularidades de cada caso do ponto de vista dos partidos

Uma avaliação das particularidades de cada EPM, contudo, contribui para a identificação de algumas diferenças relativas ao contexto político, fundamentais para a formatação da cobertura. Estudos recentes no campo da ciência política têm promovido reflexões sobre as relações entre a composição das bases de apoio aos governos e a suscetibilidade ao enfrentamento de crises políticas. No caso da Compra de Votos para a Reeleição, por exemplo, a esmagadora presença de fontes situacionistas pode ser avaliada, deste ponto de vista, se pensarmos na força da composição sustentadora do governo:

Não faltaram denúncias de irregularidades, inclusive a de compra de votos para aprovar a emenda constitucional que introduziu no país a possibilidade da reeleição do Presidente da República. Nenhuma dessas denúncias foi adiante, dada a esmagadora superioridade das forças situacionistas. À frente de uma ampla e sólida coalizão de apoio parlamentar, Fernando Henrique chefiou o mais estável governo democrático em toda a história do país (DINIZ, 2005: 2).

Quanto às diferenças entre os veículos analisados, nota-se que na Folha de S. Paulo a ausência da oposição foi mais marcante – sendo uma cobertura eminentemente preocupada com as estratégias governamentais de defesa, como mostra a **Figura 14**. Já a opção de O Globo de reforçar a acusação, já comentada anteriormente, implicou em uma cobertura um pouco mais equilibrada na segunda fase, quando os opositoristas participaram de cerca de 30% das consultas feitas manifestamente pela mídia.

Figura 14 - Partido das fontes ouvidas
(Compra de Votos para a Reeleição na Folha de S. Paulo e em O Globo)
 (Percentual sobre o total de fontes ouvidas por fase que identificam algum partido na Folha de S. Paulo e em O Globo)*.



* A soma dos percentuais por fase pode superar 100%, já que mais de um partido poderia ser mencionado a cada matéria analisada.

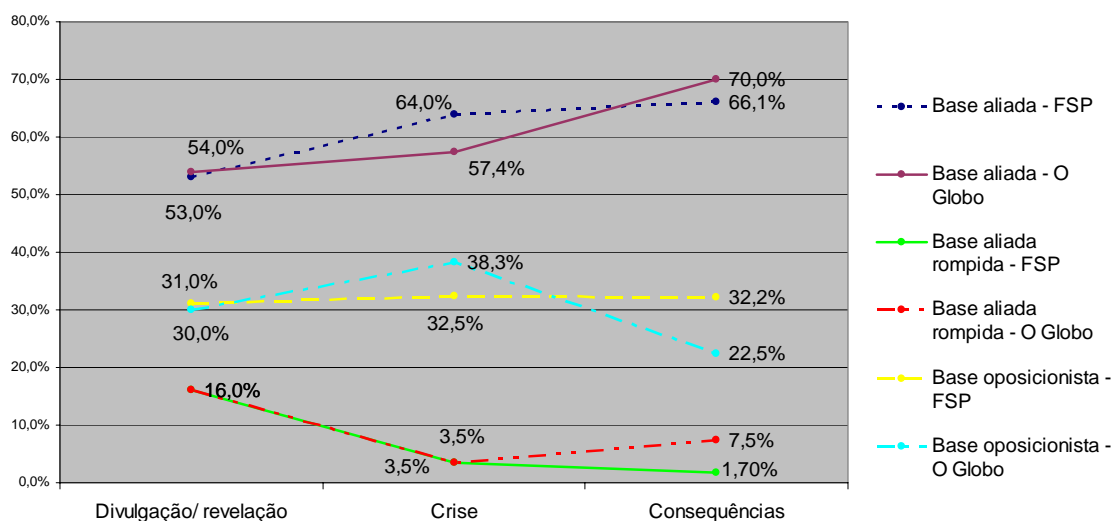
No que diz respeito aos casos ocorridos durante o governo Lula, analistas tendem a justificar a amplitude das crises políticas enfrentadas como um reflexo de distensões da base aliada. No caso do Mensalão, cabe lembrar, a origem das denúncias esteve localizada na própria base de apoio do governo, tendo como elemento marcante a denúncia de Roberto Jefferson em entrevista à Folha de S. Paulo. Diniz, numa avaliação desse quadro, entende que a frouxidão da base de apoio ao governo foi um dos ingredientes que provocaram o escândalo:

No caso do presidente Lula, esta tarefa tornou-se particularmente complexa, pois, além do apoio de sua heterogênea coalizão parlamentar (PT, PL, PTB, PPS, PC do B, PSB, PV), precisou, desde o primeiro ano de seu governo, do apoio de outros partidos, como o PP e mesmo de partidos da oposição para aprovar os principais itens de sua agenda, entre os quais, as reformas da previdência e tributária, em 2003. A aliança com partidos como o PP, o PL e o PTB logo se revelou uma estratégia de alto custo político, já que se trata de partidos com uma forte tradição de práticas clientelistas, sem qualquer compromisso com metas programáticas (DINIZ, 2005: 2).

Não há, nesse quesito, diferenças muito significativas entre as coberturas dos diferentes veículos. O destaque é uma presença significativa de atores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – classificados como “Base aliada rompida” – muito por conta da participação de seu então presidente Roberto Jefferson (16% nos dois veículos na fase de divulgação). Num segundo momento, a participação de fontes desse partido caiu significativamente. Novamente, como ilustra a **Figura 15**, é gritante em termos numéricos a maior presença dos partidos da situação.

**Figura 15 - Partido das fontes ouvidas
(Mensalão na Folha de S. Paulo e em O Globo)**

(Percentual sobre o total de fontes ouvidas por fase que identificam algum partido)*.



* A soma dos percentuais por fase pode superar 100%, já que mais de um partido poderia aparecer a cada matéria analisada.

Já a cobertura do caso Dossiêgate é a mais diversa em relação ao número de fontes partidárias – é o que ilustra a **Figura 16**. Os impactos das denúncias de compra de Dossiê por petistas, que estariam interessados em comprometer autoridades do PSDB de São Paulo, inicialmente mobilizaram na Folha de S. Paulo uma presença marcante das fontes de oposição ao Governo Federal. No período de divulgação, a voz da oposição foi predominante na Folha de S. Paulo (54,2%), em especial por conta da participação de membros do PSDB paulista.

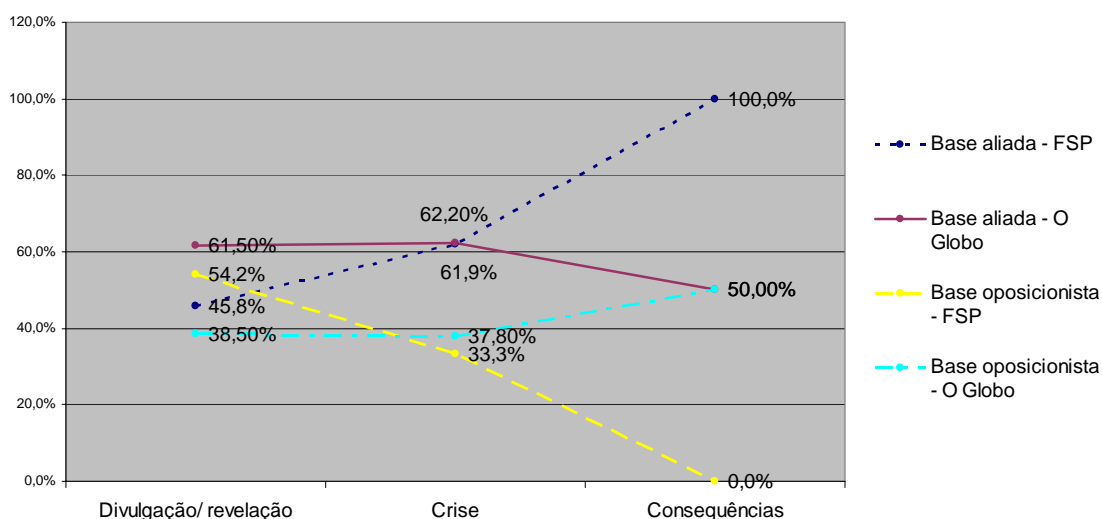
Na segunda fase da cobertura, a presença de fontes da base aliada se iguala à cobertura de O Globo (62,2% na Folha de S. Paulo e 61,9% em O Globo). No momento de crise,

portanto, a configuração tende a seguir a lógica dos outros casos: predomina o enquadramento de acusação ao governo junto com as fontes de defesa. Esta postura foi amplamente questionada por uma série de analistas que se aprofundaram sobre este momento político. A exploração de críticas e acusações direcionadas ao governo e as ausências no que diz respeito às notícias prejudiciais à oposição foram amplamente discutidas por analistas do processo eleitoral (LIMA, 2007).

Na fase de impactos, as fontes partidárias diminuem sensivelmente. A grande votação obtida pelo presidente Lula arrefeceu o debate político em torno do caso, tendo crescido as fontes de investigação e os analistas.

**Figura 16 - Partido das fontes ouvidas
(Dossiêgate na Folha de S. Paulo e em O Globo)**

(Percentual sobre o total de fontes ouvidas por fase que identificam algum partido)*.



* A soma dos percentuais por fase pode superar 100%, já que mais de um partido poderia aparecer a cada matéria analisada.

Especificando as fontes mais ouvidas, no caso da Compra de Votos para a Reeleição, o embate esteve concentrado na Câmara dos Deputados, sendo o espaço majoritariamente distribuído entre deputados da base aliada (34,1% das fontes ouvidas na Folha de S. Paulo e 27,2% em O Globo) e deputados da oposição (5,1% na Folha de S. Paulo e 12,6% em O Globo). Nesse caso, conforme discutimos anteriormente, a cobertura de O Globo esteve mais aberta a fontes da oposição, enquanto estas estiveram quase ausentes da cobertura da Folha de S. Paulo.

Já no caso do Mensalão, um destaque que merece registro são as fontes do setor privado – representadas pelos empresários envolvidos nas denúncias. A figura dos “publicitários” como alvo de acusações e articuladores do esquema de compra de apoio e “caixa dois” elevaram a intervenção destes atores como fontes ouvidas (10,3% na Folha de S. Paulo e 6,9% em O Globo). Os parlamentares – tanto da Câmara dos Deputados como do Senado – foram o alvo de grande parte das entrevistas realizadas por ambas as coberturas. Parlamentares da base aliada (13,1% na Folha de S. Paulo e 16% em O Globo), da oposição (11,2% na Folha de S. Paulo e 16% em O Globo) e representantes de CPIs e Comissão de Ética (11,9% na Folha de S. Paulo e 7,1% em O Globo) participaram amplamente das notícias.

Por fim, o destaque do caso Dossiêgate foi a participação da Polícia Federal como fonte de informação, ator central para os desenvolvimentos em torno do caso (9% na Folha de S. Paulo e 8% em O Globo). Ao contrário dos demais casos analisados, as declarações se concentraram nos partidos e em candidatos a cargos executivos que propriamente em parlamentares. Os partidos da situação (15,6% na Folha de S. Paulo e 11,3% em O Globo) e de oposição (11,5% na Folha de S. Paulo e 18% em O Globo) foram determinantes para a configuração das notícias.

VI.3. A origem das acusações

Se já notamos anteriormente que a maioria das vozes ouvidas nos casos analisados são fontes oficiais ou do campo da situação, cabe ainda uma qualificação sobre as posições institucionais que ocupam na interlocução com os jornalistas. Falando sobre a origem de denúncias, em particular do campo político, Silvio Waisbord (2000: 100-103) constrói uma tipologia das fontes de informação preferidas pelos jornalistas, de acordo com a capacidade que têm de oferecer novos desdobramentos sobre os escândalos. A partir de entrevistas com dezenas de jornalistas latino-americanos, o autor tenta traçar um quadro dos tipos de fontes que seriam mais valorizadas pelos profissionais das redações. São elas:

- Fontes de prestígio político – ainda que não tenham novas informações sobre o caso, alguns atores políticos possuem um estoque de prestígio capaz de transformar suas declarações em notícias;
- Fontes de proximidade em relação aos envolvidos – sua legitimidade não vem da ocupação direta de um cargo político, mas da proximidade em relação aos acusados. Exemplos marcantes que podem ser lembrados são os depoimentos de motoristas, secretárias e familiares dos envolvidos, que, com frequência, geram novas direções para os casos;
- Fontes de conhecimento direto da transgressão – são credenciadas por estarem diretamente envolvidas com as transgressões, seja na acusação ou na defesa;
- Fontes de investigação – possuem informação de primeira mão sobre investigações – podemos citar como exemplo o Judiciário, congressistas e autoridades policiais.

Nesse campo algumas tendências parecem dominar as coberturas. A origem das acusações se localiza predominantemente no fornecimento de informações por fontes privilegiadas, em detrimento de investigações por parte dos jornalistas. A única exceção é a cobertura da Compra de Votos para a Reeleição, pela Folha de S. Paulo, que dependeu de uma articulação do jornal com uma fonte interessada, envolvendo um esforço investigativo do veículo (que transparece em 57,1% das matérias com enquadramento de acusação, como vemos na **Tabela 13**). Em contraposição, O Globo se vale das repercussões do concorrente em quase 30% das matérias sobre acusação. Esta tendência geral de ausência de investigação jornalística e referência nas declarações dadas por autoridades é descrita por Waisbord:

Reporters rarely stumble into it but, more typically, receive information about it, thanks to being plugged into an information-gathering system. And even when they do observe it first-hand, they are more likely to resort to testimonies of other witnesses (WAISBORD, 2004: 95)⁸².

⁸² “Repórteres raramente se metem nisto, mas, de forma mais típica, recebem informação sobre, graças a estarem conectados a um sistema de coleta de informações. E mesmo quando eles observam de primeira-mão, muito provavelmente vão colher declarações de outras testemunhas” [tradução do autor].

Outra fonte marcante para os casos analisados são as de investigação, que se destacaram em especial nos escândalos ocorridos durante o governo Lula⁸³. As informações e declarações oriundas das CPIs, Ministério Público e Polícia Federal, por exemplo, foram responsáveis por grande parte da alimentação das denúncias, ao longo dos períodos pesquisados. A ausência de uma CPI no caso da Compra de Votos para a Reeleição é um dos elementos que explicam a participação diminuta dos investigadores.

Por fim, as alegações, especialmente das fontes de envolvimento direto nos casos, são parte significativa da composição das acusações (33,9% das notícias com enquadramento de acusação na Folha de S. Paulo e 21,6% em O Globo). O caso mais marcante talvez seja o de Roberto Jefferson, ex-aliado do governo que levou a cabo as acusações que deram ponto de partida à crise política.

Por outro lado, as fontes de oposição, como responsáveis pelas denúncias, participaram de forma mais numerosa no caso Dossiêgate (26,9% na Folha de S. Paulo e 25,8% em O Globo). O envolvimento no embate do PSDB, como possível alvo do Dossiê, fez com que estas fontes tivessem espaço privilegiado em ambos os jornais. Como já discutimos anteriormente, as alegações acabam tendo peso central na organização dos assuntos enquanto luta simbólica através da mídia, e este padrão não foi diferente no caso do Dossiê.

Tabela 13

Tipo de fonte que origina a acusação (Percentual sobre o total de notícias com enquadramento de acusação).						
	Folha de S. Paulo			O Globo		
	Compra de votos para a Reeleição	Mensalão	Dossiêgate	Compra de votos para a Reeleição	Mensalão	Dossiêgate
Não identifica a origem	0,0%	3,6%	0,0%	13,3%	11,8%	9,7%
Repercussão de outras mídias	7,1%	1,8%	11,5%	26,7%	5,9%	12,9%
Investigação do jornal	57,1%	8,9%	7,7%	6,7%	7,8%	0,0%

⁸³ Nascimento (2007) descreve, a partir de análise de notícias de revistas semanais brasileiras, uma tendência de crescimento de um “jornalismo sobre investigações” em contraposição a um “jornalismo investigativo”.

	Compra de votos para a Reeleição	Mensalão	Dossiêgate	Compra de votos para a Reeleição	Mensalão	Dossiêgate
Fontes de investigação	7,1%	28,6%	50,0%	26,7%	19,6%	25,8%
Fontes de conhecimento direto da transgressão	7,1%	33,9%	3,8%	20,0%	21,6%	16,1%
Fontes proximidade	0,0%	3,6%	0,0%	0,0%	3,9%	0,0%
Fontes prestígio político	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,8%	0,0%
Fontes “em off”	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%
Fontes oposição	14,3%	16,1%	26,9%	6,7%	13,7%	25,8%
Fontes situação	7,1%	3,6%	0,0%	0,0%	7,8%	3,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Do ponto de vista das ausências, nos casos analisados, as fontes “de proximidade” e fonte “em *off*” tiveram pouca representatividade na origem das acusações. Mesmo se considerarmos, por exemplo, que denúncias como as de Fernanda Somaggio, secretária do publicitário Marcos Valério, apareceram com força em alguns momentos, estas fontes não foram determinantes para a sustentação das acusações em nenhum dos três casos.

O “*off*”, por outro lado, ainda que bastante comum na indicação por parte dos jornalistas das possíveis estratégias e encaminhamentos políticos dos atores, não foi significativamente usado como base para acusações – o que reforça a clássica assertiva de Tuchman (1993) sobre a necessidade de privilegiar fontes identificadas que possam prover veracidade aos depoimentos⁸⁴.

Ao pensar a ascensão de um “*watchdog journalism*” na América Latina, o pesquisador argentino Silvio Waisbord discute a ambivalente relação entre jornalistas e fontes de

⁸⁴ Nossa metodologia, ao olhar para o conteúdo, é limitada no sentido de prover maiores conclusões sobre o efetivo uso das fontes “em off”.

informação oficiais. Se, por um lado, a proximidade entre estes atores é indispensável para que a mídia possa ter acesso a uma transgressão localizada nas entranhas do governo, esse tipo de cobertura também pressupõe um distanciamento do Estado – especialmente no que diz respeito à garantia do princípio da liberdade de expressão, a ausência de censura e uma mínima independência econômica frente aos governos. Muita proximidade pode gerar uma cobertura complacente. Muita distância impede o acesso a fontes internas (WAISBORD, 2000: 93).

Nossos dados podem ser analisados levando em conta essa ambivalência. Estando a manutenção das coberturas vinculada especialmente à apresentação de alegações por parte dos atores – majoritariamente os de defesa – nota-se que, mais que uma complexa estrutura investigativa, o que tem fortalecido a presença dos escândalos políticos na atualidade é uma relação de vantagens mútuas e confidências estabelecidas com as autoridades públicas: presidentes, ministros, senadores e deputados influentes. Como lembra Waisbord (2002: 4), estes atores têm uma vantagem crucial em produzir histórias sobre corrupção: suas confissões e documentos não apenas estimulam os jornalistas a investigar mais o assunto, como também são matéria-prima das revelações jornalísticas (WAISBORD, 2002: 4).

Ellos pueden convertir secretos privados en verdades públicas. Sin su colaboración – varios periodistas observan – hubiera sido imposible producir la mayoría de las denuncias que han sacudido las democracias latinoamericanas recientemente (WAISBORD, 2002: 4)⁸⁵.

Essas histórias, contudo, os atores políticos não a fazem como querem. É por meio dos mecanismos de atuação do jornalismo que esta articulação é constantemente mediada.

⁸⁵ “Eles podem converter segredos privados em verdades públicas. Sem sua colaboração – vários jornalistas observam – teria sido impossível produzir a maioria das denúncias que sacudiram as democracias latino-americanas recentemente” [tradução do autor].

Considerações finais

Lendo Mateus eu vi lá escrito: “Não temais aquele que pode matar o corpo, temeí o que pode matar a sua alma e o seu espírito”. Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.

(Roberto Jefferson - transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva do depoente na CPMI dos Correios, 30/06/2005)

Dentre os movimentos metodológicos perseguidos até o momento, as principais inquietações estiveram, quase sempre, ligadas a uma preocupação acerca da utilização dos escândalos políticos midiáticos como categoria analítica relevante para os estudos sobre a relação entre a mídia e a política. A escassez de análises mais sistemáticas tem gerado uma produção bibliográfica sobre o tema que, ao mesmo tempo, é extremamente rica e variada, mas que avança pouco nos aspectos conceituais e teóricos.

Não é novidade que a maioria das pesquisas sobre escândalos é configurada enquanto estudos de caso (ESSER & HARTUNG, 2004: 1042). Em compensação vemos poucas experiências que trabalham relações entre episódios diversos e que almejam fazer um acompanhamento regular desse fenômeno. Em suma: o conceito é usado para entender os casos, mas os casos não têm sido utilizados para gerar novas abordagens sobre o conceito. Apostamos nesse sentido em uma análise comparativa, esperando contribuir com linhas de pesquisa que avancem para outros rumos.

Por outro lado, a pesquisa também gerou interesse por uma abordagem que levasse em consideração a mídia não só como reprodutora de conteúdos, mas como ator decisivo para sua configuração. Como vimos, é possível encontrar matrizes teóricas mais preocupadas com a origem dos escândalos, bem como com seus efeitos políticos, sociais e culturais – nas quais os elementos comunicacionais ocupam uma posição lateral. Optamos por trabalhar com o arcabouço conceitual desenvolvido por John B. Thompson (2002)⁸⁶, segundo o qual a mídia ocupa papel central e constitutivo para a análise dos escândalos políticos, o que justifica inclusive a introdução no conceito do adjetivo “midiático”.

⁸⁶ Abordagem fortemente referenciada na obra de Pierre Bourdieu.

Thompson resume esses pressupostos gerais em um dos seus primeiros artigos sobre o tema, publicado em 1997:

But it is nevertheless clear that the media play a major role in many scandals, and indeed that the very nature of these scandals – their emergence, their developmental logic, their prominence, the way in which they are experienced by both participants and non-participants, their consequences – are shaped by the media. Most “mediated scandals” are not simply scandals which are reported by the media and exist independently of them: they are, in varying ways and to some extent, constituted by mediated forms of communication (THOMPSON, 1997: 49)⁸⁷.

O arcabouço do enquadramento se apresentou como caminho profícuo de análise – especialmente quando buscamos identificar as formas de apresentação dos escândalos na cobertura. Na medida em que, como Thompson argumenta, a lógica de desenvolvimento dos escândalos é “formatada” pela mídia, buscamos, a partir da definição de “fases ideais” localizar uma dinâmica comum que fosse além dos contextos políticos particulares e das decisões editoriais de cada veículo. Este exercício – que nesta dissertação não aparece de forma alguma com a pretensão da criação de modelos ou leis gerais de atuação dos meios – mostra que há espaço para um fortalecimento do conceito.

Na medida em que nossa pergunta de pesquisa era como as notícias publicadas enquadravam – no sentido de uma “*ideia central organizadora*” – diferentes escândalos políticos midiáticos, buscamos privilegiar a análise do gerenciamento (enquanto princípio organizador) do escândalo ao longo da cobertura. Este nível de análise que adotamos, ainda que parcial, nos permitiu já indicar alguns padrões e recorrências importantes. Ressaltaremos abaixo alguns desses elementos – que se apresentam mais como futuros problemas de pesquisa do que conclusões terminais sobre o assunto.

⁸⁷ “Mas é, todavia, claro que a mídia desempenha um papel central em muitos escândalos, e que realmente a natureza desses escândalos – sua emergência, sua lógica de desenvolvimento, sua proeminência, o modo como são experienciados por participantes e não participantes, suas consequências – é formatada pela mídia. A maioria dos “escândalos midiáticos” não são simplesmente escândalos que são reportados pela mídia e existem independentemente dela: são, de várias formas e extensões, constituídos por formas midiáticas de comunicação” [tradução do autor].

1. Uma dinâmica particular

Ainda que os enquadramentos noticiosos mais evidentes tenham, de forma agregada, se apresentado de forma equilibrada ao longo do tempo, sua distribuição no desenrolar dos casos apresentou variação significativa, numa sequência de troca de posições. Poderíamos resumir caricaturalmente: se não há respostas e contra-alegações, não há escândalo. É hora, então, de fortalecer as notícias por meio das quais os atores se defendem. Se não há novos fatos e transgressões de segunda ordem, os escândalos morrem. Faz-se necessário, portanto, a veiculação de novas acusações. Se não há culpados ou punidos, a mídia não cumpriu seu papel de “guardiã do espaço público”. Que venham as cassações ou as *pizzas*⁸⁸.

Quando localizamos em todos os três casos analisados e em ambos os veículos esta dinâmica de prevalência “defesa – acusação – impactos”, a ação organizadora da mídia parece se configurar de forma mais clara. Fosse a cobertura noticiosa, num delírio hipotético, feita por um juiz de direito, certamente alguns elementos estariam invertidos. Seguindo a lógica do devido processo legal, a defesa certamente teria presença marcante após o processo de investigação. As fontes de ambos os lados provavelmente teriam o mesmo espaço. Não se passaria a outro processo, sem que as conclusões sobre um crime estivessem solucionadas. Por fim o julgamento, que é o ponto alto de todo processo, talvez seria a fase de maior destaque, com um maior número de notícias sobre o ponto de vista dos resultados.

A configuração que identificamos, portanto, não é tão óbvia. Na medida em que esta “batalha estratégica”, nos termos de Thompson (2002, 105-106), é travada segundo mecanismos midiáticos, é sob esta lógica que podemos avaliar o fenômeno por seus aspectos mais singulares.

2. A cobertura é amplamente *episódica*, inclusive quanto aos impactos

Um aspecto já esperado era o fato de a cobertura sobre escândalos políticos ser predominantemente episódica. Em estudo sobre o escândalo “Iran-Contra”, durante o mandato de Ronald Reagan nos EUA, Iyengar (1991: 69-81) apresenta dados de uma

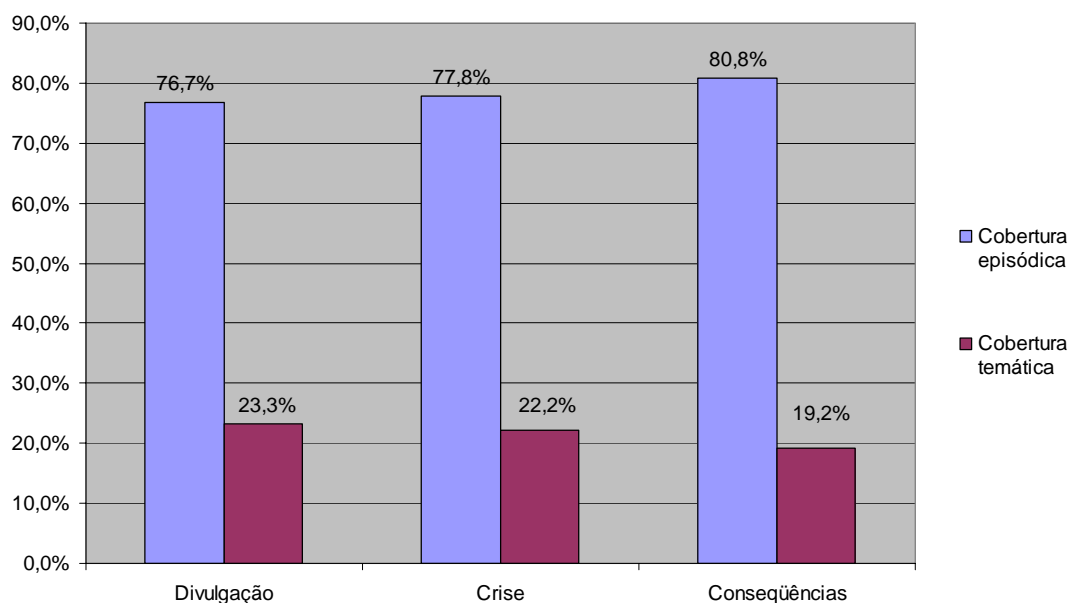
⁸⁸ A expressão “acabar em pizza” ganhou no Brasil conotação de impunidade. É usada para descrever casos em que apenas alguns dos envolvidos de menor importância são penalizados ou que exista um movimento de acomodação, terminando em mesa de negociação, ou “terminando em pizza” – como se as partes envolvidas, acusados e acusadores, se sentassem numa pizzaria e celebrassem o acordo. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>.

análise de conteúdo que revela a predominância na cobertura televisiva do enquadramento sobre política (“*political framing*”) em comparação ao enquadramento mais voltado a políticas públicas (“*policy framing*”). Cerca de 70% dos textos das notícias de telejornais das redes americanas ABC, CBS e NBS sobre o caso entre 1986 e 1987 enfocaram os embates políticos com o Partido Democrata e os aspectos mais episódicos do caso. O restante teve uma preocupação mais “programática”, discutindo impactos políticos de ordem mais substantiva.

Essa tendência também foi seguida pela cobertura da Folha de S. Paulo e de O Globo sobre os três escândalos recentes que selecionamos – o que está indicado em uma leitura dos dados como vemos na **Figura 17**:

Figura 17 - Enquadramento episódico versus temático (agregado)*

(Percentual de notícias que apresentam majoritariamente um dos enquadramentos por fase de desenvolvimento – considerando o agregado dos três casos analisados na Folha de S. Paulo e em O Globo).



* O gráfico considera as notícias em que predominam os impactos individuais e conjunturais como cobertura episódica e os impactos estruturais como cobertura temática.

Além disso, ao olharmos com mais profundidade para as notícias com enquadramento principal de impactos (que como vimos aparecem majoritariamente na fase de consequências), percebemos novamente que a cobertura sobre escândalos políticos tem seu grande interesse voltado para resultados eminentemente individuais –

mesmo nos casos em que se instala uma grande crise política, como o Mensalão (2005/2006). Cerca de 62% das notícias com enquadramento de impactos (na média geral de todas as coberturas analisadas) têm esta perspectiva. Outros 28% conseguem apontar consequências conjunturais, sem avançar para discussões mais profundas sobre a política.

O fato de nossa amostra não considerar os textos opinativos (editoriais, artigos e colunas) – que tendem a conter um enfoque mais analítico – pode ter contribuído com este resultado. Isso não retira, por um lado, a importância da verificação de como as reportagens solenemente ignoraram temas mais estruturais, o que leva a um debate de fundo sobre o papel do jornalismo e a qualidade da informação.

Por outro lado, esta ausência também foi identificada em estudos recentes que investigaram os enquadramentos de textos opinativos, como foi o caso da análise de Miguel e Coutinho (2007) sobre editoriais publicados por grandes jornais durante o escândalo do Mensalão. Para os autores, a mídia foi ‘incendiária’ no que diz respeito a questões pontuais, mas conservadora na discussão política mais profunda que acabou ausente da pauta:

Se o governo, os parlamentares envolvidos, o Partido dos Trabalhadores ou outros partidos políticos são apresentados como culpados, não se discute os problemas vinculados à delegação de poder por meio do voto (a abdicação compulsória do exercício da soberania por parte de seu detentor nominal, o povo) e à combinação entre a democracia concorrencial e a economia capitalista [grifo nosso]. Assim, a mídia pode ser “incendiária” na conjuntura, mas a perspectiva que apresenta desinfla os elementos potencialmente mais explosivos da crise enquanto possibilidade de contestação ao sistema (MIGUEL & COUTINHO, 99 2007).

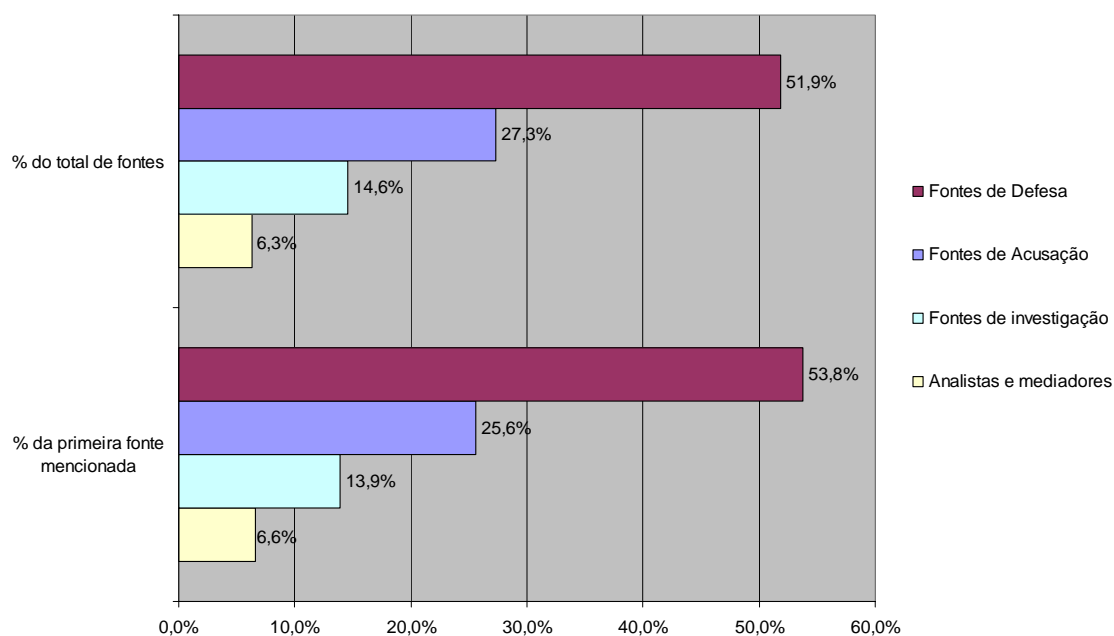
Nossos dados não permitem uma avaliação dos efeitos da personalização dessas coberturas para o jogo político. Esta formatação midiática, entretanto, abre espaço para uma série de novos questionamentos. A mídia é capaz de agendar debates públicos ou está restrita a repercutir histórias da vida privada? Como esta cobertura é recebida pelos cidadãos?

3. As fontes de informação ligadas ao campo da defesa foram privilegiadas pelos jornalistas.

Novamente, temos uma recorrência importante que não é novidade para os estudos sobre o jornalismo: as fontes oficiais (especialmente as forças de situação que nos casos que analisamos estavam na defesa) têm a preferência dos jornalistas e ocupam quantitativamente um espaço maior nas notícias. No **Capítulo VI**, discutimos como a contagem das fontes de informação explicitamente identificadas nos textos mostrou uma predominância das fontes de defesa. Estas foram 51,9% das notícias dos três casos analisados.

Uma objeção poderia surgir em relação a um critério de importância jornalística: será que as fontes de acusação, ainda que em número reduzido, ocupam um destaque na estrutura da notícia, aparecendo no alto da famosa “pirâmide invertida”? No jargão do campo: será que os acusadores ocupam o “lide” das matérias enquanto os defensores acabam restritos ao “pé” da página? Como vemos na **Figura 18**, há indicativos de que estas preocupações parecem não se comprovar. Quando olhamos para qual a primeira fonte que aparece nas notícias, que tem naturalmente uma chance maior de estar no “lide” do texto, vemos que a participação das fontes de defesa é ainda maior, não alterando significativamente a tendência anteriormente descrita.

Figura 18 - Fontes de informação citadas versus as Fontes de informação citadas primeiramente
(Percentual do total de fontes de informação – considerando o agregado dos três casos analisados na Folha de S. Paulo e em O Globo)



Poderia causar estranhamento esse grau elevado de oficialismo num tipo de cobertura altamente crítico em relação a possíveis desvios cometidos pelas autoridades. Não podemos deixar de levar em consideração, ao analisar o dado, que o lugar de fala da defesa – tendo a mídia uma posição inquisitória – pode funcionar por si só como um elemento de desgaste da imagem dos políticos. O indivíduo acuado pelos microfones e holofotes teria pouca chance real de defesa, quando o enquadramento dominante é um questionamento de sua reputação. Como vimos, através da análise da presença ou ausência de determinadas fontes também não é possível captar saliências, metáforas e hipérboles que a mídia, frequentemente, mobiliza. Mesmo com fontes de defesa predominando, a "agressividade" da cobertura é mantida por outras construções. Veremos parte dessa dissociação no ponto seguinte.

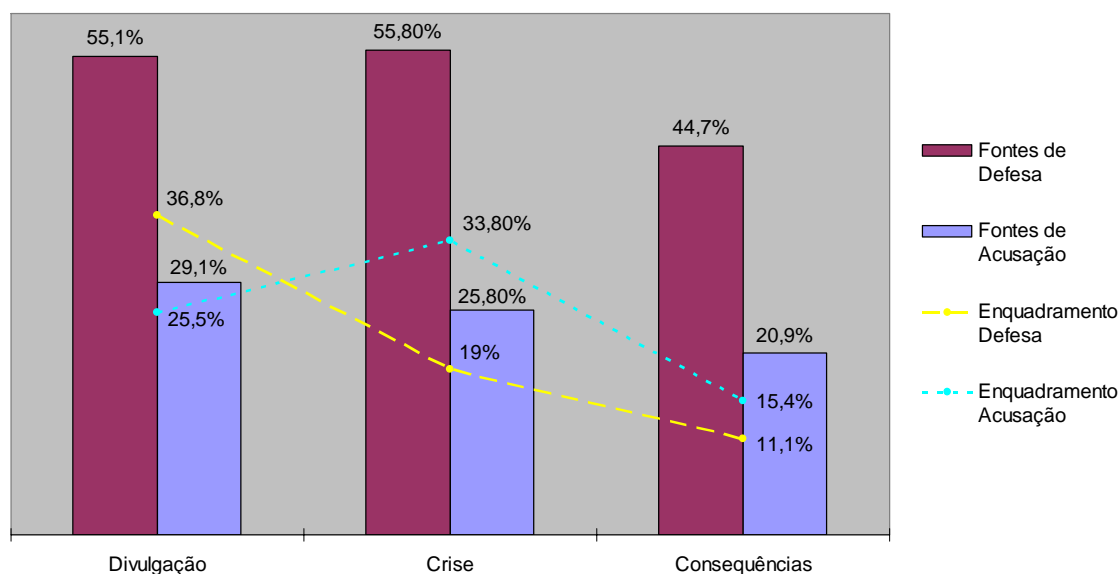
4. Descompasso: as fontes mais ouvidas são as de defesa, mesmo quando o enquadramento majoritário é de acusação.

Outro ponto importante é o fato de que ainda no período de prevalência do enquadramento de acusação (fase que chamamos de “crise”), há uma inabalável priorização de fontes de defesa (ver **Figura 19**). A desvinculação entre as duas variáveis, a nosso ver, sugere uma questão de fundo importante: as fontes parecem não determinar diretamente o chamado “ângulo” da notícia. Em outras palavras, quem organiza as ideias (para ficarmos mais próximos de nossa definição de enquadramento) não são os entrevistados, mas a própria mídia – se olharmos estritamente pelo ponto de vista do conteúdo.

Essa hipótese que surge a partir dos dados merece, ainda assim, vários aprofundamentos. O mais óbvio deles é o fato de que há outros atores que podem organizar o discurso midiático, mas que não aparecem explicitamente nos conteúdos. Qual o papel dos *gatekeepers*? Qual o papel dos interesses (políticos e econômicos) das empresas de mídia nesse tipo de cobertura? Há atores que influenciam a cobertura “em *off*”? Certamente muitos desses pontos poderiam ser explorados a partir de outras investigações.

Figura 19 - Fontes de Defesa e Acusação versus Enquadramentos de Defesa e Acusação (agregado)

(Percentual do total de fontes de informação ocupado por membros da Defesa e Acusação por fase e percentual de notícias com enquadramento principal de Defesa e Acusação por fase – considerando o agregado dos três casos analisados na Folha de S. Paulo e em O Globo)*.



* Os percentuais de fontes de informação e de presença de enquadramentos não têm relação matemática entre si. A disposição no gráfico tem apenas o objetivo de ilustração da relação entre a participação das variáveis, ao longo das fases de desenvolvimento dos escândalos.

5. Sustentando o escândalo no tempo

Por fim, outro aspecto importante para a manutenção e administração do escândalo como conteúdo midiático é sua duração ao longo do tempo. O esgotamento de um tema é combatido com a apresentação de novas denúncias, muitas delas desvinculadas da transgressão original, oriundas da própria mídia ou do ciclo de alegações e contra-alegações que se instala após a deflagração da acusação original. Para Thompson, inclusive, esta predisposição para o desenvolvimento de “transgressões de segunda ordem” é elemento constitutivo dos escândalos midiáticos, sendo fator que os diferencia dos escândalos que ocorrem sem a presença dos *media*.

O desdobramento de um escândalo se torna um tipo de narrativa com múltiplas tramas e subtramas, muitas das quais malogram, mas algumas delas podem evoluir para escândalos menores específicos (subescândalos),

ou mesmo em outras ramificações separadas do escândalo, que sejam apenas tangencialmente relacionadas ao escândalo original [...] (THOMPSON, 2002: 52).

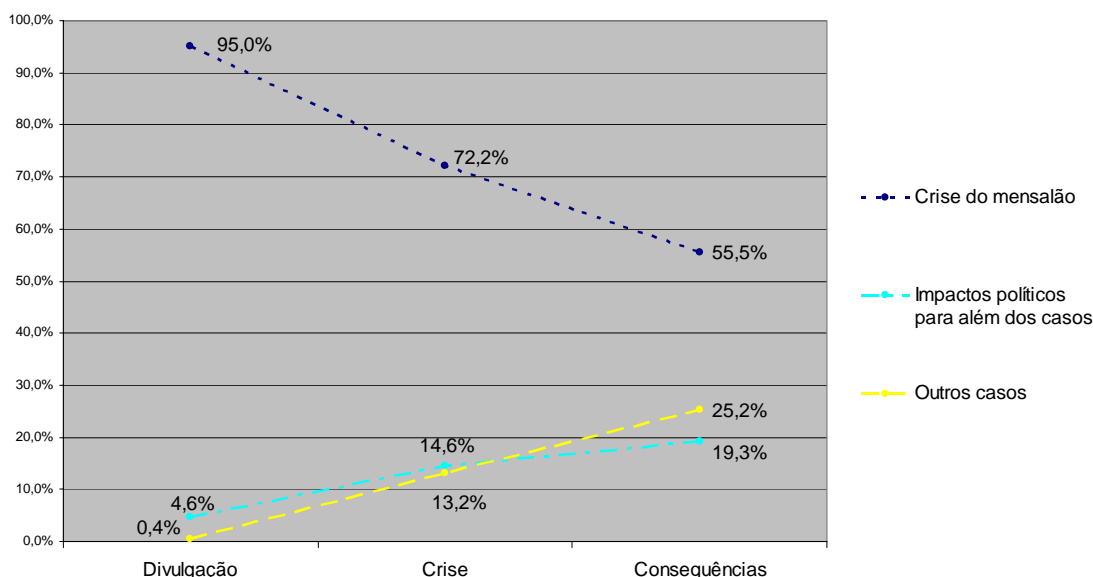
Sendo o caso mais duradouro dentre os analisados, o Mensalão (2005/2006) é exemplo marcante no que diz respeito a esta característica midiática de construção de uma teia de novas histórias permeando (ou não) o eixo central das transgressões originalmente denunciadas. Para avaliar brevemente este aspecto, analisamos todas as 2.439 notícias sobre o caso que foram publicadas na Folha de S. Paulo entre 17/05/2005 e 10/07/2006⁸⁹, com o objetivo de verificar a prevalência de assuntos relacionados à transgressão original e à introdução de novos casos paralelos. Nessa classificação também isolamos as notícias que tinham como alvo contextos políticos menos episódicos, ou aquelas que tratavam da conjuntura política do período sem, necessariamente, discutir os desdobramentos das denúncias.

Nota-se, pelos dados expostos na **Figura 20**, uma tendência de participação cada vez maior de casos subsidiários na cobertura no decorrer das três fases. Enquanto no período inicial a quase totalidade dos textos (95%) tinha como foco apenas o caso do Mensalão (resumido à denúncia original de repasse mensal de recursos a deputados da base aliada do governo), os outros casos⁹⁰ chegam a ocupar 25,2% da cobertura na fase de consequências –, mesmo levando-se em consideração apenas as edições que tinham o caso Mensalão como foco principal.

⁸⁹ Cabe lembrar que todas as notícias selecionadas ocorreram em edições que tinham o caso do Mensalão como manchete principal. A participação de outros casos tende a ser ainda mais pujante nas demais capas em que aparecem como o tema principal do dia.

⁹⁰ Dentre as denúncias laterais que surgiram na Folha de S. Paulo, as principais (mais de 5 notícias) foram: Caso dos Bingos e CPI dos Bingos; Denúncias envolvendo o governo de Antônio Palocci em Ribeirão Preto; Descoberta do esquema de Marcos Valério em Minas Gerais, Caso assassinato de Celso Daniel; Caso "Mensalinho" de Severino Cavalcante; Caso envio de dólares de Cuba; Caso "Dólares na Cueca, Caso empréstimo realizado a Lula por compadre do PT; Caso Globalprev envolvendo Fundos de pensão e Luiz Gushiken; Caso Daniel Dantas e fundos de pensão; Denúncias envolvendo o irmão de Antonio Palocci em Goiás, Denúncia de lobby por parte do irmão de Lula (Vavá); Caso investimento da Telemar na Gamecorp empresa do filho de Lula; Denúncias envolvendo a Prefeitura de Londrina governada pelo PT e Caso violação do sigilo bancário de caseiro e mansão de lobistas envolvendo Antonio Palocci.

Figura 20 - Cobertura do caso Mensalão *versus* subescândalos
(Percentual do total de notícias na Folha de S. Paulo).



À medida que o caso avança, a manutenção da intensidade da cobertura é cada vez mais dependente de “subescândalos” mais ou menos relacionados com a transgressão original. Esta parece ser mais uma questão que poderia ser explorada em futuras pesquisas, pois nossos dados não permitem avaliar em detalhes esse processo. Os números já sugerem indicativos, entretanto, de que a sustentabilidade dessa cobertura teve, dentre outros aspectos, relação com a capacidade de inovar nas abordagens e buscar novas ligações e acusações que envolvam os atores envolvidos.

Um exemplo emblemático desta interface foi o surgimento de denúncias contra o então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), a respeito do recebimento de propina oriunda de restaurante sediado no prédio do Congresso Nacional. O caso, que não guardava relações formais com o Mensalão, foi rapidamente apelidado de “Mensalinho”. A vinculação não foi apenas semântica. As denúncias que levaram à queda do parlamentar ganharam corpo em um período de crise política e indiretamente agendaram uma cobertura sobre escândalos por um maior período de tempo.

Outra hipótese que poderia ser investigada é a influência do ambiente de concorrência entre os veículos de comunicação a apresentação de novas denúncias. Em uma crise, os veículos entrariam em ampla competição para antecipar os desdobramentos e produzir novas acusações. O deslocamento de equipes para a cobertura dos escândalos e a disputa entre os diversos canais pelo novo “furo” também se apresentam como um condicionante para este clima de intensa expectativa por novos elementos a todo o momento.

O campo de estudo sobre a presença dos escândalos políticos tem trajetória que tende a ser cada vez mais explorada, tanto com o aumento da quantidade de pesquisas quanto na multiplicidade de olhares que o fenômeno poderia gerar. Longe de querer abarcar todos esses desafios, esta pesquisa pretende oferecer um olhar empírico sobre casos determinados, com um enfoque para além de suas idiossincrasias. Nossa opção, portanto, foi no sentido de uma análise de conteúdo comparativa – que pudesse oferecer um mapeamento de como os escândalos políticos midiáticos escolhidos foram cobertos por jornais diários brasileiros.

Utilizamos, de forma por vezes pouco rigorosa, termos como “administração”, “gerenciamento” e “gestão”, sempre no sentido de identificar como a mídia ativamente organiza a forma como as coberturas sobre os escândalos se apresentam – e nesse sentido ressaltamos a faceta midiática do tema. Encontramos na figura do “mestre de cerimônia” uma analogia interessante: é quem conduz a festa, mesmo sem ser a atração principal. Coordena os tempos, anuncia os convidados e determina o fim do evento, ainda que dependa dos atores participantes para o sucesso de sua atividade. A mídia, portanto, não é apenas suporte, mas um fator organizador.

Cabe ressaltar, todavia, que nosso recorte sobre esta faceta da mídia, não exclui uma ampla discussão sobre os meios de comunicação também como atores político de fato. São temas fundamentais, por exemplo: aspectos empresariais em meio a sistema de mídia altamente concentrado; grandes veículos de comunicação assumindo linhas editoriais claramente voltadas para determinados interesses políticos; relações “pouco éticas” em relação ao uso de verbas publicitárias por parte dos governos e propriedade de meios de

comunicação por políticos – apenas para ficar nos problemas mais evidentes do contexto brasileiro⁹¹.

Nosso esforço comparativo de identificação de enquadramentos majoritariamente presentes em notícias sobre escândalos políticos midiáticos recentes acabou, propositalmente, enfraquecendo uma possível abordagem das particularidades de cada caso (os embates políticos, os vieses ideológicos, os interesses em jogo). Não defendemos, entretanto, de maneira ingênua, que as escolhas dos veículos e a cobertura seja impermeável a todo esse contexto.

O debate público que se estabelece sobre os escândalos é um exemplo de que estes elementos não passam despercebidos. A sociedade civil organizada também cumpre papel importante de observação do jornalismo e de crítica acerca de suas escolhas – sendo que, cada vez mais, se reflete sobre a qualidade do jornalismo produzido pelos “jornalões”, as revistas semanais e os meios eletrônicos. A chegada da internet também é um fator que estimula formas alternativas de difusão da informação.

Grosso modo, defendemos ao longo da dissertação uma abordagem que fortalecesse o conceito de EPM. Se parecem estar em todo lugar, de forma inescapável, recuperando a frase de Schudson, é preciso que haja uma reflexão mais sistemática sobre como se apresentam. Compreender o papel da mídia é um pressuposto para um aprofundamento sobre o tema – e neste sentido o presente trabalho se desenvolveu.

Abrir os jornais numa manhã chuvosa em Brasília, num dia qualquer, é um exercício que mostra como as engrenagens que tentamos descrever continuam a trabalhar. Acreditamos que é inevitável, portanto, que novas pesquisas se aprofundem por este campo.

⁹¹ O cientista Wanderley Guilherme dos Santos, em entrevista para a coluna do *Ombudsman* da Folha de S. Paulo (publicada no dia 09/06/2006), falando sobre a cobertura do escândalo do Mensalão resume essa questão: “*Jornalismo é uma das atividades dos órgãos de imprensa. Esses também agem como corporações econômicas e grupos de pressão política. Em decorrência de seus interesses econômicos e políticos, a cobertura jornalística da imprensa foi altamente positiva no que revelou, cúmplice no que encobriu e facciosa no que deturpou. Enquanto a imprensa, como jornalismo, empresa e grupo político, depender tanto do governo, vai continuar assim*”.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey. Culture and political crisis: Watergate and Durkheimian sociology. In: **Durkheimian sociology: cultural studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- ARENDT, Hannah. Communicative Power. In: Steven Lukes (eds), **Power**. Oxford: Basil Blackwell, 1986, p. 59-75.
- ASOCIAÇÃO POR LOS DERECHOS CIVILES. **El precio del silencio: abuso de publicidad oficial y otras formas de censura indirecta em América Latina**. New York: Open Society Institute, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERELSON, Bernard. **Content analysis in communication research**. Glencoe: The Free Press, 1952.
- BIRD, S. Elisabeth. What a story! Understanding the audience for scandal. In: LULL, James; HINERMAN, Stephen (eds.). **Media scandals: morality and desire in the popular culture marketplace**. New York: Columbia University press, 1997, p. 99-121.
- BOORSTIN, Daniel. **L'Image**. Union Générale d'Éditions, Col. 10/78. Paris, 1971. Trad. L.C Martino, fotocópia, Brasília, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CAMAROTTI, Gerson; DE LA PEÑA, Bernardo. **Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- CANEL, María José; SANDERS, Karen. El poder de los medios en los escándalos políticos: la fuerza simbólica de la noticia icono. **Anàlisi**, v. 32, p. 163-178, 2005.
- CAPELLA, Joseph N; JAMIESON, Kathleen Hall. **Spiral of cynicism: the press and the public good**. New York: Oxford University Press, 1997.
- CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 62-75, 2001.
- COELHO, Marja Pfeifer. **Mediatização das CPIs: os escândalos do Leite e da Segurança, entre a notícia e o espetáculo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, Nov. 2003.

D'ANGELO, Paul. News framing: as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. **Journal of Communication**, v. 52, n. 4, p.870-888, 2002.

DINIZ, Eli. Instituições, **Crise política e governabilidade**: considerações sobre a conjuntura Brasileira, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_crise_politica_e_governo_lula.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2009.

DOBRATZ, Betty; WHITFIELD, Stephanie. Does Scandal Influence Voter's Party Preference? The case of Greece during Papandreou Era. **European Sociological Review**, v. 8 n. 2, 1992, p. 167-180.

DURKHEIM, E. Introdução. In: **Suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

_____. **Projection of power**: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

ESSER, Frank; HARTUNG, Uwe. Nazis, pollution, and no sex: political scandal as a reflection of political culture in Germany. **American Behavioral Scientist**; v. 47; p. 1040-1071, 2004.

FUNK, Carolyn. The impact of scandal on candidate evaluations: an experimental test of the role of candidate traits. **Political Behaviour**, v. 18, n. 1, 1996.

GAMSON, William. **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, William; LASCH, Kathryn. The political culture of social welfare policy. In SPIRO, S.; YUCHTMAN-YAAR, E. (Ed.). **Evaluating the welfare state**. New York: Academic Press, 1983.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **The American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GALTUNG, J.; RUGE, M. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1993. p. 61-73.

GARMENT, Suzanne. **Scandal**: the culture of mistrust in American politics. New York: Anchor Books; Doubleday, 1992.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GLUCKMAN, Max. Papers in honor of Melville J. Herskovits: gossip and scandal. **Current Anthropology**, v. 4, n. 3, 1963, p. 307-316.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, Stuart. Introduction. In: SMITH, A.C.H., IMMIRIZI, E.; BLACKWELL, T. **Paper voices: The popular press and social change 1935-1965**. London: Chatto and Windus, 1975.

HANSEN, Anders; COTTLE, Simon; NEGRINE, Ralph e NEWBOLD, Chris. **Mass communication research methods**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 1997.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** How television frames political issues. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

JIMÉNEZ, Fernando; CAÍNZOS, Miguel. La repercusión electoral de los escándalos políticos: alcance y condiciones. **Revista Española de Ciencia Política**. n. 10, p. 141-170, 2004.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Veja, 1993. p. 52-60.

KING, Anthony. "Sex, money, and power": politics in Britain and the United States. HODDER-WILLIAMS Richard; CEASAR, James (Ed.). **Comparative Perspectives**. Duke University Press, 1986.

KOENIG, Thomas. Compounding mixed-methods problems in frame analysis through comparative research. **Qualitative Research**, v. 6, p. 61-76, 2006.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2004.

KWEON, Sanghee. A framing analysis: how did three U.S. news magazines frame about mergers or acquisitions? **The International Journal on Media Management**, v. 2, n. III/IV, p. 165-177, 2000.

LANG, Gladys Engel; LANG, Kurt. **The battle for public opinion: The President, the press, and polls during Watergate**. New York: Columbia University Press, 1983.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. de.(org.). **A mídia nas eleições de 2006**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

LOGUE, John. Conclusion. In: MARKOVITS, Andrei; SILVERSTEIN, Mark (eds.). **The politics of scandal: power and process in liberal democracies**. New York: Holmes and Meier, 1988, p. 254-265.

LOWI, Theodore. Foreword. In: MARKOVITS, Andrei e SILVERSTEIN, Mark (eds.). **The politics of scandal: power and process in liberal democracies**. New York: Holmes and Meier, 1988.

LULL, James; HINERMAN, Stephen (eds.). **Media scandals: morality and desire in the popular culture marketplace**. New York: Columbia University press, 1997.

LYONS, G. **Fools for scandal: How the media invented Whitewater**. New York: Franklin Square Press, 1996.

MARKOVITS, Andrei; SILVERSTEIN, Mark (eds.). **The politics of scandal: power and process in liberal democracies**. New York: Holmes and Meier, 1988.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, p. 176-185, 1972.

McLEOD, Douglas; DETENBER, Benjamin. Framing effects of television news coverage of social protest. **Journal of Communication**, v. 49, n. 3, p. 3-23, 1999.

McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo social**, vol. 15, no. 1, pp. 63-79, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 51-77, 2000.

_____. Dossiê mídia e política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, p. 7-12, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe, COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n 1, jun., 2007, p.97-123.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marylin. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993. p. 34-51.

MOTTA, Luiz Gonzaga; GUAZINA Liziane. **O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do mensalão no Jornal Nacional**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XVII Encontro da Compôs, São Paulo, jun. 2008.

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a imprensa**. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

NASSIF, Luís. A longa noite de São Bartolomeu. In: LIMA, Venício A. de.(org.). **A mídia nas eleições de 2006**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NECKEL, Sighard. Political Scandals: an analytical framework. **Comparative Sociology**, v. 4, p. 101-111, 2005.

ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, 1986.

PAPADOPOULOS, Kari Andén; WIDESTEDT, Kristina. **The mediated visibility of political scandal: How a crayfish party turned a Swedish minister into a poodle**. Paper apresentado na International Communication Association Conference in Dresden 2006.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal S. **Crises without breakdown: presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Março de 2006.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ Catalina (eds.). **Controlando la política**: ciudadanos y medios en las nuevas democracias. Buenos Aires: Temas, 2002.

POPPER, Karl. A lógica das ciências sociais. In: **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 92-115.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio A. C. **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador, Edufba, 2004.

RHEE, June Woong. Strategy and issue frame in election campaign coverage: a social cognitive account of framing effects. **Journal of Communication**, v. 47, n. 3, p. 26-48, 1997.

RIFFE, Daniel; LACY, Stephen; FICO, Frederick. **Analyzing media messages**: using quantitative content analysis in research. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

ROSA, Mário. **A era do escândalo**: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem. 3ª Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. In: LIMA, Venício A. de.(org.). **A mídia nas eleições de 2006**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SABATO, L. J.; STENCEL, M.; LICHTER, S. R. **Peep show**: media and politics in an age of scandal. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishing Group, 2000.

SCHUDSON, Michael. Watergate and the press. In: **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

_____. Notes on scandal and the Watergate legacy. **American Behavioral Scientist**, v. 7, n. 9, p. 1231-1238, 2004.

TIFFEN, Rodney. Tip of the iceberg or moral panic?: Police corruption issues in contemporary New South Wales. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 9, p. 1171-1193, 2004.

THOMPSON, John B. Scandal and social theory LULL, James; HINERMAN, Stephen (eds.). **Media scandals**: morality and desire in the popular culture marketplace. New York: Columbia University press, 1997.

_____. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Naturaleza y consecuencias de los escándalos políticos. In: PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ Catalina (eds.). **Controlando la política**: ciudadanos y medios en las nuevas democracias. Buenos Aires: Temas, 2002.

TUCHMAN, G. **Making news by doing work: routinizing the unexpected**. The American Journal of Sociology, v. 79, n. 1, 1973, p. 110-131.

_____. **Making news**. New York: Free Press, 1978.

_____. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993. p. 74-90.

TUMBER, Howard; WAISBORD, Silvio. Introduction: political scandals and media across democracies, volume I. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 8, p. 1031-1039, 2004.

_____. Introduction: political scandals and media across democracies, volume II. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 9, p. 1143-1152, 2004.

VERÓN, Eliseo. El análisis del “Contrato de Lectura”: un nuevo método para los estudios de posicionamiento de los soportes de los media. In: **Les medias: experiences, recherches actuelles, applications**. Paris: IREP, 1985.

_____. Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita. In: **Fragments de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p. 215-238.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy**. New York: Columbia University Press, 2000.

_____. Scandals, media, and citizenship in contemporary Argentina. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 8, p. 1072-1098, 2004.

_____. Interpretando los escándalos. Análisis de su relación con los medios y la ciudadanía en la Argentina contemporánea. In: PERUZZOTTI, Enrique e SMULOVITZ Catalina (eds.). **Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias**. Buenos Aires: Temas, 2002.

WEBER, Maria Helena. **Cadeiras Vazias: a mídia, o escândalo e o eleitor, em 2006**. Paper apresentado ao I Congresso Anual da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política; Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política; Salvador, 28 de nov. a 1º. de dez. de 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YANKOVA, Gergana. Political accountability and media scandals: a comparative exploration **CEU Political Science Journal**, n. 3, p. 49-70, 2006.

Apêndices

Ficha de classificação

BLOCO A: Identificação geral

- I. **Código** _____
 II. **Data** ___ / ___ / _____
 III. **Título da notícia**

IV. **Caso analisado**

1. () Compra de Votos para a
Reeleição (1997)
 2. () Mensalão (2005/2006)
 3. () Dossiêgate (2006)

V. **Veículo**

4. () Folha de S. Paulo
 5. () O Globo

VI. **Fase de desenvolvimento**

6. () Divulgação/ revelação
 7. () Crise/ Clímax
 8. () Consequências

BLOCO B: Enquadramentos

VII. **Enquadramento principal**

9. () Acusação
 10. () Defesa
 11. () Impactos
 12. () Contexto

VIII. **Enquadramentos “acusação”**

13. () Declaração
 14. () Apresentação de alguma
evidência
 15. () Indiciamento/ processo

IX. **Enquadramentos “defesa”**

16. () Desconhecimento/ Surpresa
 17. () Negação

18. () Reconhecimento do problema ou
confissão
 19. () Reprovação e/ou defesa de
investigação
 20. () Contra-alegação

X. **Enquadramentos “impactos”**

21. () Encaminhamentos da situação
 22. () Encaminhamentos da oposição
 23. () Ações e conclusões de processos
de investigação
 24. () Atuação das Comissões
Parlamentares

XI. **Enquadramentos “contexto”**

25. () Histórico ou 'Saiba mais'
 26. () Contextos políticos pra além do
caso

XII. **Origem das denúncias**

27. () Repercussão de outras mídias
 28. () Investigação do jornal
 29. () Fontes de investigação
 30. () Fontes envolvimento direto
 31. () Fontes proximidade
 32. () Fontes prestígio político
 33. () Fontes "em off"
 34. () Fontes de oposição
 35. () Não identifica a origem

XIII. **Extensão dos impactos apresentados**

36. () Menciona impactos políticos
individuais
 37. () Menciona impactos políticos
conjunturais
 38. () Menciona impactos políticos
profundos
 39. () Menciona a necessidade de
reforma política
 40. () Não aprofunda

BLOCO C: Fontes de informação**XIV. Fontes de informação “acusação”**

- 41. () Deputado base aliada (rompida - acusador)
- 42. () Deputado oposição
- 43. () Senador base aliada (rompida - acusador)
- 44. () Senador oposição
- 45. () Indivíduo: acusação
- 46. () Partido Oposição
- 47. () Legislativo Estadual: acusação
- 48. () Legislativo Municipal: acusação
- 49. () Executivo Estadual: acusação
- 50. () Executivo Municipal: acusação
- 51. () Sociedade Civil: acusação
- 52. () Setor privado: acusação

XV. Fontes de informação “defesa”

- 53. () Presidência (geral)
- 54. () Segundo Escalão Presidência
- 55. () Porta-voz
- 56. () Secom
- 57. () Assessoria Presidência
- 58. () Advocacia Geral da União
- 59. () Segundo Escalão Ministérios
- 60. () Ministro Casa Civil
- 61. () Ministro Fazenda
- 62. () Ministro Planejamento
- 63. () Ministro Minas e Energia
- 64. () Ministro Comunicações
- 65. () Ministro Educação
- 66. () Ministro Saúde
- 67. () Ministro Justiça
- 68. () Ministro Integração Nacional
- 69. () Ministro Coordenação Política
- 70. () Ministro (Outros)
- 71. () Deputado base aliada (defesa)
- 72. () Senador base aliada (defesa)
- 73. () Indivíduo: defesa
- 74. () Partido Situação
- 75. () Empresas Estatais
- 76. () Legislativo Estadual: defesa
- 77. () Legislativo Municipal: defesa
- 78. () Executivo Estadual: defesa
- 79. () Executivo Municipal: defesa
- 80. () Sociedade Civil: defesa
- 81. () Setor privado: defesa

XVI. Fontes de investigação

- 82. () Deputado comissões
- 83. () Senador comissões
- 84. () STF
- 85. () STJ
- 86. () TSE
- 87. () Judiciário (Outros)
- 88. () Ministério Público Federal
- 89. () Ministério Público Estadual
- 90. () Polícia Federal
- 91. () Tribunal de Contas
- 92. () CGU

XVII. Fontes analistas/ mediadores

- 93. () Presidente da Câmara
- 94. () Presidente do Senado
- 95. () Especialistas
- 96. () Governos estrangeiros

XVIII. Partidos políticos das fontes de informação

- 97. () PCdoB
- 98. () PDT
- 99. () PFL
- 100. () PL
- 101. () PMDB
- 102. () PP (PPB)
- 103. () PPS
- 104. () PSB
- 105. () PSDB
- 106. () PSOL
- 107. () PT
- 108. () PTB